

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



Organização: Comissão Pastoral da Terra CPT

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Organizações participantes: Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa - Bolívia; Comissão Pastoral da Terra (CPT)/Articulação das CPTs da Amazônia, Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter) da Universidade Federal do Amapá, Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas - Brasil; Asociación Minga, Universidad de La Amazonia - Colômbia; Instituto del Bien Común - de Peru.

Supervisão geral: Carmelo Peralta Rivero, Doris Dominguez Ecuari (Bolívia), Gilson Fernando de Jesus Rego, Josep Iborra Plans, Maria Darlene Martins Braga (Brasil); Mercedes Mejia, Olga Lucía Suárez (Colômbia); Luis A. Hallazi Méndez (Peru).

Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (org.)

CPT. Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico.
Goiânia: CPT (org.); 2020. 116 p.

1^a Edição, Setembro de 2020.

Coordenação técnica: Dra. Patrícia Chaves (Unifap)

Equipe de cartografia: Alessandra Cunha Tavares; Daniel Almeida Borges; Dário Rodrigues de Melo Junior; Eduardo Queiroz de Lima; Edson Bezerra dos Reis; Fabieli da Gama Magno; Guilherme Vitorino dos Santos; Higor Railan de Jesus Pereira; Kércio Jesus Silva Nascimento; Odilha Orana de Jesus Pereira; Patrícia Rocha Chaves.

Colaboradores: Ximena Humerez Irusta; Jorge Viaña Uzeda; Vania González Meo; Márcia Palhano; Célio Lima; Maria Petronila Neto; Maiká Schwade; Vanessa Xavier; Edmundo Rodrigues; Raione Lima; Sisto Magro; Andréia Silvério; Katherine Neciosup, Micaela Guillén, Rómulo Torres.

Assessoria: Dra. Maria José Santos (URR)

Edição: Mário Manzi

Revisão: Academia de Revisão

Tradução: Josep Iborra Plans

Diagramação: Carmelo Fioraso

Foto de capa: Walter Wust

Foto de contracapa: Thomas Bauer

Apoio: Misereor; CCFD-Terre Solidaire.

Bolívia

“Em memória de todos os homens e mulheres indígenas e camponeses guardiões das florestas, rios e recursos naturais, que deram suas vidas lutando para proteger e defender sua grande casa, e àqueles que têm o compromisso de continuar lutando incansavelmente por seus direitos e a preservação da Amazônia boliviana. Estas páginas não fariam sentido sem o seu compromisso diário.”

Brasil

*“Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e de amar!

Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por umas poucas mãos,
para ampararem cercas e bois
e fazer da TERRA escrava
e escravos os homens.”*

Dom Pedro Casaldáliga - 16/02/1928 08/08/2020

Colômbia

“Às comunidades da Amazônia colombiana, por sua capacidade de resiliência para proteção e permanência em seus territórios.”

Peru

“Em memória dos defensores dos direitos dos povos indígenas do Peru que deram suas vidas pela defesa de seu território”.

Sumário

<i>É preciso indignar-se e buscar alternativas de resistência e esperança</i>	7
Introdução	
<i>A luta pela terra e pelo território na Amazônia</i>	10
<i>Procedimentos de elaboração dos mapas temáticos do atlas de conflitos socioterritoriais da região Pan-amazônica.....</i>	14
<i>Mapas Gerais.....</i>	19
<i>Bolívia.....</i>	29
Conjuntura	
<i>Mapeamento de conflitos: Amazônia boliviana contexto e construção histórico-geográfica.....</i>	31
<i>Mapas Bolívia.....</i>	34
Caso emblemático	
<i>“Conflito pela construção de usinas hidrelétricas el bala e el chepete na Amazônia boliviana”</i>	42
<i>Brasil.....</i>	47
Conjuntura	
<i>A Amazônia e o direito à existência de seus povos</i>	49
<i>Mapas Brasil.....</i>	52
Caso emblemático	
<i>O massacre de Pau D’arco e a disputa pela posse da terra no sul do pará</i>	61

Colômbia	67
Conjuntura	
Contexto Amazônia colombiana	69
Mapas Colômbia	72
Caso emblemático	
Conflito socioambiental territorial pela implementação do bloco de pesquisa/exploração petroleira el nogal por parte da empresa Emerald Energy em Caquetá, colômbia	81
 Peru	85
Conjuntura	
Amazônia peruana	87
Mapas Peru	89
Caso emblemático	
As quatro bacias: um desastre socioambiental	98
 “A vida é a vida de defendê-la”	105
Apresentações entidades do atlas de conflitos socioterritoriais da pan-amazônia.....	112

É preciso indignar-se e buscar alternativas de resistência e esperança

Dom Mário Antônio Silva¹

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira²

É preciso indignar-se, como se indignou Moisés (cf. Ex 11, 8), como Se indignava Jesus (cf. Mc 3, 5), como Se indigna Deus perante a injustiça (cf. Am 2, 4-8; 5, 7-12; Sal 106/105, 40). (Querida Amazônia (QA), Exortação pós-Sinodal do Papa Francisco, n. 15)

A região da Pan-Amazônia envolve milhões de pessoas e centenas de povos, que vivenciam sua identidade a partir da relação com a água e com a mãe-terra, elementos fundamentais de sua sobrevivência e existência. Esses povos, apesar de terem assegurado seu direito à vida pela **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de fato estão gravemente ameaçados por um grande ataque do capitalismo em três frentes: a violência institucional, jurídica e econômica. Esse ataque ameaça não apenas a natureza, com uma biodiversidade única no planeta, mas também a todos os povos que secularmente habitam esses territórios. As comunidades vivem constantemente ameaçadas diante do aumento da violência, seja no campo, seja na cidade.

Diante desse contexto de violência no campo, as regionais

das CPTs da Amazônia, durante o VIII Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa 2018), em Tarapoto, Peru, apresentaram a proposta de os países da Pan-Amazônia realizarem um mapeamento de conflitos. A partir de então, começamos a dinamizar a construção do **Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico**.

Os Fóruns Pan-Amazônicos sempre foram espaços de construções de utopia de um novo continente possível. É possível viver em um continente com menos desigualdades, onde não existem fronteiras, onde todos têm direitos à terra, ao trabalho e ao pão. Temos que defender a vida, defender nossos territórios que são constantemente ameaçados e saqueados por grandes grupos que se preocupam apenas

¹ Dom Mário Antônio Silva, bispo diocesano de Boa Vista, Roraima e Vice-presidente Nacional da CNBB

² Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, SDV, bispo de Itacoatiara, Amazonas, e Vice-presidente Nacional da CPT

com os recursos financeiros.

A iniciativa de construir um *Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico* desencadeou vários anos de trabalho da Articulação da Amazônia da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Brasil, junto com o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter) da Universidade Federal do Amapá, do Brasil; do Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), da Bolívia; da Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa, da Bolívia; do Instituto del Bien Común, do Peru; e da Asociación Minga e da Universidad de La Amazonia, ambas da Colômbia.

Um processo de elaboração em mutirão já é um exemplo da “cultura do encontro”, que nos pede o Sínodo da Amazônia (QA 22): “Sempre é possível superar as diferentes mentalidades de colonização para construir redes de solidariedade e desenvolvimento” (QA 17). Assim, este Atlas estimula o nosso papel profético da Igreja e o compromisso de todos de “ouvir os clamores dos povos amazônicos” (QA 19), pois “os casos de injustiça e crueldade verificados na Amazônia [...] deveriam gerar uma profunda repulsa e ao mesmo tempo tornar-nos mais sensíveis para também reconhecer formas atuais de exploração humana, violência e morte” (QA 15).

Assim, como não nos indignar? Os textos e muitos dos dados desses mapas foram recolhidos família por família, comunidade por comunidade. São testemunhas de tanta dor e sofrimento de nosso povo que não podemos calar nem

esconder.

Mas, ao mesmo tempo, nos mostram que já é realidade o sonho de Francisco de “[...] uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida” (QA 7). Esse mosaico de conflitos no campo nos apresenta uma parte do imenso universo do povo amazônico, povo este que luta pelos seus direitos e enfrenta as ameaças contra toda violência, criando caminhos de resistência, de solidariedade, de Vida e de Esperança que não podemos deixar de apoiar.

Que este encontro de Igreja e sociedade civil a favor dos povos da Pan-Amazônia nos ajude a superar fronteiras políticas e culturais, e continue durante o próximo IX Fórum Social Pan-Amazônico, em Mocoa, Putumayo, Colômbia, ajudando a encontrar e fortalecer as alternativas necessárias que o Sínodo está suscitando para toda a Amazônia (cfr. QA 17).

Diante de inúmeros descontentamentos e inquietações, que este Atlas nos ajude a denunciar o aumento da violência no campo, fruto da grilagem, da expropriação de terra dos pequenos agricultores e das comunidades indígenas, como também dos grandes projetos que se instalam na Pan-Amazônia, como o agronegócio, as hidroelétricas, os projetos de manejo madeireiro, as mineradoras, entre outros, que transformam a terra, a água, o ar e a floresta em mercadoria, em vez de bens comuns, essenciais para a nossa sobrevivência.

Conclamamos a todas as pessoas que levantemos nossas vozes em defesa da Amazônia, pela Reforma Agrária, pela demarcação dos territórios indígenas, pela regularização dos territórios das populações tradicionais, pelo direito à vida, para dizermos “NÃO” a toda e qualquer violação dos direitos humanos e da casa comum.

Pela vida, defendemos a Amazônia!

A luta pela terra e pelo território na Amazônia

Gilson Fernando de Jesus Rego¹

Josep Iborra Plans¹

Maria Darlene Braga Martins¹

Quando se fala em Amazônia, a imagem mais comum que se faz é um espaço verde formado por floresta densa e úmida, cortada por grandes rios. Não temos dúvida de que a Amazônia é formada por elementos bióticos e abióticos que a tornam única, ou seja, dotada de aspectos geofísicos bastante peculiares. Contudo, essa compreensão veio se modificando e muito se tem avançado nos debates sobre os elementos sociais também presentes e fundamentais para a vida nesse bioma. A compreensão vai se dando à medida que as populações que dependem desse espaço e o habitam sofrem os mesmos tipos de problemas, levando-as a um grande conflito social/ambiental/territorial.

O contínuo processo de avanço e destruição do bioma amazônico e de sua população tem deixado um grande rastro de violência e danos irreparáveis não apenas à região composta por esse bioma, pois tais impactos influenciam a vida em todo o planeta. Esse avanço perverso tem levado as diferentes classes e grupos sociais em toda a Pan-Amazônia a buscar um fortalecimento articulado em torno da resistência a todas as ameaças promovidas pelo modelo desenvolvimentista planejado pelos grupos capitalistas para essa região.

É comum ouvirmos, tanto dos estudiosos como das lideranças comunitárias, que a Amazônia é uma região de grande interesse estratégico para o capital, pois é aqui que se encontra grande parte das variadas matérias-primas que interessam às potências mundiais. Assim, historicamente formou-se uma disputa pelo controle das riquezas naturais e, consequentemente, pelo controle econômico sobre os territórios. Nessa disputa voraz, o resultado é a ameaça concreta de destruição sistemática e intensa do bioma amazônico, que tem levado ao extermínio não apenas do bioma, mas também de parte daqueles que o habitam e dependem dele para sua sobrevivência.

Por meio da necessidade fundamental de buscar garantias de sobrevivência naquilo que consideram sua “casa comum”, os povos da Amazônia organizam-se de diversas maneiras em vários lugares, resistindo e enfrentando “o monstro” que se propõe a destruí-los.

A guerra imposta pelo capital contra a Amazônia tem como resultado muitos danos e destruição. É com os rastros da violência levada aos povos da Amazônia e aos seus territó-

¹ Coordenação da Articulação das CPTs da Amazônia

rios que este *Atlas de Conflitos Socioterritoriais* pretende dialogar e denunciar. Os dados que nele estão contidos evindem em grande parte a violência que o povo amazônico vem sofrendo.

A ideia do *Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico* surge em 2018, durante o VIII Fórum Pan-Amazônico, realizado na cidade de Tarapoto, no Peru. Na ocasião, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Brasil, através da Articulação das CPTs da Amazônia, fez o lançamento do *Atlas de Conflitos na Amazônia Brasileira*, que teve grande repercussão. Isso levou à proposta de elaborar-se um atlas que pudesse evidenciar os conflitos em outros países amazônicos. Inicialmente, pensou-se em reunir todos os países pan-amazônicos, mas depois de vários diálogos e compromissos quatro países (Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru) se dedicaram a fazer os levantamentos dos dados dentro de sua porção amazônica, o que significa mais de 80% de toda a Região Pan-Amazônica.

Desde então, inúmeras reuniões aconteceram para as definições dos critérios para a coleta de dados. Nos quatro países, as nossas organizações e movimentos populares se dedicaram a fazer os levantamentos dos dados. Um desafio grande, pois, mesmo que no Brasil a CPT já tivesse larga experiência no levantamento de dados, essa ainda não era uma prática usual para as entidades dos demais países. O desafio não estava apenas em coletar os dados, mas principalmente em sistematizá-los. Primeiramente definimos o período dos quais os dados deveriam ser coletados: os anos de 2017 e 2018, com informações de **conflitos ativos**. En-

tende-se por **conflitos ativos** os conflitos não solucionados, que as instituições de Estado não conseguiram resolver ou dissolver, ainda que não tenha havido registros de ocorrências nos últimos dois anos. Portanto, são registrados como **conflitos ativos ou existentes**. Com isso, nos propusemos a dar conhecimento à situação dos **conflitos ativos** nos quatro países da Pan-Amazônia durante esses dois anos.

Considerando que em cada país há diferentes formas de identificar os conflitos, assim como sujeitos sociais de diferentes características e origens sociais, foi necessário elaborar um protocolo para o mapeamento, definindo parâmetros que chegassem a uma planilha comum para que pudessem ser registrados os dados, garantindo a viabilidade do mapeamento e a coerência nos resultados.

Avaliamos como um dos maiores desafios a língua oficial. Por termos línguas oficiais diferentes, em grande parte da construção da matriz para a realização da coleta de dados e do mapeamento foi difícil chegar a um consenso, devido à tradução e interpretação dos termos. Tivemos ainda como desafio os critérios legais definidos por cada país para os sujeitos e os diferentes tipos de conflitos.

Além disso, defendemos nossas estratégias políticas de garantir a identidade cultural dos diversos sujeitos e populações que habitam o território da Pan-Amazônia e também como isso se diferencia em cada país. Tudo isso nos desafiou a não mudar conceitos e definições políticas estratégicas de conquistas em cada país. Sem dúvida foi uma tarefa difícil, pois nossa ideia foi buscar facilitar para o leitor a

compreensão dos resultados apresentados nos mapas. Tra-zemos neste momento alguns dos acordos presentes em nosso protocolo.

Para a construção dos mapas, os resultados dos dados exigiam definir e acordar critérios para delimitar, de certa forma, alguns termos que pudessem estar juntos em determinada coluna da planilha. Assim, para definir os resultados para a identidade dos **sujeitos sociais** afetados pelos conflitos acordamos que:

Consideramos a origem étnica e social como principais categorias de sujeitos, assim:

Indígenas – são os originários daquele território comum em todos os países;

Campesinos/Comunidades Tradicionais – na Bolívia são considerados como “campesinos” pequenos agricultores originários, extrativistas que ocupam por gerações seus territórios, o que corresponde a como no Brasil são chamadas as comunidades ou populações tradicionais, que se agrupam em várias autodenominações, entre as quais seringueiros, ribeirinhos, caíçaras, extrativistas etc.;

Afrodescendentes/quilombolas – de origem étnica predominantemente afrodescendente, no Brasil se autoafirmam como quilombolas;

Interculturais/Colonos/Pequenos Agricultores – são os pequenos agricultores chegados de fora da região amazônica, ou de migração, ou de diversidade étnica, chamados de interculturais na Bolívia ou colonos no Brasil, na Colômbia e no Peru, incluindo entre estes os sem-terra, pequenos proprietários e os posseiros no Brasil.

Outro tema em relação ao qual foi preciso chegar a um acordo foi a **situação territorial** da comunidade ou **grupo em conflito** em cada país. Seguimos os seguintes critérios:

Ocupam território sem demarcação ou titulação legal – posseiros sem título legal ou grupos que lutam para conseguir reconhecimento institucional dos territórios tradicionais;

Com sobreposição de áreas ou concessões – áreas destinadas, mas com diversos títulos ou concessões sobrepostas ou em litígio;

Sofrem invasões por grilagem (Avasallamientos) – com território titulado, mas com invasões de diversos tipos de especulação;

Atingidos por problemas socioambientais – pessoas atingidas por problemas como devastação florestal, vazamentos de petróleo, hidrelétricas e outras;

Em acampamento ou fora de seu território – acampamentos de sem-terra, deslocados etc.;

Outros – outros tipos de situação.

Também definimos em nosso protocolo critérios comuns para os dados de um mapa com as principais **causas dos conflitos** existentes em cada país, que agrupamos em:

Mineração – diversos tipos de mineração, como ouro, bauxita, diamantes etc.;

Hidrocarbonetos – petróleo, gás, fracking, areia asfáltica; Infraestrutura de transporte – estradas, ferrovias, hidrovias, portos etc.;

Exploração madeireira e uso florestal – exploração legal e ilegal de madeira, plantio de eucalipto etc.;

Economia verde e uso ambiental – conflitos por projetos REED, conflitos por criação de reservas e parques;

Cultivo de uso ilícito – plantio de coca, maconha, narcotráfico;

Uso militar e/ou uso público – conflito com o Estado, Exército, governos e administração pública;

Outras – outros tipos de causas.

Nos casos de situação de **violência contra pessoa e a posse**, serão usados os mesmos critérios de inclusões e exclusões coletados no Brasil pela CPT. Considera-se o número dos

principais casos de violência contra todos os sujeitos no campo e seus aliados durante os dois anos, como proposto neste Atlas, ou seja:

Número de **Assassinatos** – assassinatos de homens e mulheres;
 Número de **Tentativas de Assassinatos** – todas as diferentes tentativas de assassinatos;
Ameaças de Morte – registradas em boletins de ocorrência ou em relatos;
Agressões – juntam-se os diversos tipos de agressões contra as pessoas, como as intimidações, violências físicas, torturas etc.;
Prisões – prisões individuais ou coletivas, processos, detenções, criminalização de lideranças;
Famílias Desalojadas e Expulsas – famílias que sofreram deslocamentos forçados, judicialmente ou não;
Destrução de bens – número de famílias que tiveram seus bens destruídos com queima de casas, animais mortos, destruição de cultivos etc.

Neste Atlas temos nove mapas para cada tema. Inicialmente são apresentados os nove mapas que somam as informações dos quatro países que organizaram o Atlas. O primeiro mapa é o mapa-índice, que mostra os quatro países amazônicos e os limites definidos pelos organizadores como área onde foram coletadas as informações. Em seguida são mostrados os mapas com os resultados dos dados dos conflitos socioterritoriais dos quatro países. Assim, vêm por ordem: o mapa com o número de conflitos existentes em cada país, seguido pelo mapa com o número de famílias em conflitos, depois o mapa de sujeitos sociais em conflitos, seguido pelo mapa da situação territorial das comunidades em conflitos. Outro é o mapa das causas dos conflitos, depois temos o mapa de violência cometida contra a pessoa e outro da violência contra a posse e, para finalizar, um mapa específico de violência contra a pessoa, que apresenta os números de assassinatos ocorridos nos dois anos, identifican-

do os crimes cometidos contra mulheres e homens.

Após os mapas gerais, seguem os mapas de cada um dos quatro países, precedidos por um texto que busca contextualizar a situação em cada um dos países. Os mapas seguem a mesma ordem anterior aos mapas gerais. Ao final dos mapas está registrado um caso emblemático de violência em cada país. A escolha desses casos foi definida pelas organizações dos próprios países que organizaram o Atlas.

Os dados apresentados neste Atlas não representam exatamente todos os conflitos existentes nesses países, já que inúmeros outros conflitos existem, mas não são registrados, muito menos acompanhados por nossas organizações. Contudo, revelam dados importantíssimos de uma realidade de dura violência que os povos da Amazônia, nesses quatro países, vivem.

Este trabalho faz parte de um processo que se faz necessário ampliar para outros países da Pan-Amazônia. O diagnóstico sobre os conflitos em toda a Amazônia nos permitirá cada vez mais identificar os diversos sujeitos sociais que fazem a luta e a defesa do bioma amazônico para reproduzir os seus modos de vida, na perspectiva de se organizarem ou articularem maiores alianças em prol de uma luta coletiva e comum. Ao mesmo tempo, este Atlas nos permite identificar aqueles agentes do capital que provocam as diversas tentativas de extermínio das populações amazônicas e a destruição dos bens naturais fundamentais para a vida desses povos, permitindo-nos ou subsidiando uma definição mais qualificada de nossas estratégias de luta pela autonomia social.

Procedimentos de elaboração dos mapas temáticos do atlas de conflitos socioterritoriais da região Pan-amazônica

Eduardo Queiroz de Lima¹; Dário Rodrigues de Melo Júnior²;
Patrícia RochaChaves³; Guilherme Vitorino do Santos⁴;
Kércio Jesus Silva Nascimento⁵; Alessandra Cunha Tavares⁶

A partir do emprego de métodos, técnicas e procedimentos da Cartografia Temática e do Geoprocessamento, foram elaborados os mapas temáticos do *Atlas de Conflitos Socioterritoriais em Países Pan-Amazônicos*. Assim, elaboraram-se mapas para os quatro países que forneceram dados dos conflitos: Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru.

Para a compreensão da construção dos mapas, torna-se relevante apresentar alguns conceitos cartográficos conjuntamente com a descrição e explicação dos procedimentos e critérios adotados na produção cartográfica deste Atlas. É preciso compreender o mapa como um documento de comunicação entre sujeitos que viabiliza a disseminação de

informações por meio da representação gráfica e espacial de fatos e fenômenos geográficos, como uma forma de linguagem.

É importante levar em conta que as sociedades fazem uso de diferentes linguagens que permitem a troca de ideias e informações entre indivíduos, grupos e classes sociais. Segundo Bordenave (1982), os homens ao longo de sua história encontraram uma forma de associar dado som ou gesto a determinado objeto ou ação, criando, desse modo, certa quantidade de signos que foram organizados de forma a articulá-los entre si. Foi a sistematização dos signos que deu origem à linguagem e permitiu a comunicação.

¹ Técnico do Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e M.Sc. em Geodinâmica e Geofísica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Bacharel em Geografia pela Unifap; acadêmico de licenciatura em Geografia (Unifap) e bolsista de extensão no projeto Cartografias Campesinas - Proext (Unifap).

³ Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifap e coordenadora do Gruter.

⁴ Acadêmico de Geografia da Unifap e bolsista de extensão pelo Projeto Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Região Pan-Amazônica pela CPT.

⁵ Acadêmico de Geografia da Unifap e bolsista de extensão pelo Projeto Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Região Pan-Amazônica pela CPT.

⁶ Acadêmica de Geografia da Unifap e bolsista de iniciação científica (CNPq) pelo Projeto Luta e Território na Amazônia

Nesse âmbito, Bertin (1983) comprehende a Cartografia como uma linguagem composta por signos gráficos a qual se estrutura a partir de dois elementos: o significante e o significado. O significante consiste na forma como certa informação se materializa para permitir a sua leitura, correspondendo nos mapas aos próprios signos gráficos que exprimem determinada informação espacial, isto é, o significado. Duarte (2002) esclarece que um signo é formado pela combinação de um estímulo físico (sons, letras, imagens, gestos, palavras etc.), que corresponde ao significante, com um sentido ou ideia, ou seja, com o significado (DUARTE, 2002).

No contexto da Cartografia, Martinelli (2014) explica que o signo é uma unidade linguística composta por três elementos: 1) o objeto-referente, ou seja, o objeto da realidade a que o signo faz referência; 2) o significado, isto é, um conceito; e 3) o significante, que corresponde à apresentação do signo por meio de um desenho. O autor de um mapa elabora, portanto, a representação gráfica de objetos, fatos e fenômenos da realidade considerada por meio de um desenho, ao qual atribui um significado. Ainda de acordo com Martinelli (2014, p. 13), a representação gráfica é incluída no universo da comunicação visual, que por sua vez faz parte da comunicação social, portanto participa da coletânea de signos que o homem desenvolveu para comunicar-se.

Desse modo, é possível compreender o mapa como um documento que tem por propósito transmitir informações para seus leitores. Essas informações constituem a mensagem do mapa, o qual deve ser elaborado a partir do uso harmonioso de signos, letras e cores. A comunicação é ef-

tivada quando o usuário (leitor) consegue decodificar as convenções ou instruções contidas no mapa, o que permite a compreensão que se deve ter dos signos nele empregados. Em outras palavras, a comunicação é estabelecida quando o usuário consegue obter o conhecimento que o seu criador deseja transmitir. Assim, Nogueira (2008) explica que os mapas são concebidos como veículos de transmissão da visão subjetiva ou do conhecimento de alguém ou de poucos para muitos.

Salitchev (1979, p. 6 apud ESCOBAR, 2004) apresenta uma definição de mapa que sintetiza a compreensão contida neste Atlas:

O mapa geográfico é uma representação reduzida, generalizada e matematicamente determinada da superfície terrestre sobre um plano, no qual se interpreta a distribuição, o estado e os vínculos dos distintos fenômenos naturais e socioeconômicos, selecionados e caracterizados de acordo com a atribuição concreta do mapa.

A Cartografia, em linhas gerais, divide-se em dois campos: Sistemática e Temática. Salienta-se que os mapas os quais serão aqui apresentados fazem parte do campo da Cartografia Temática.

Derivados da Cartografia Temática, os mapas temáticos representam graficamente a ocorrência e a distribuição espacial de fenômenos geográficos específicos, cujo conteúdo é apresentado sobre outros mapas preexistentes, denominados de mapas-base. Esses conteúdos ou informações permitem a produção de mapas com temas particulares, tais como: de vegetação, de solo, geomorfológico, econômico,

cultural (de religião, étnico, linguístico), populacional, de transporte, entre outros (ESCOBAR, 2004; NOGUEIRA, 2008; MARTINELLI, 2014).

Vale explanar que os mapas mencionados no parágrafo anterior diferem dos mapas da Cartografia Sistemática (de referência ou topográfica), os quais se ocupam em representar com precisão planimétrica e altimétrica todas as feições da superfície terrestre de interesse a partir de dada escala, utilizando convenções padronizadas. Sua principal preocupação é a localização dos objetos ou fenômenos de representação, sendo seus mapas denominados de mapas gerais, de base ou de referência. São exemplos as cartas topográficas, os mapas cadastrais e rodoviários etc. (ESCOBAR, 2004; NOGUEIRA, 2008; MARTINELLI, 2014).

Os dados para constituir o mapa-base dos países incluídos neste Atlas foram retirados das bases de dados do projeto ***Global Administrative Areas*** (GADM). Esse projeto constituiu um banco de dados espacial (com dados que apresentam o atributo de localização - coordenadas geográficas ou planas) que tem por objetivo mapear as áreas administrativas de todos os países em todos os níveis de subdivisão, tais como estados, províncias e municípios, por exemplo. Os arquivos vetoriais disponibilizados nessa base de dados apresentam as feições espaciais dos limites administrativos considerando o atributo da localização e um conjunto de atributos alfanuméricos nas planilhas vinculadas aos arquivos vetoriais de sua base.

Os dados vetoriais foram adquiridos a partir do site do

GADM (2018). Desse portal, baixaram-se os arquivos vetoriais, em formato ***shapefile***, dos países participantes do Atlas. Esses arquivos contêm o desenho gráfico da forma e dos limites das unidades administrativas (limites nacionais, estaduais, municipais, entre outros). Então, eles passaram a compor os dados gráficos que serviram como a base dos mapas para assentar os dados alfanuméricos, os quais, por sua vez, carregam o conteúdo relativo aos conflitos socioterritoriais dos países pan-amazônicos integrantes deste Atlas. O formato ***shapefile*** constitui uma informação gráfica espacial que pode ser lida por ***softwares*** de sistema de informações geográficas (SIG).

Os mapas temáticos podem ser construídos a partir de vários métodos, os quais são escolhidos em função das características e da forma como os fenômenos considerados se manifestam espacialmente (em ponto, em linha ou em área) em cada tema nas abordagens qualitativa, ordenada e quantitativa (MARTINELLI, 2014). Neste Atlas os mapas foram elaborados a partir de dados numéricos quantitativos com o objetivo de evidenciar a relação de proporcionalidade entre objetos e fatos ou fenômenos da realidade. As representações quantitativas em mapas temáticos devem, portanto, expressar a magnitude ou o valor de um ou vários fenômenos ou fatos geográficos, sendo a variável visual “tamanho” a mais adequada para expressar essa noção.

O método de representação quantitativa aqui empregado foi o “método das figuras geométricas proporcionais centralizadas nas áreas de manifestação”. Esse método expressa quantidades (valores absolutos) contabilizadas para toda a

unidade espacial de observação, sendo implantado no centro de gravidade dessa unidade utilizando como recurso a proporcionalidade do tamanho (variável visual) de uma figura geométrica plana. A figura escolhida para os mapas deste Atlas foi o círculo proporcional (MARTINELLI, 2014).

O método supracitado também pode ser aplicado na construção de mapas-diagramas. Estes apresentam um gráfico em cada unidade espacial em análise. No Atlas, o gráfico empregado é o de pizza ou de torta (um diagrama setorial), que constitui na prática uma variação do método das figuras geométricas proporcionais centralizadas nas áreas de manifestação. O diagrama setorial empregado varia o diâmetro do círculo conforme o valor total dos dados considerados e fica posicionado no centro de cada unidade de área, não apresentando relação com a localização exata do fenômeno (NOGUEIRA, 2008).

Os dados alfanuméricos dos conflitos foram levantados e organizados em planilhas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Brasil, pelo Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (CIPCA) da Bolívia, pela Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa da Bolívia, pelo Instituto del Bien Común do Peru e pela Asociación Minga e Universidad de La Amazonia, ambas da Colômbia. Esses dados foram recebidos em arquivos de planilhas Excel na extensão “.xlsx” pela equipe de Cartografia e Geoprocessamento do Grupo de Extensão e Pesquisa sobre Terra e Território da Amazônia da Universidade Federal do Amapá do Brasil.

Nessas planilhas, as equipes de cada país participante inseriam os dados obtidos sobre os conflitos territoriais nos países amazônicos. As planilhas contêm dados sobre o nome do grupo ou da comunidade em conflito, o número de famílias afetadas, as categorias dos sujeitos ou grupos em conflito (classificação temática das partes envolvidas), a causa dos conflitos e os tipos de violência contra a pessoa. Com a reunião das planilhas pelas equipes e com os dados vetoriais adquiridos a partir da base do GADM, realizou-se o procedimento de adequação da planilha original, organizando-a de modo compatível com a leitura realizada por *softwares* de SIG. Após essa readequação das planilhas de cada país, realizou-se no QGIS (versão 3.4.10-Madeira) um procedimento de “união” (denominado como **Join** em alguns *softwares*). Esse procedimento, por sua vez, serviu para reunir as colunas com dados alfanuméricos das tabelas readequadas da CPT às tabelas de atributos que já vêm integradas às camadas vetoriais. Assim, as feições espaciais (vetores) das unidades administrativas consideradas passaram a conter os dados dos conflitos territoriais levantados pela CPT, o que possibilitou produzir os mapas temáticos desses conflitos para cada unidade administrativa abordada neste Atlas.

Cada mapa temático empregou as variáveis visuais cor e tamanho. Isto é, utilizou cores diferenciadas para os círculos proporcionais ou diagramas setoriais de cada classe temática mapeada. Como não há na cartografia uma padronização normatizada para cores relativas aos temas de conflitos territoriais, buscou-se empregar cores com o objetivo central de vincular uma cor para cada tema, evitando assim a

repetição dessa variável visual e a confusão na comunicação das informações.

A exceção foi o “Mapa das principais causas de conflitos socioterritoriais”, em que se utilizou como parâmetro o emprego de cores praticado pelo Manual de Uso da Terra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil. Vale salientar que algumas cores escolhidas para as classes não constam no manual do IBGE, tendo em vista o fato de este não apresentar uma cor específica para certas causas/atividades contempladas nesse mapa. É o caso, por exemplo, da causa (classe mapeada) hidrocarboneto.

Visando sintetizar e organizar os procedimentos cartográficos empregados, elaborou-se um quadro que correlaciona os temas mapeados e o método cartográfico empregado. Ver o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Métodos cartográficos empregados nos mapas temáticos

TEMAS DOS MAPAS	MÉTODO
Número de conflitos socioterritoriais	MFGPC
Número de famílias em conflitos socioterritoriais	MFGPC
Sujeitos em conflitos socioterritoriais	MFGPC + PIZZA
Situação territorial das comunidades em conflito	MFGPC + PIZZA
Principais causas de conflitos socioterritoriais	MFGPC + PIZZA
Violência contra a posse e o território	MFGPC
Violência contra a pessoa em conflitos socioterritoriais	MFGPC
Assassinatos em conflitos socioterritoriais	MFGPC + PIZZA

* MFGPC - Método das figuras geométricas proporcionais centralizadas nas áreas de manifestação.

Por fim, também foi elaborado um “Mapa índice”. O pro-

pósito desse mapa é servir como referência para a identificação de cada estado que contém as informações dos conflitos socioterritoriais. Assim, ele é o mapa-base, apresentando apenas os nomes de cada estado dos países mapeados neste Atlas.

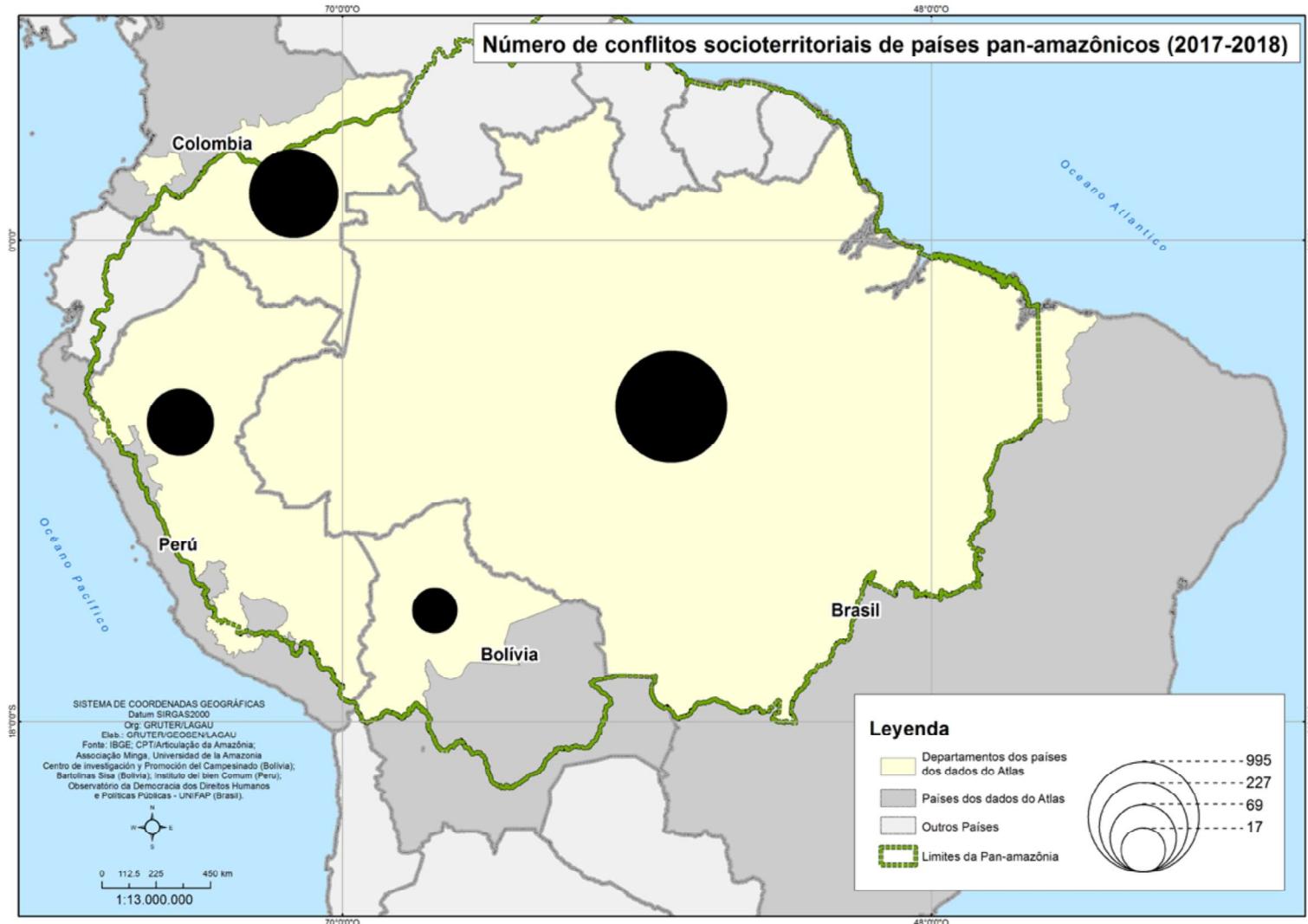
REFERÊNCIAS

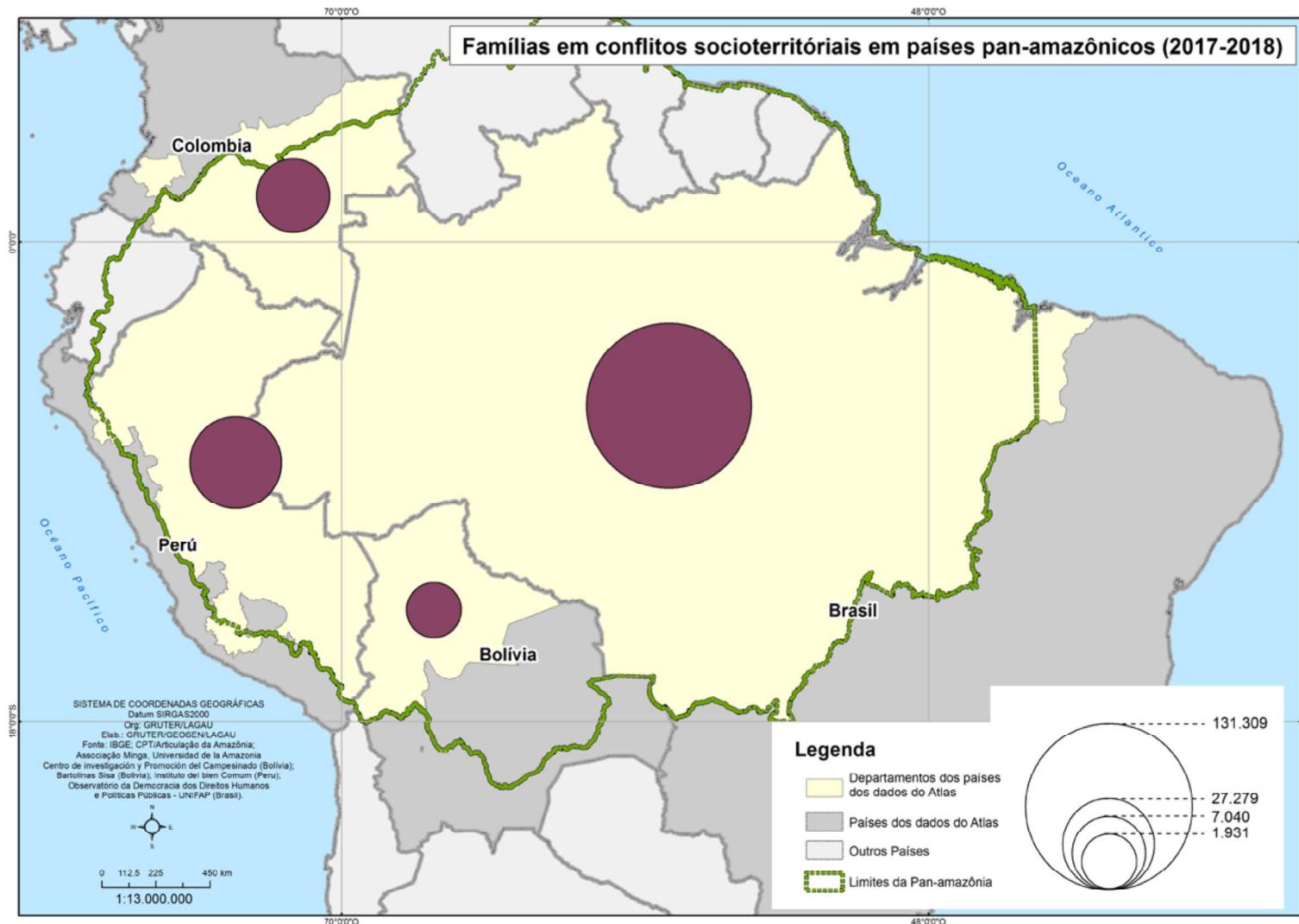
- BERTIN, J. *Semiology of graphics: Diagrams, Networks, Maps*. Translated by William J. Berg. Madison: The University of Wisconsin Press Ltd., 1983.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- DUARTE, P. J. *Fundamentos de Cartografia*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 208 p.
- ESCOBAR, M. C. G. *Métodos y técnicas de la cartografía temática*. 1. ed. Ciudad de México: Instituto de Geografía, UNAM, 2004.
- GADM – DATABASE OF GLOBAL ADMINISTRATIVE AREAS. Dados GADM. 2018. Disponível em: <https://gadm.org/>. Acesso em: 15 set. 2019.
- MARTINELLI, M. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- NOGUEIRA, R. E. *Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. 314 p.

Mapas Gerais

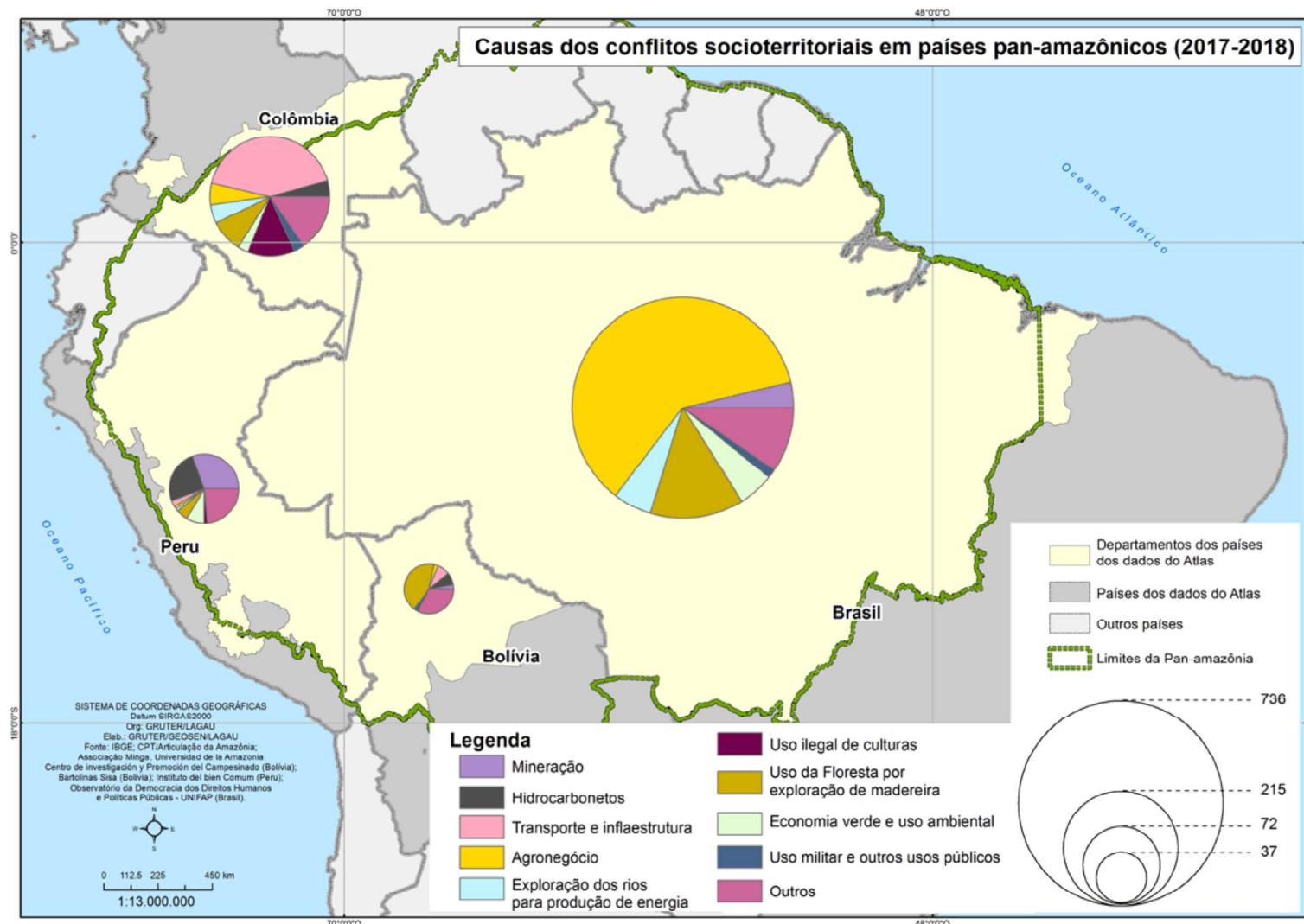


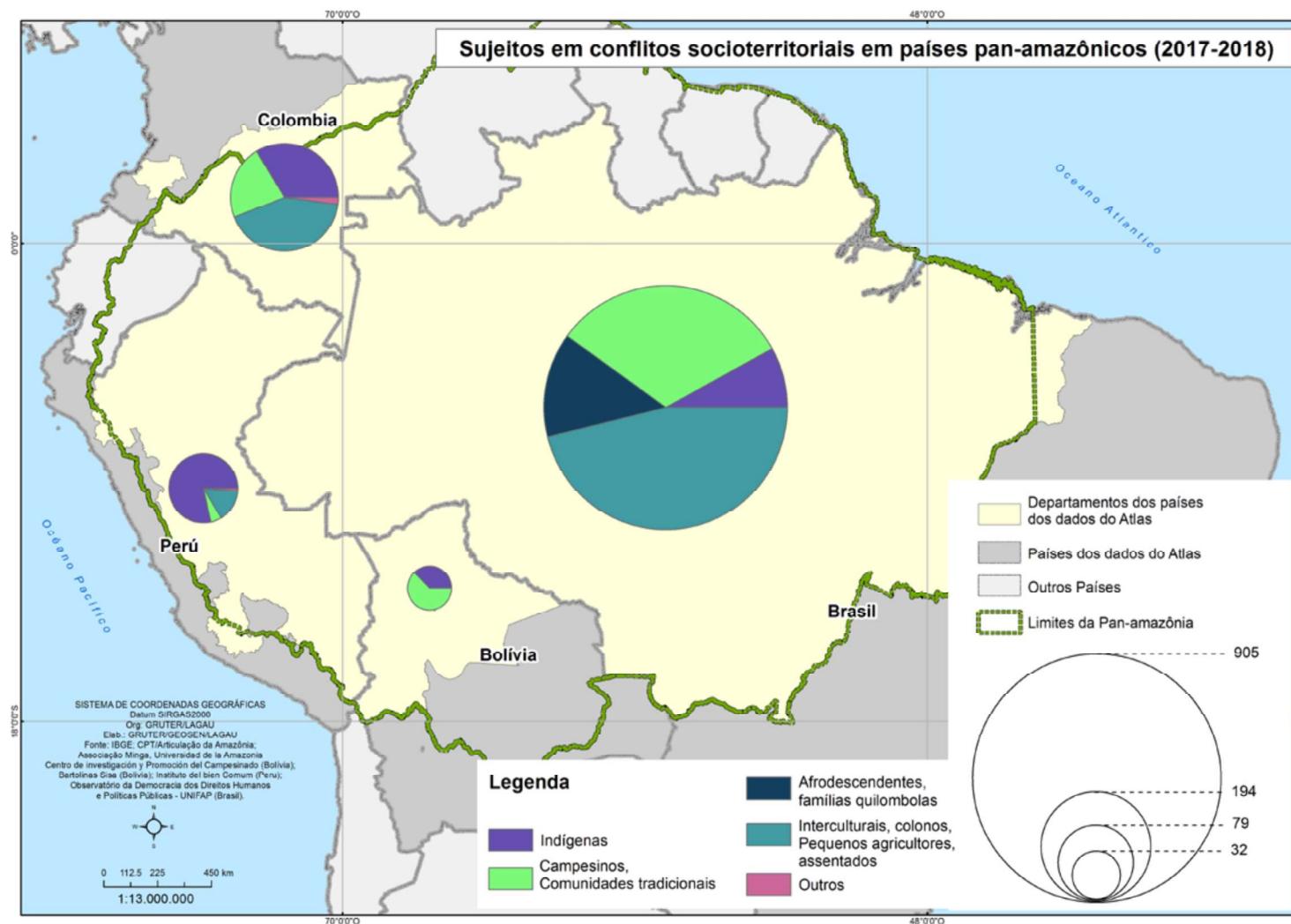
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



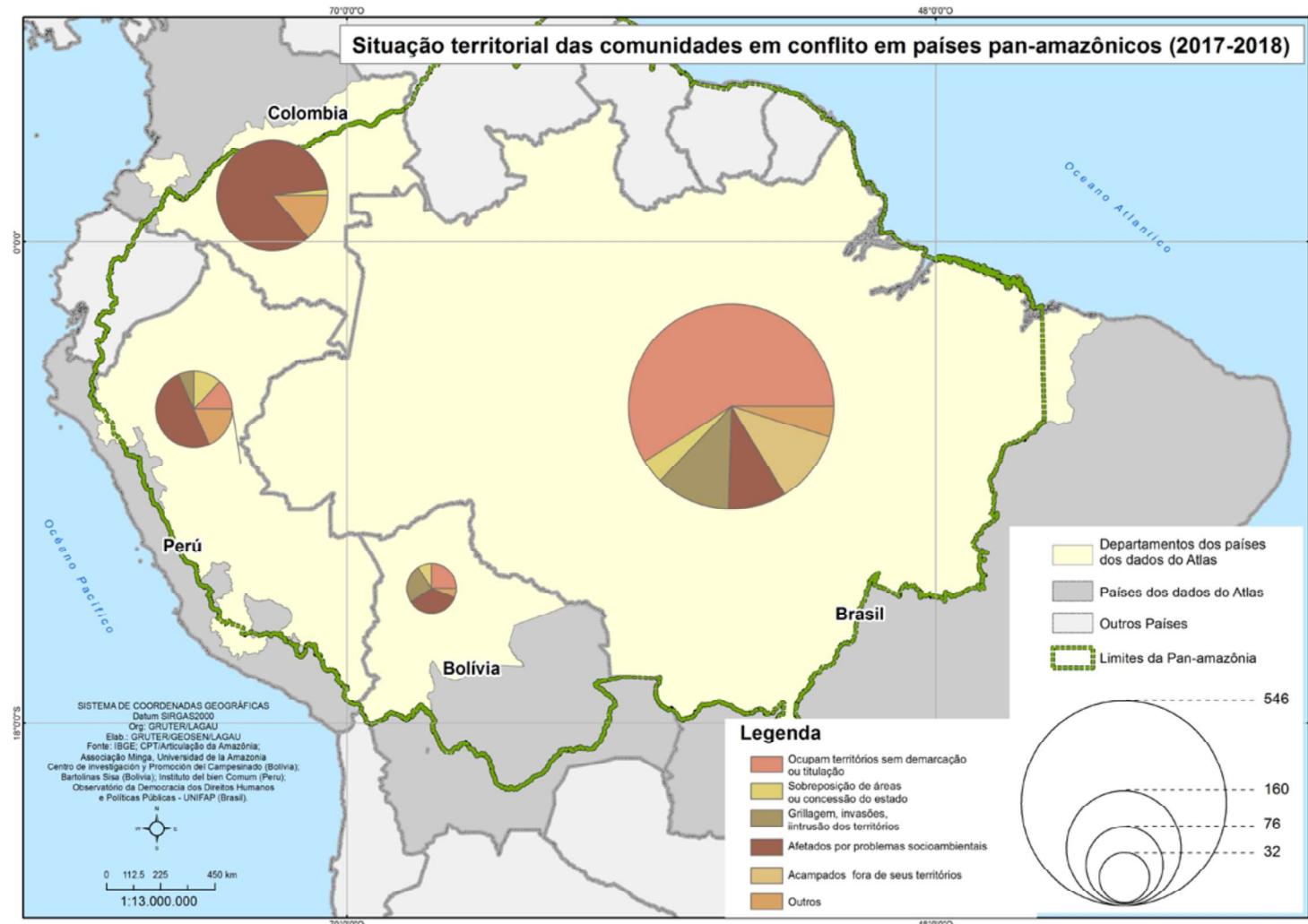


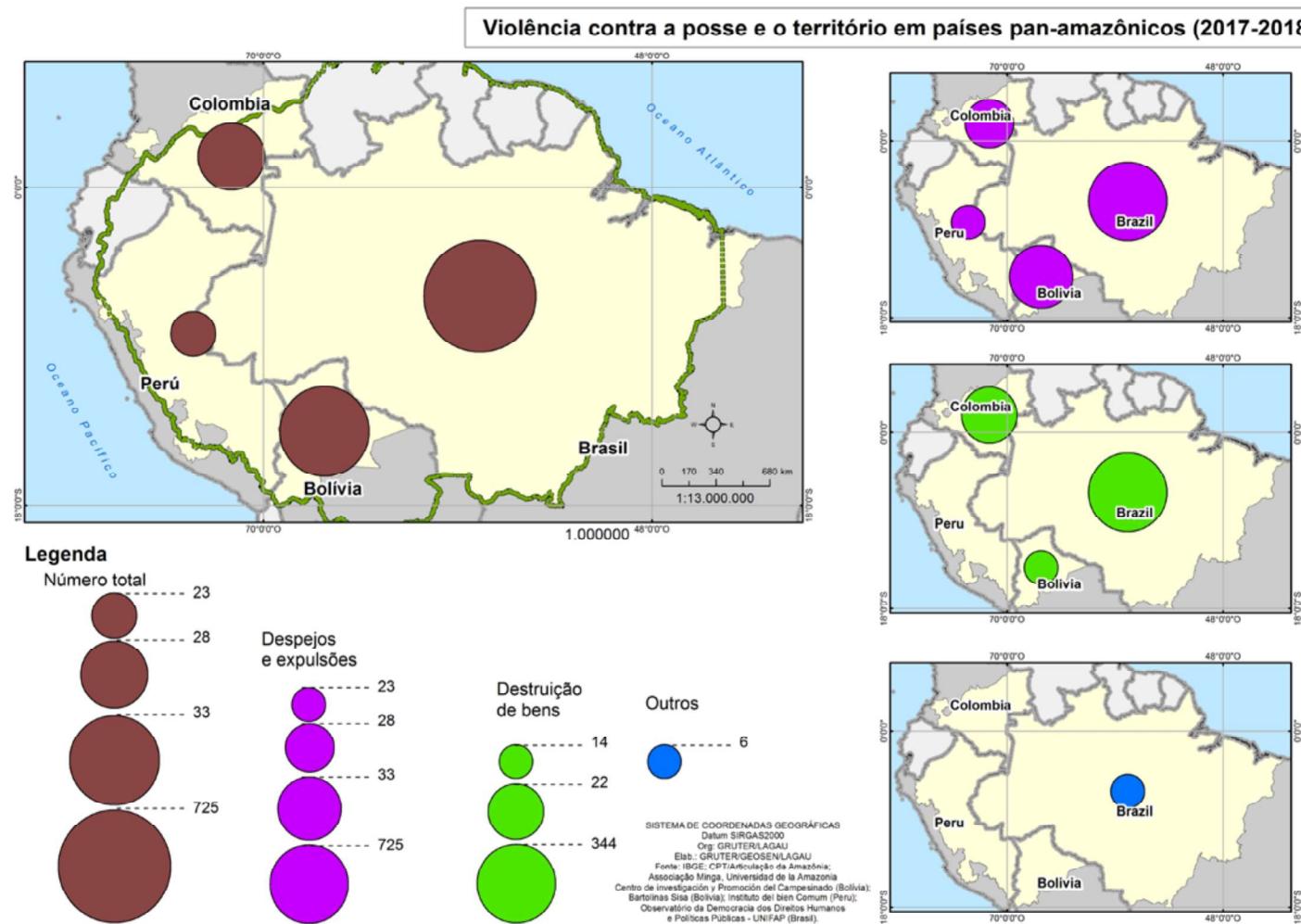
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

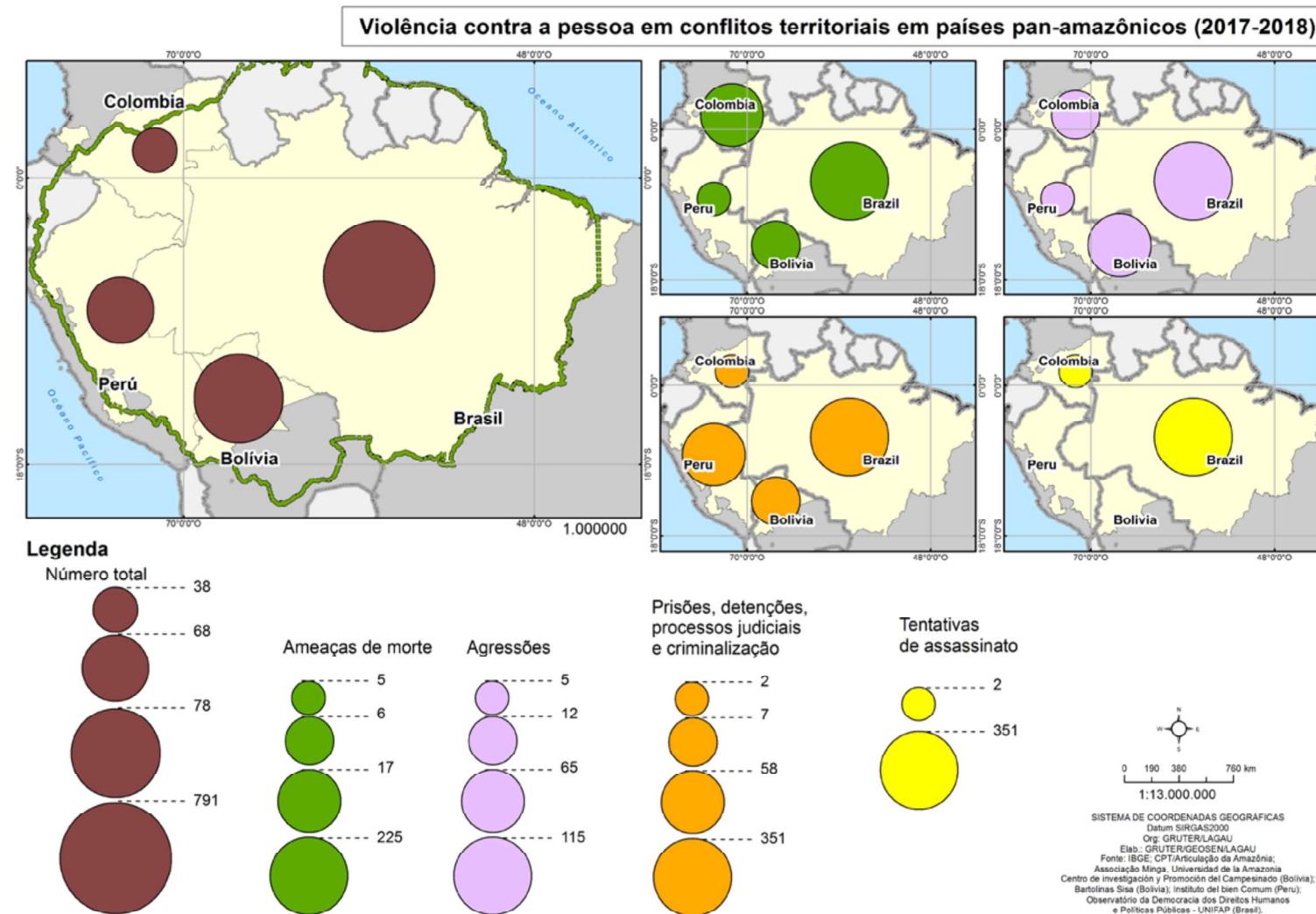


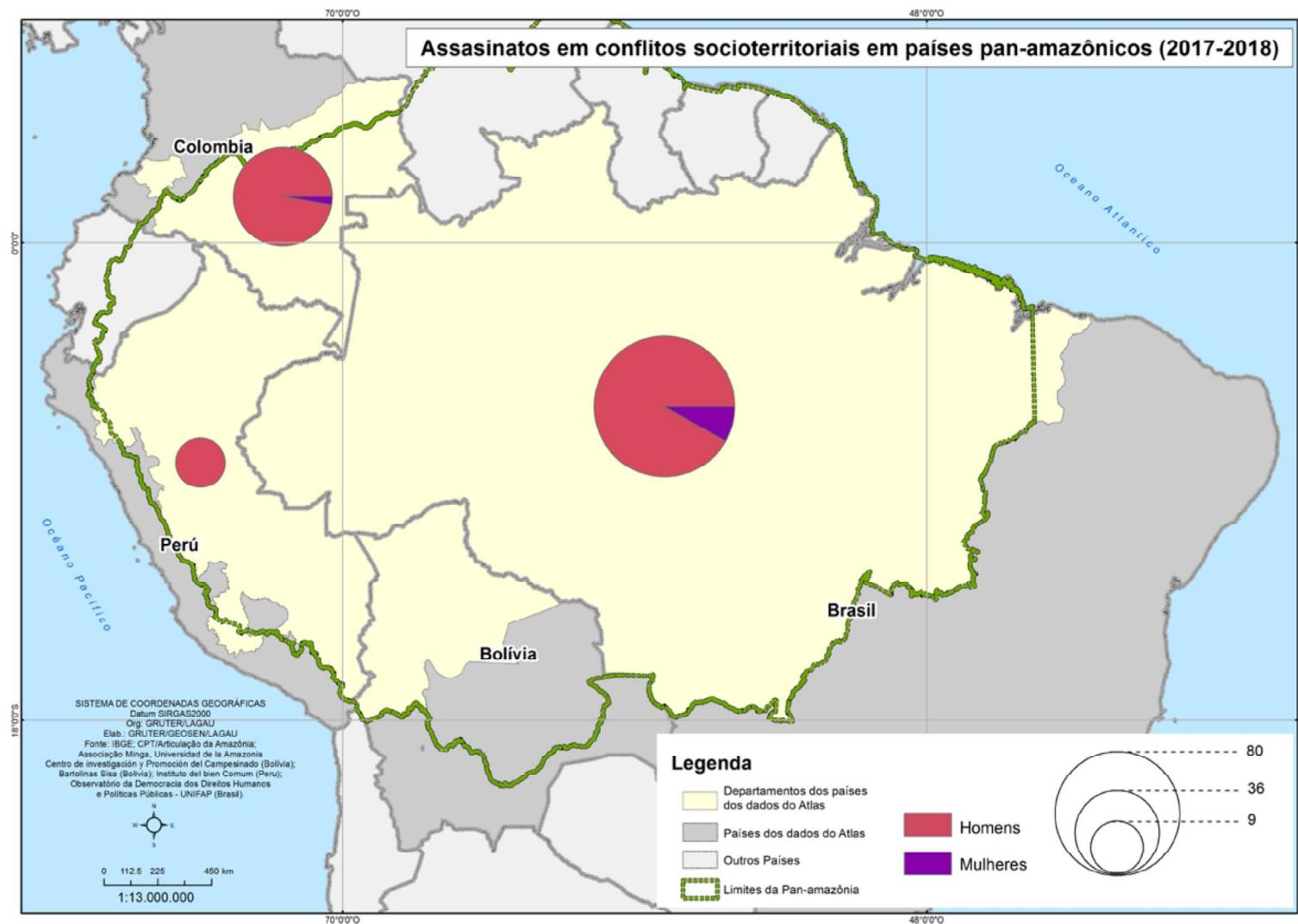


Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico









Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Bolívia

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Mapeamento de conflitos: Amazônia boliviana contexto e construção histórico-geográfica

Carmelo Peralta

Doris Domínguez



Paisagem da Amazônia boliviana. Foto: Carmelo Peralta-Rivero

A bacia amazônica da Bolívia possui aproximadamente 707.849 km², o que representa 64% da superfície do território nacional, acolhendo 29 povos indígenas e população tradicional. Segundo o limite biogeográfico, alcançaria 475.277 km², porém, com a promulgação da nova Constituição Política do Estado em 2009, denomina-se Amazônia Legal Boliviana a totalidade do departamento do Pando, a província de Iturralde, do departamento de La Paz, e as províncias de Vaca Díez e de Ballivián, do departamento do Beni, alcançando pouco mais de 160,709 km².

A região historicamente se caracteriza pela produção de recursos florestais, de madeira ou não, e de recursos minerais e outros, e há muitas décadas atrai empresários nacionais e estrangeiros para a exploração de recursos naturais. Por exemplo, na época do auge da borracha (*Hevea brasiliensis*) grandes latifundiários eram donos da terra e dos recursos naturais, e inclusive detinham direitos sobre as pessoas que habitavam essas terras. As condições laborais geralmente eram de servidão: as famílias trocavam sua produção de bolas de borracha por alimentos, ferramentas e vestimentas básicas, fornecidos pelos latifundiários donos de seringais daquela época.

A produção da borracha era escoada por via fluvial para o oceano Atlântico através do rio Acre, que se conecta ao rio Amazonas, para satisfazer a demanda europeia. Um boom econômico de mais de um século foi concluído no ano de 1988, em decorrência da queda sucessiva do preço da borracha, aspecto que contribuiu para a identificação e o aproveitamento de outros produtos de interesse econômico, como

madeira, castanha, peles de animais selvagens e alguns frutos amazônicos.

No começo dos anos 1980 foi iniciada a construção da primeira rodovia que conectou a Amazônia sul e norte ao resto do país, fato determinante para a dissolução do monopólio da coleta e comercialização da borracha e da castanha (*Bertholletia excelsa*) pelas empresas seringalistas. Anos mais tarde, quando os latifundiários já tinham perdido o domínio econômico regional, houve o crescimento da produção madeireira, e a legislação boliviana permitiu que eles tivessem acesso às concessões florestais estaduais por 40 anos, durante os quais, sob os planos de manejo florestal, poderiam realizar a exploração da madeira.

Para os habitantes da região, o mais relevante da incursão das empresas madeireiras dos 1980 foi a abertura de estradas secundárias e ramais, que lhes permitiu, anos mais tarde, melhorar o transporte de seus produtos até as rodovias para conseguir melhores preços e ter capacidade de negociação. O escoamento de produtos provenientes da floresta passou das mulas de carga à carroça puxada por bois e hoje também é feito por motocicletas.

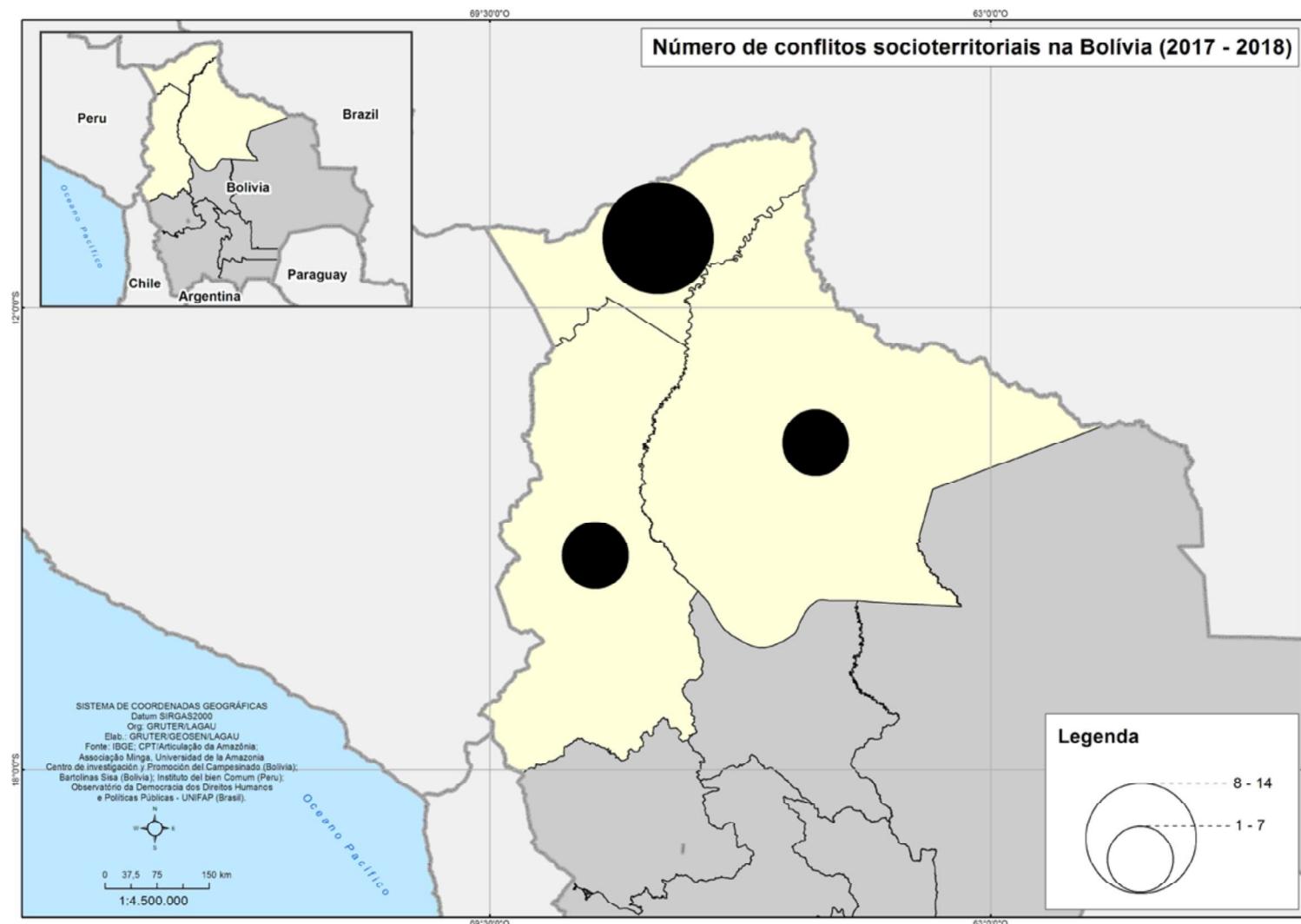
Se o estabelecimento de moradores na região foi crescendo por exploração e comércio da borracha e da castanha, após a retirada das empresas seringalistas e de castanha ao final dos anos de 1990 começou um demorado processo de demanda por segurança jurídica da terra e do território por parte daquelas que hoje são comunidades tradicionais e indígenas. Pando foi o primeiro departamento da Bolívia a

concluir o reconhecimento territorial e a titulação de terras, o que se iniciou em 1996 e se encerrou em 2008. As comunidades tradicionais titularam extensas áreas de florestas em propriedade coletiva e, atendendo à vocação produtiva da região em torno da floresta, foram fornecidos cerca de 500 hectares por família como base para o cálculo da área comunitária.

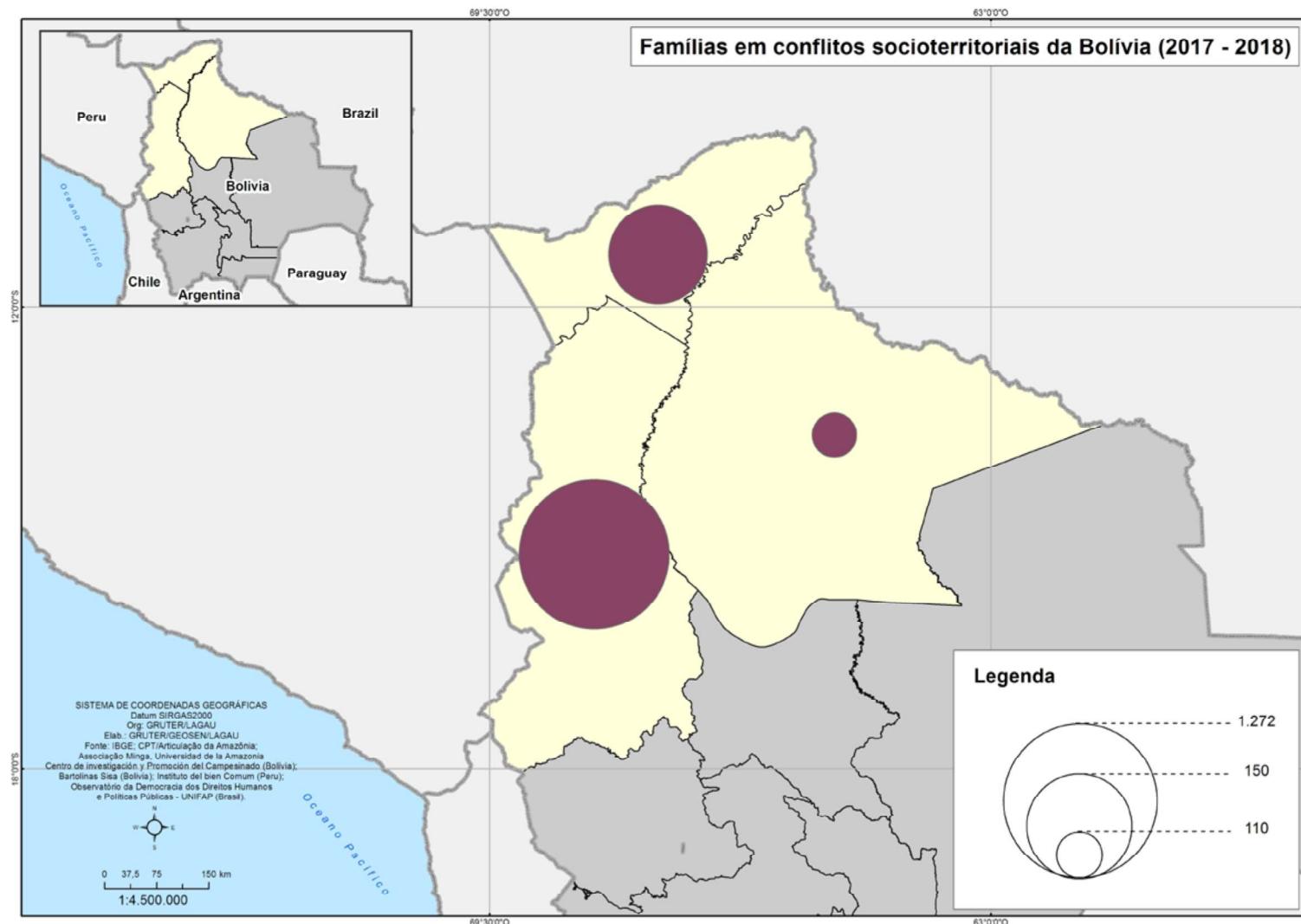
Apesar de as comunidades tradicionais e indígenas acessarem a terra da Amazônia boliviana, ficou provado que apenas o acesso à terra não foi suficiente e que também é preciso desenvolver estratégias para melhorar seus meios de vida sustentáveis, tendo como base os recursos naturais disponíveis nos territórios. Situação difícil, pois muitos grupos tradicionais e indígenas são afetados por múltiplos fatores que geram conflitos socioambientais e territoriais, relacionados a invasões e grilagem de suas terras por parte de terceiros. Também a ocupação dos territórios sem demarcação ou titulação legal, a sobreposição de áreas com concessões, o aproveitamento ilegal de madeira, a contaminação dos rios pela mineração ilegal e a incursão de megaprojetos exploratórios relacionados à construção de hidrelétricas impulsados pelos sucessivos governos são alguns dos problemas que ameaçam permanentemente o bem-estar das famílias tradicionais e indígenas da região Amazônica boliviana.

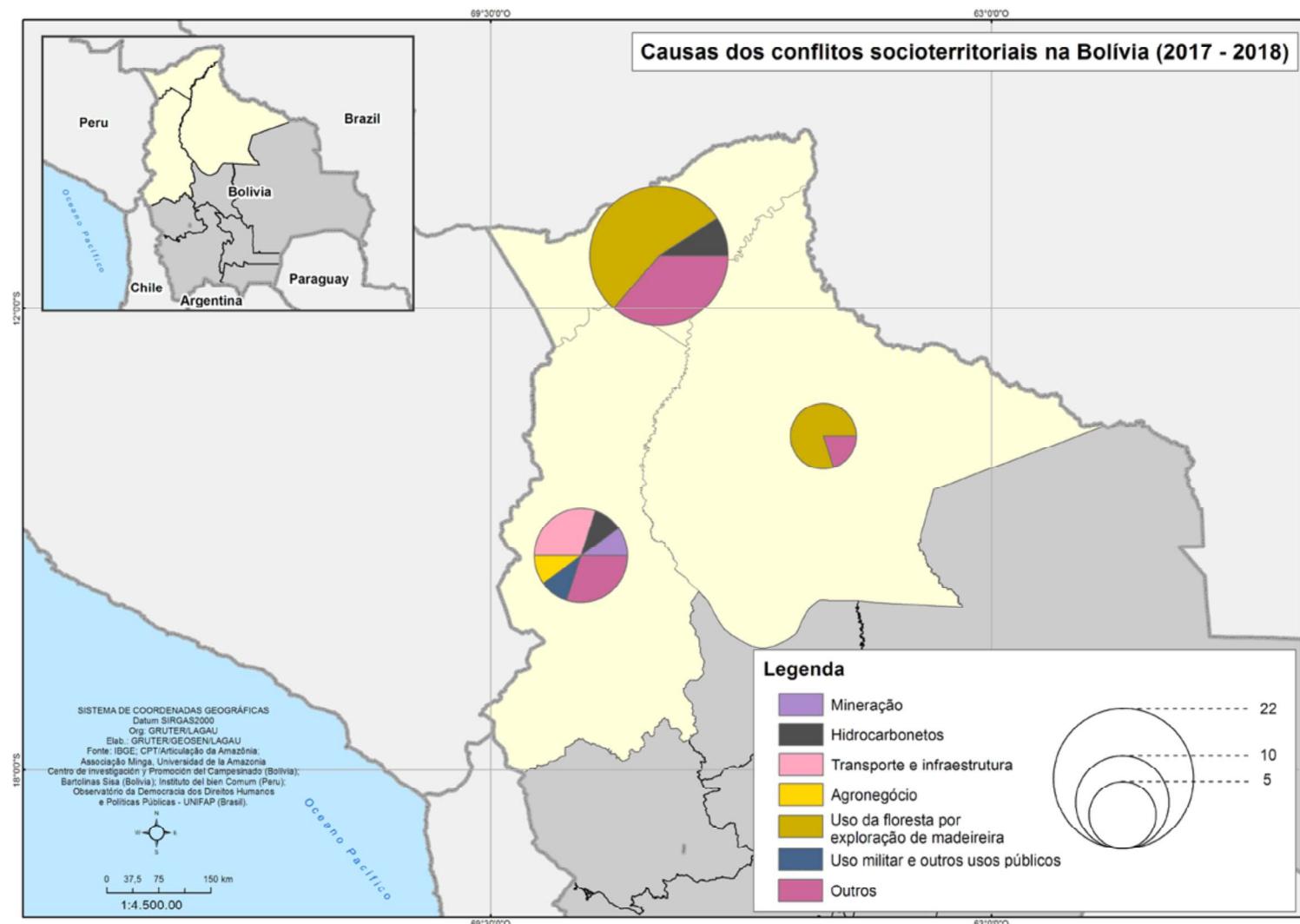
Mapas Bolívia



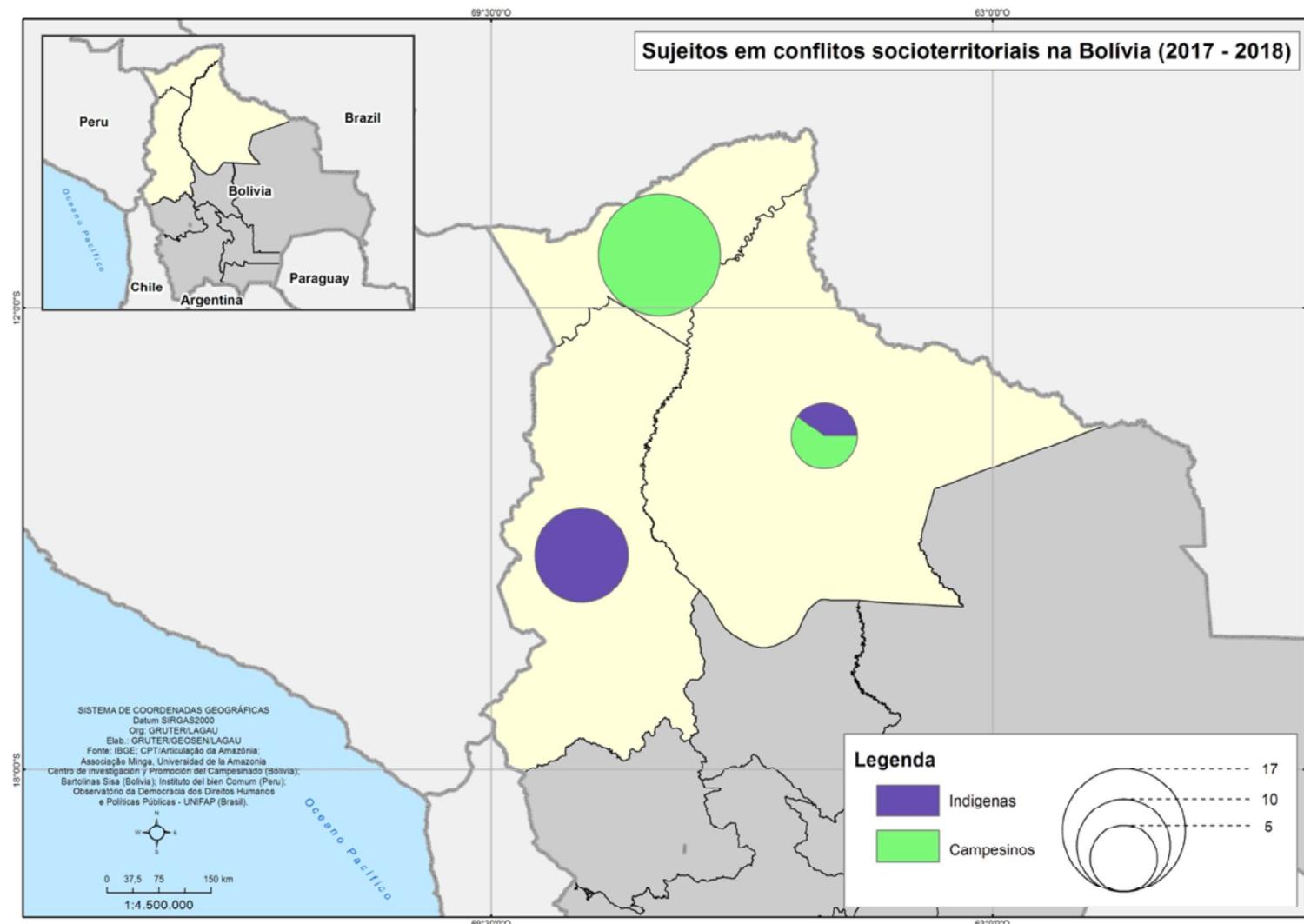


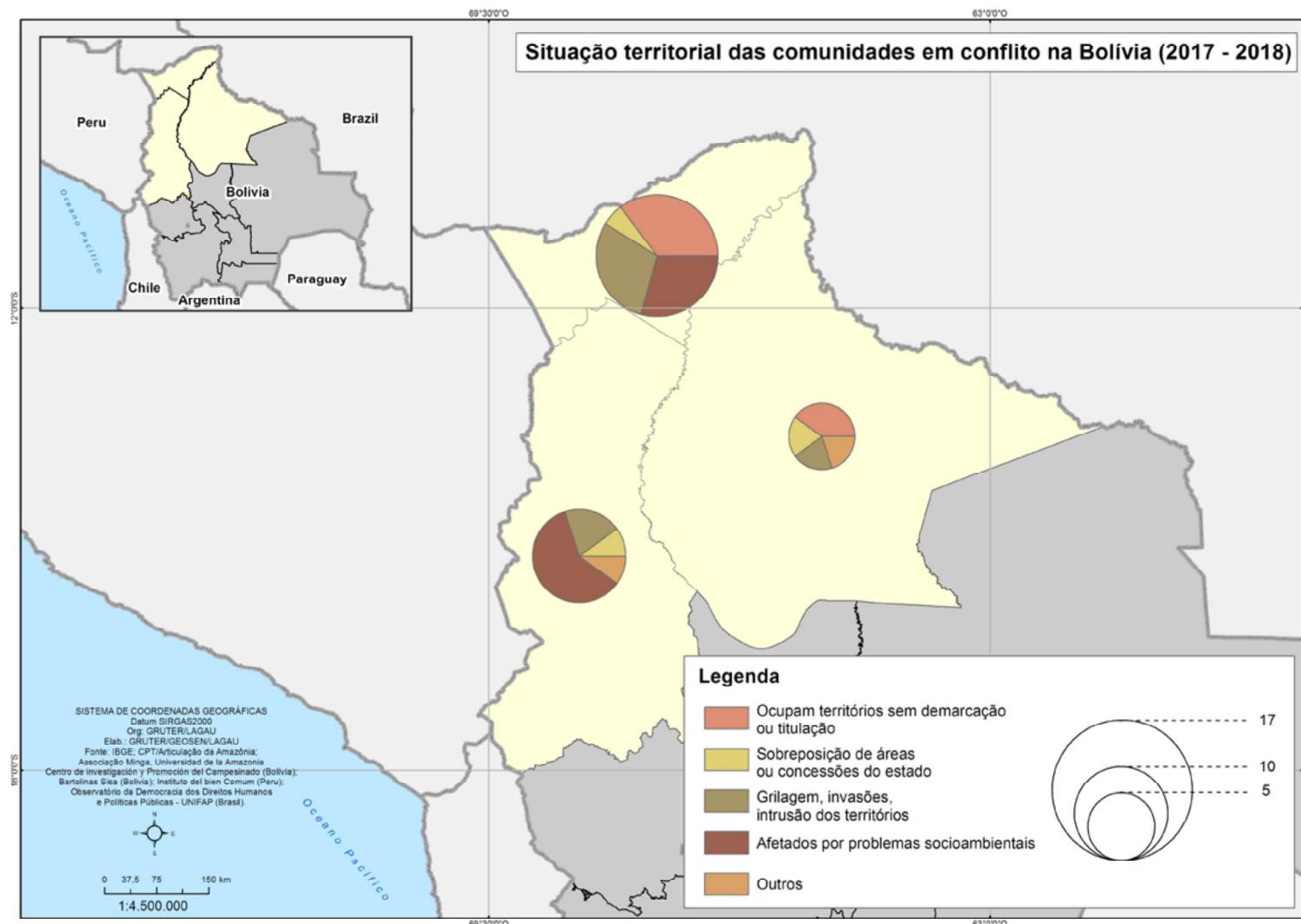
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

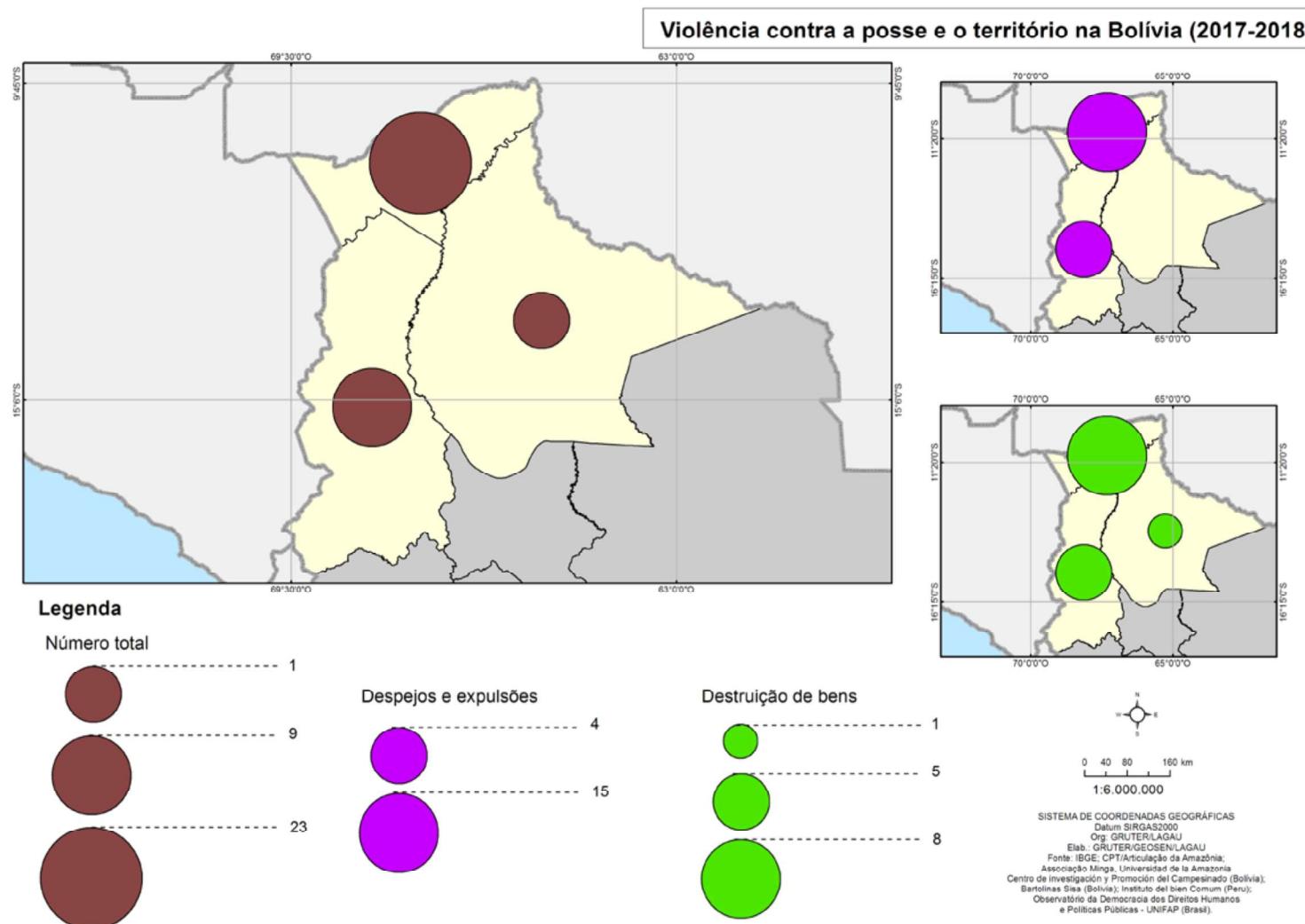


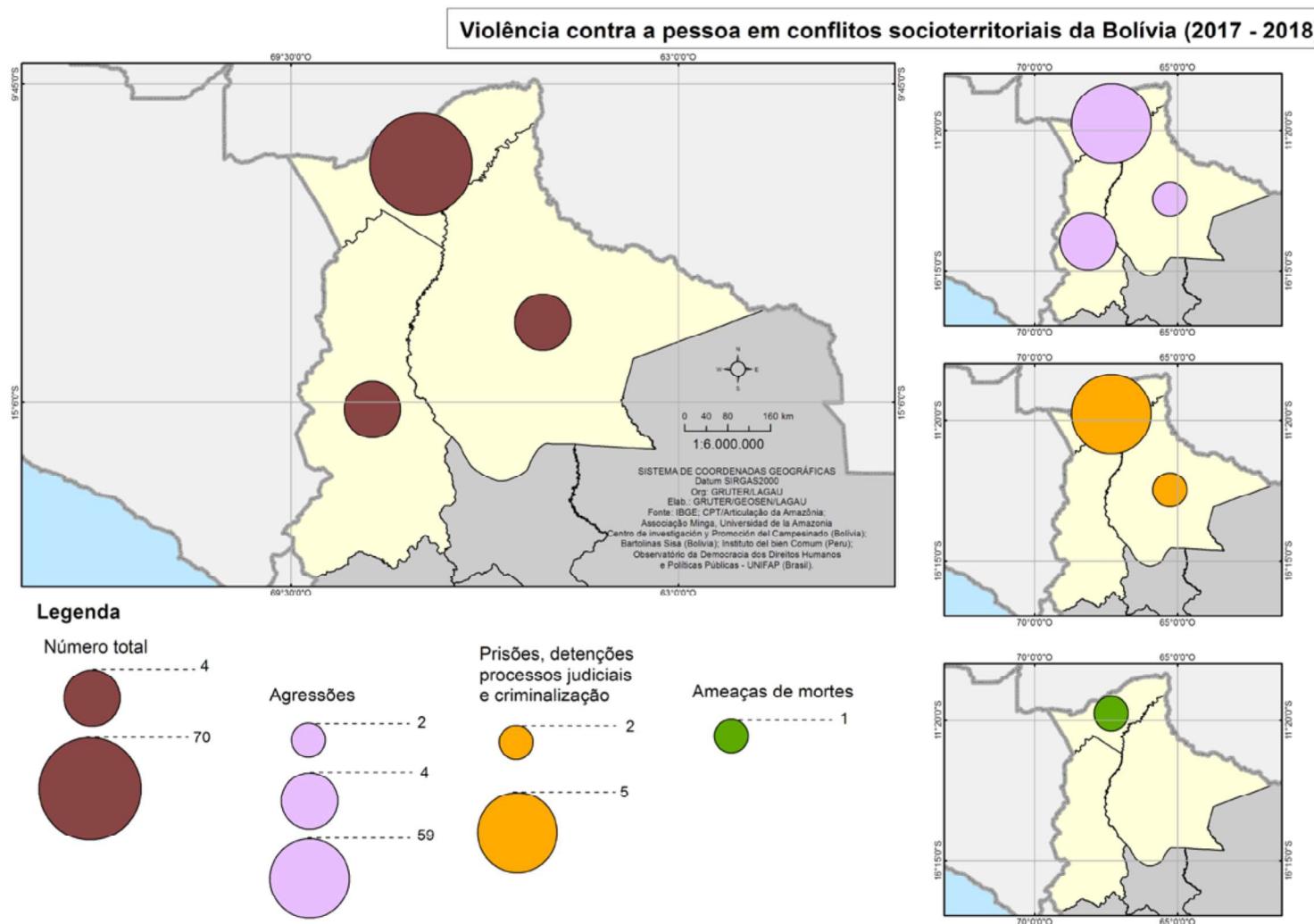


Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico









“Conflito pela construção de usinas Hidrelétricas el bala e el chepote na Amazônia boliviana”

Carmelo Peralta

Doris Domínguez

O projeto hidrelétrico **El Bala e El Chepote** está localizado sobre o rio Beni, entre a província Iturralde, do departamento do Beni, e a província Franz Tamayo, do departamento de La Paz. Divide-se em duas partes, a primeira localizada nas proximidades do estreito El Bala do rio Beni, 13,5 km acima de San Buenaventura e Rurrenabaque, e a segunda, El Chepote, localizada 70 km acima de Rurrenabaque na província Franz Tamayo, do departamento de La Paz, e tem previsão de gerar 3.251 megawatts de potência.

O conflito sobre a construção das barragens El Bala e El Chepote teve seu ponto mais acentuado ao final de 2016 e continuou durante 2017 e 2018. Posteriormente, houve debates e múltiplas análises de viabilidade e dos cenários de impactos socioambientais na região e na população. Algumas estimativas indicam que a construção das megabarragens do Bala-Chepote podem alagar entre 771 e 1.200 km² do Parque Nacional Madidi, da Reserva da Biosfera e da Terra Comunitária de Origem Pilón Lajas, além dos ter-

ritórios ancestrais Mosetenes, Chimanés, Lecos, Tacanas, Uchupiamonas e Esse Ejjas, atingindo pelo menos 1032 famílias de indígenas e de colonos de forma direta. Ainda, essa construção deve representar uma despesa de mais de 8 bilhões de dólares, recurso bastante alto considerando que a dívida externa de 2019 do país foi de 10,187 bilhões de dólares, 23% do seu produto interno bruto.

Com esse histórico, na época a comunidade da região decidiu expulsar a empresa Servicoms, que paralisou seu trabalho e teve que se retirar da zona. A empresa era subcontratada pela empresa italiana Geodata, que era a oficialmente contratada pela Empresa Nacional de Electricidad Bolivia para a realização do estudo e desenho final do projeto hidrelétrico. A comunidade argumentou que a construção da hidrelétrica é incumbência de toda a sociedade boliviana, e que a decisão não corresponde apenas a uma determinação do governo atual. Inclusive, falou-se sobre a necessidade de um referendo para tomar decisões sobre a construção das

barragens.

Durante o conflito, as comunidades se organizaram, defenderam seu território e rejeitaram contundentemente a construção das hidrelétricas, e tiveram o apoio massivo da população da região. Embora a construção das barragens ainda não esteja definida, esse conflito pode ser reativado a qualquer momento segundo a atuação do governo atual, que tem decisões favoráveis a políticas de desenvolvimento baseadas em megaprojetos que fomentam a exploração de recursos naturais, muito intensa nos últimos anos.



Maquinaria da empresa que realizava estudo. Foto: tirada por um comunal, publicada pela Coordenadora de Defesa da Amazônia.



Reunião de comunidades que rejeitavam o projeto hidrelétrico El Bala e El Chepete. Foto: Alex Villca.

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Brasil

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

A Amazônia e o direito à existência de seus povos

Maria José dos Santos¹

Raione Lima Campos²

A Amazônia é um território sagrado, especialmente para quem nela vive desde tempos imemoriais, seus ancestrais, seus povos e comunidades tradicionais, que constroem suas identidades a partir do lugar em que vivem com seus costumes, tradições e cultura que são preservados de geração em geração. Uma relação entre seres humanos e natureza, mulheres e homens, terra, água, florestas e animais. Toda essa biodiversidade existente no território amazônico é essencial para a vida não só de seus povos, mas do nosso planeta. A humanidade depende dos bens da natureza e os povos da Amazônia necessitam de seus territórios livres para continuarem a reprodução de suas vidas.

O processo de colonização não foi perverso, não no verbo passado, porque essa colonização continua existindo, embora de forma sofisticada, disfarçada de “progresso e desenvolvimento”. Esse pensamento colonizador que persiste até hoje visa justificar que existe outro modo de vida segundo o qual não precisamos preservar a natureza para continuar

mos existindo enquanto seres humanos. Outra justificativa nefasta desse pensamento colonizador é a de que os costumes e as tradições dos povos da Amazônia são atrasados.

Há muito tempo esse processo tem um nome, chama-se sistema capitalista, que vê na Amazônia a sua fronteira de exploração e sustentação com o aumento de seus lucros da forma mais perversa e violenta possível. Ele se desenvolve por meio de grandes projetos propagandeados como modelos de desenvolvimento, os quais promoveram diversas atrocidades e violações de direitos humanos na vida das populações da Amazônia. São projetos de hidroelétricas, hidrovias, ferrovias, portos, mineração, pecuária, entre outros, que foram e são compactuados com o governo federal, isto é, têm como seu principal aliado o próprio Estado brasileiro.

A Amazônia foi e tem sido alvo de muitos ataques. Como se não bastasse a grilagem, a extração ilegal de madeiras, os garimpos e os grandes fazendeiros (latifundiários) que pro-

¹ Doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Roraima. Membro do Conselho da CPT Regional Roraima e assessora da Articulação Amazônia da CPT. Ribeirinha, filha e neta de extrativistas do Rio Jari - Amapá.

² Advogada, agente da equipe da CPT Itaituba - Pará.

movem no dia a dia a violência no campo contra os povos da Terra, esses sujeitos colaboram com um sistema predatório em nome da ganância e dos lucros, passando por cima de qualquer direito humano.

Podemos considerar que essa frente impõe um processo que eles mesmos chamam de “limpeza da área”. Isso significa expulsar os povos da terra, não demarcar as terras indígenas, não garantir os direitos das comunidades tradicionais, já reconhecidos na legislação nacional e internacional, e principalmente não realizar a reforma agrária – pelo contrário, flexibilizar as leis ambientais e de regularização fundiária para favorecer o agronegócio e facilitar a compra e a grilagem das terras públicas e dos territórios tradicionais. Todos esses elementos têm contribuído, no cenário atual, para o aumento do desmatamento na Amazônia, o aumento da violência no campo, os assassinatos de lideranças e as ameaças a todos os defensores que denunciam irregularidades e reivindicam os direitos coletivos. Como resultado de todos esses crimes, vemos somente a impunidade.

É preciso reconhecer que a garantia do direito das populações tradicionais ao seu território é uma conquista desses povos e o reconhecimento de uma dívida social por parte do Estado brasileiro, pois historicamente esses povos tiveram seus direitos negados. Primeiro durante o Período Colonial (1500-1822), com o processo da conquista portuguesa baseada na escravidão indígena e negra, na espoliação das nossas riquezas, na devastação ambiental, no latifúndio e nos massacres de populações inteiras. No segundo momento, após o processo de Independência do Brasil ocorrido em 07

de setembro de 1822, o Estado monárquico brasileiro deu continuidade à escravização de populações negras trazidas da África e à exploração da mão de obra indígena.

Observa-se que a História Agrária do Brasil foi marcada pelo latifúndio e pela exclusão das populações tradicionais desde a chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral, com a divisão das capitâncias hereditárias, passando pela implementação da Lei de Sesmarias e estendendo-se até o Brasil independente. A consolidação desse projeto agrário se deu com a aprovação da Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, a qual previa a compra como única forma de acesso à terra, deixava a demarcação de terras para as populações indígenas à mercê dos presidentes provinciais e negava o direito das populações tradicionais aos seus territórios. Essa lei foi a finalização de um projeto estrutural do Estado de não permitir que as centenas de milhares de negros escravizados e populações indígenas tivessem acesso à terra. Após a Proclamação da República (1888), esse projeto de exclusão teve continuidade com uma Constituição do Brasil que não trouxe um único capítulo sobre o acesso das populações tradicionais à terra. Portanto, somente após quatro séculos de latifúndio o Estado brasileiro finalmente iniciou uma reparação social, conquistada após muitas lutas, massacres, invasões e grilagens de seus territórios.

Nesse cenário, a resistência e existência das populações tradicionais não foi uma pedra, mas uma verdadeira muralha diante da expansão capitalista e da preservação ambiental na Amazônia. Essa conquista está ameaçada desde a campanha do atual presidente Jair Bolsonaro (2018), que foi mar-

cada pelas promessas de ataques aos territórios e aos povos da Amazônia, especialmente as promessas absurdas de legalizar o garimpo em terras indígenas, “integrar” os indígenas, acabar com os empecilhos ambientais, e perseguir as ONGs e ambientalistas, que o levaram à presidência da república.

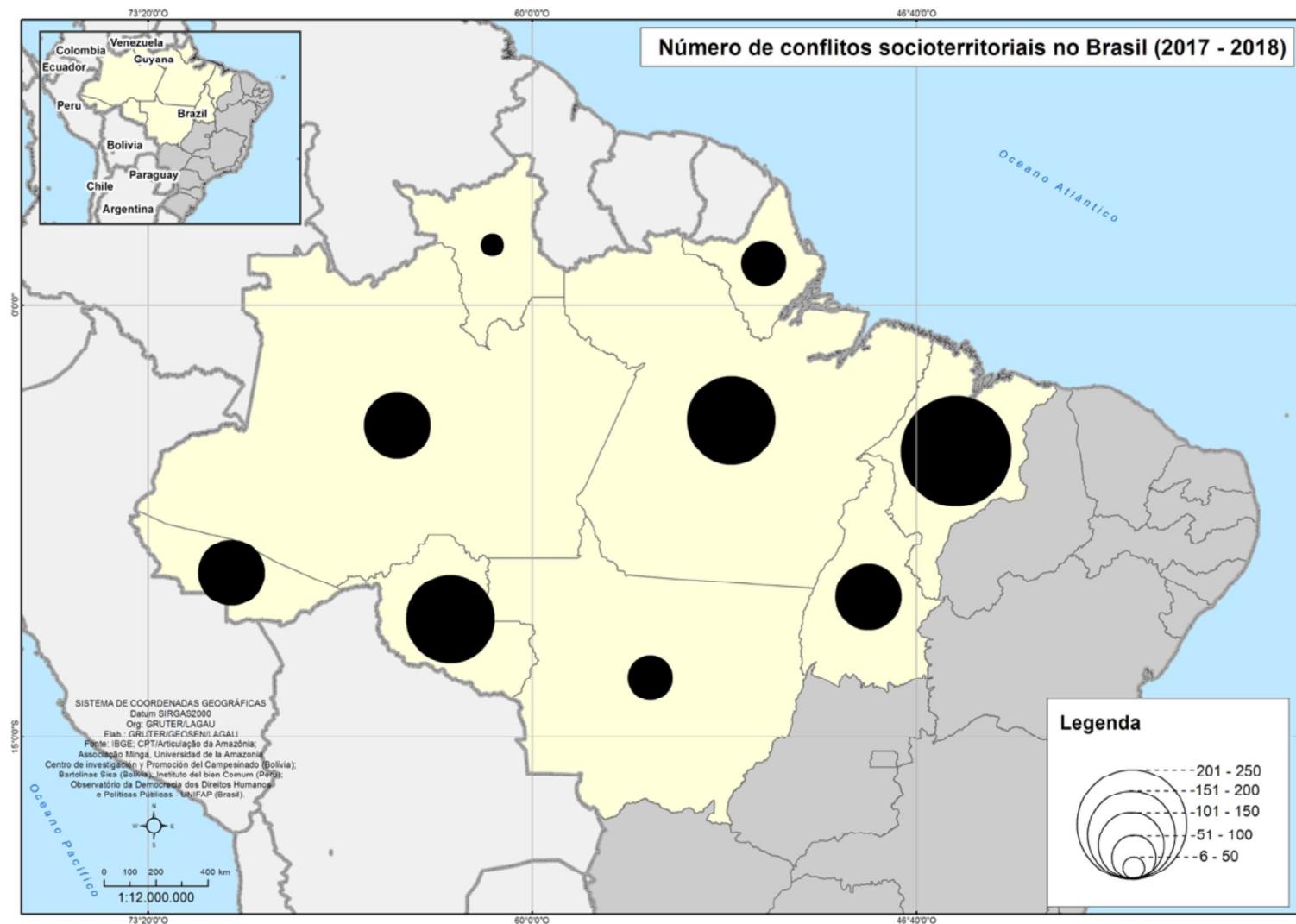
Nessa conjuntura, após um ano de governo tivemos uma verdadeira guerra contra a Amazônia, sua gente e seus defensores. Os ataques foram sistemáticos e resultaram no aumento dos assassinatos, do desmatamento e dos conflitos. Estes somam-se por fim a tentativas de violação da Constituição Federal, com inúmeros projetos que tramitam no Congresso Nacional. Destacamos três ataques: o primeiro diz respeito à exclusão da sociedade civil do conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), cujas verbas têm por finalidade financiar projetos socioambientais que são apoiados com fundos financeiros do governo, por meio do alijamento de diversas associações ambientais e organizações do conselho; o segundo ataque foi a **Medida Provisória 910/2019**, que visa flexibilizar a regularização fundiária, especialmente na Amazônia, e emitir mais de 600 mil títulos de terras; o terceiro é o Projeto de Lei 191/2020, que tem por finalidade permitir a exploração mineral, energética e agropecuária em terras indígenas, uma lei comparada aos decretos militares que vigoraram durante a Ditadura (1964-1985) que autorizavam a abertura de rodovias federais e a doação de territórios para empresas nacionais e multinacionais de exploração econômica. Essa nova empreitada sobre os territórios é marcada pelos ataques deste governo, pondo em risco o maior patrimônio ecológico, hidrográfico e genético do planeta.

Mesmo diante de tais ataques, os povos amazônicos resistiram e resistem, lutaram e continuam lutando com seus corpos, seu sangue e suas vidas na defesa de seus territórios para viver de forma sustentável. São diferentes sujeitos sociais, mulheres e homens amazônicos, indígenas, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras, quebradeiras de coco, extrativistas, camponeses e campesinas, seringueiros, quilombolas, curandeiras e parteiras, que doam suas vidas nesta luta. Conclamamos todos/as aqueles e aquelas que defendem o direito à vida de nosso planeta para que juntos possamos ecoar nossos cantos, dançar nossos rituais e proteger nossos povos.

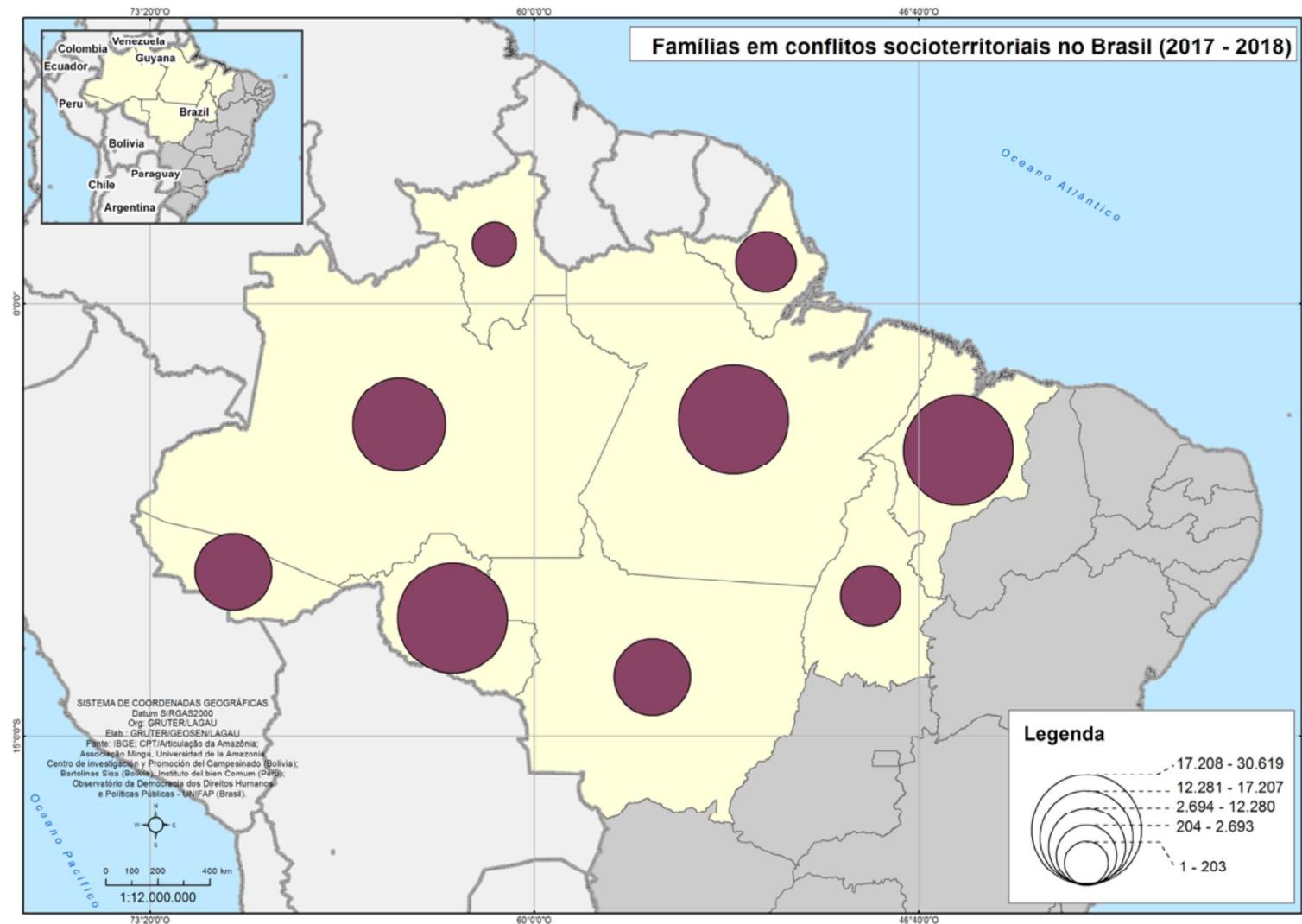
Salvem nossa querida AMAZÔNIA!

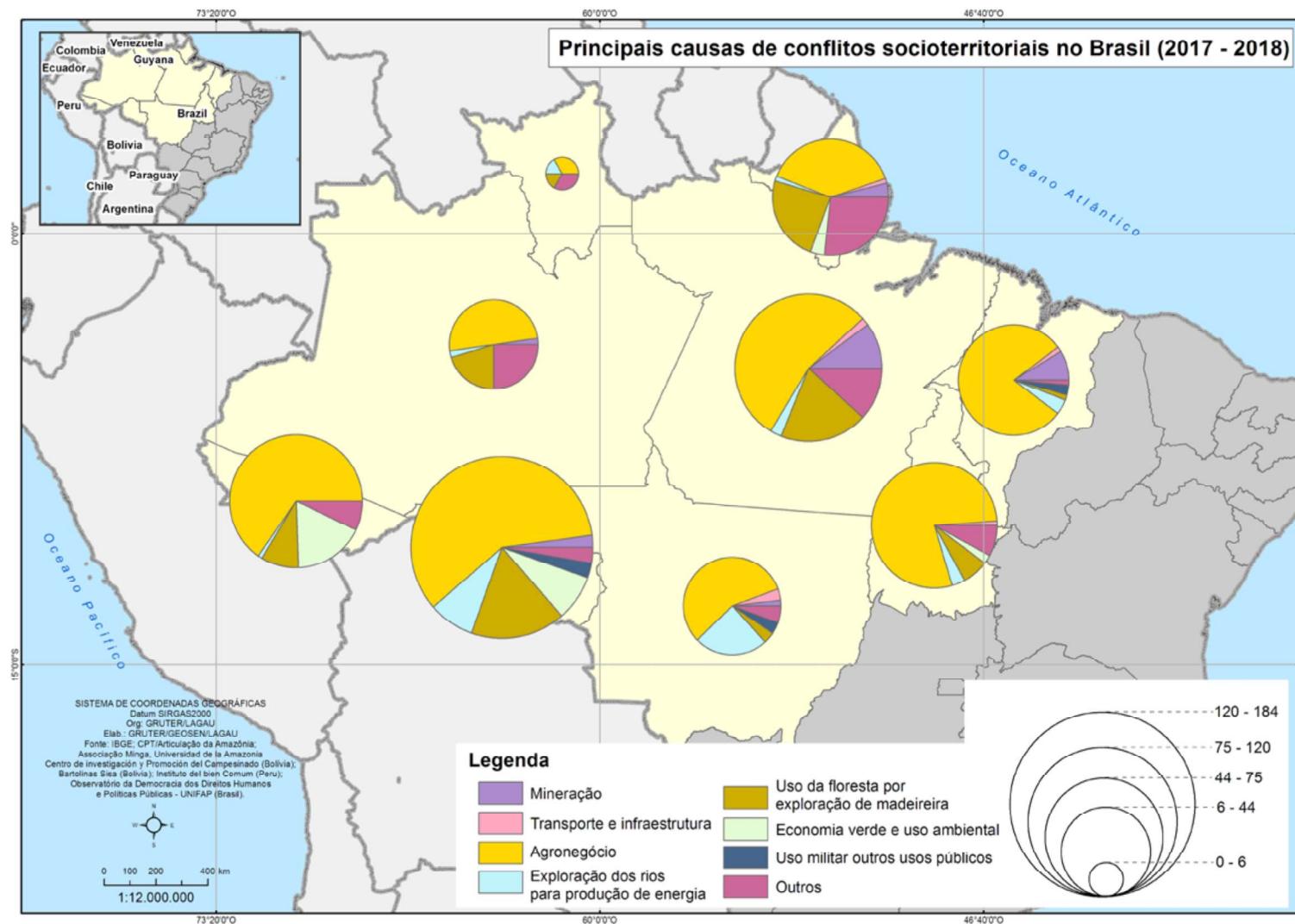
Mapas Brasil



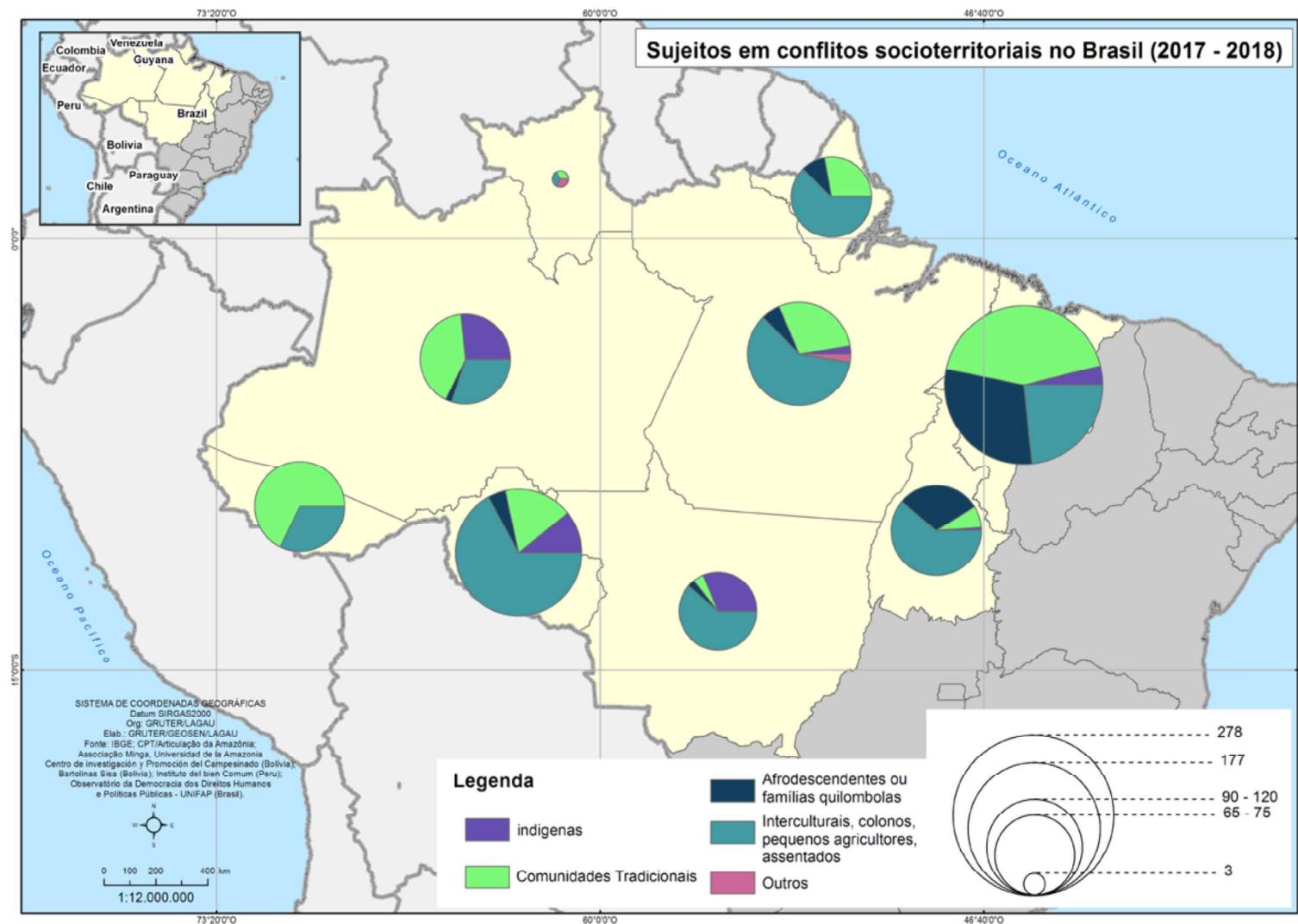


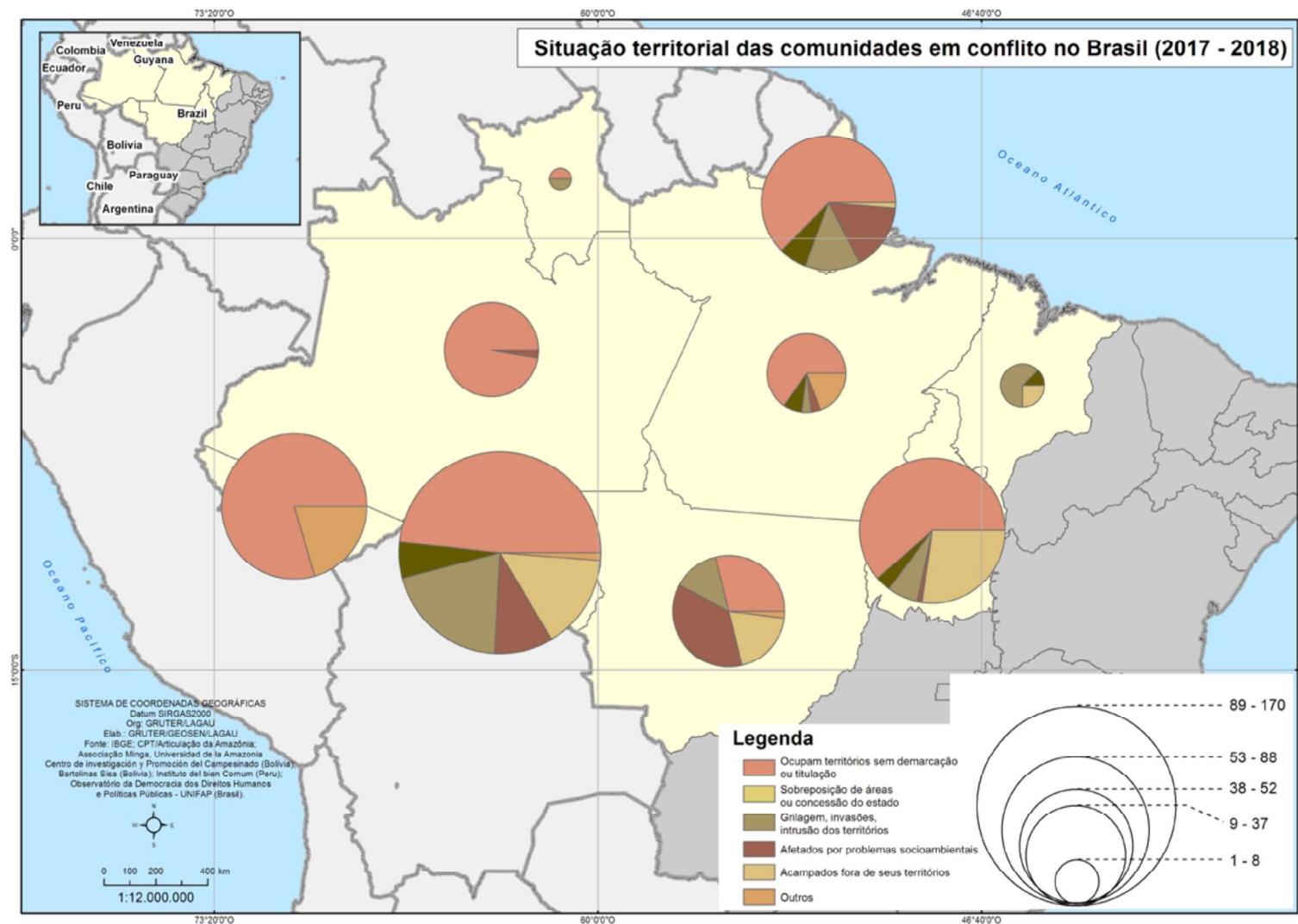
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



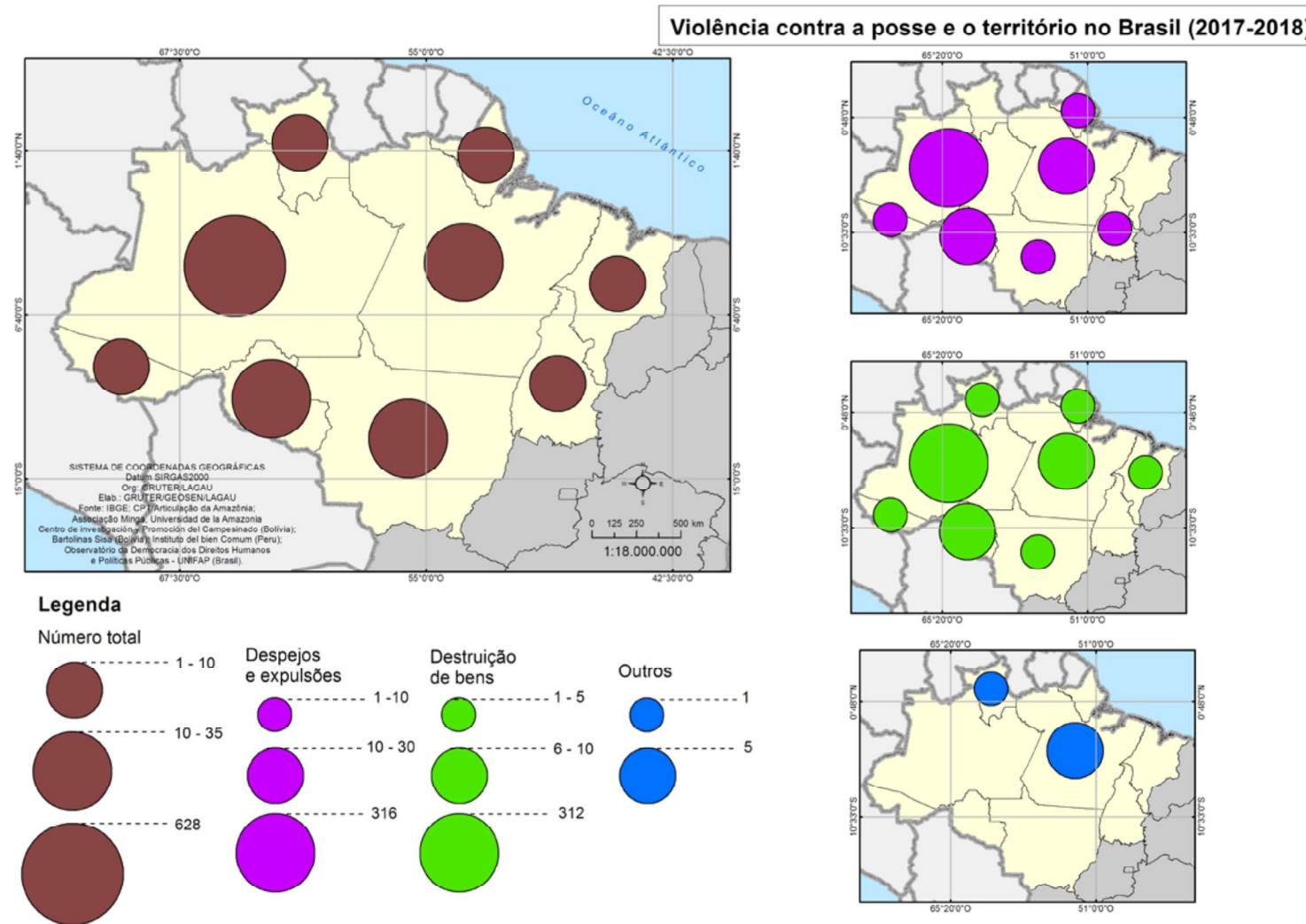


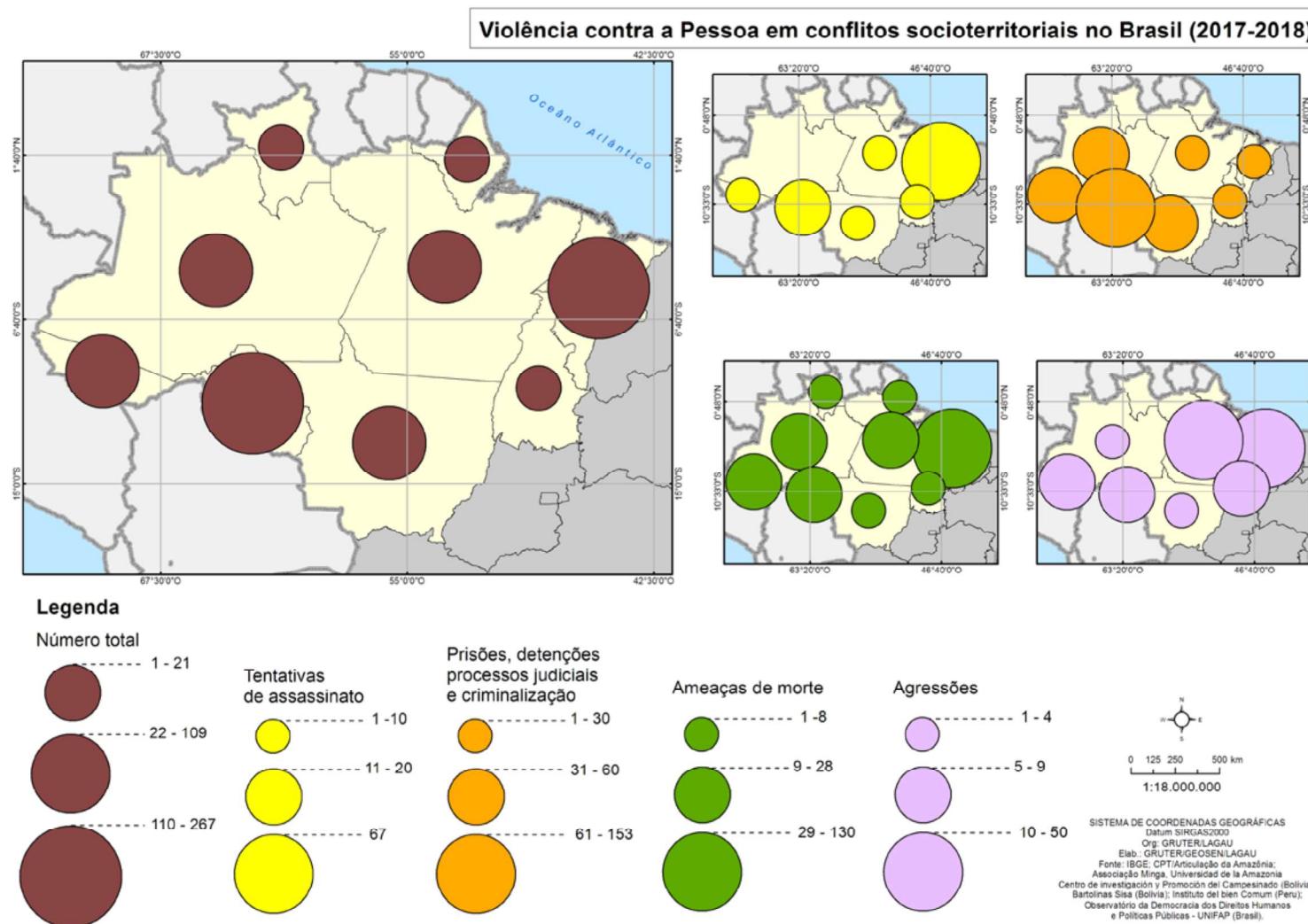
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



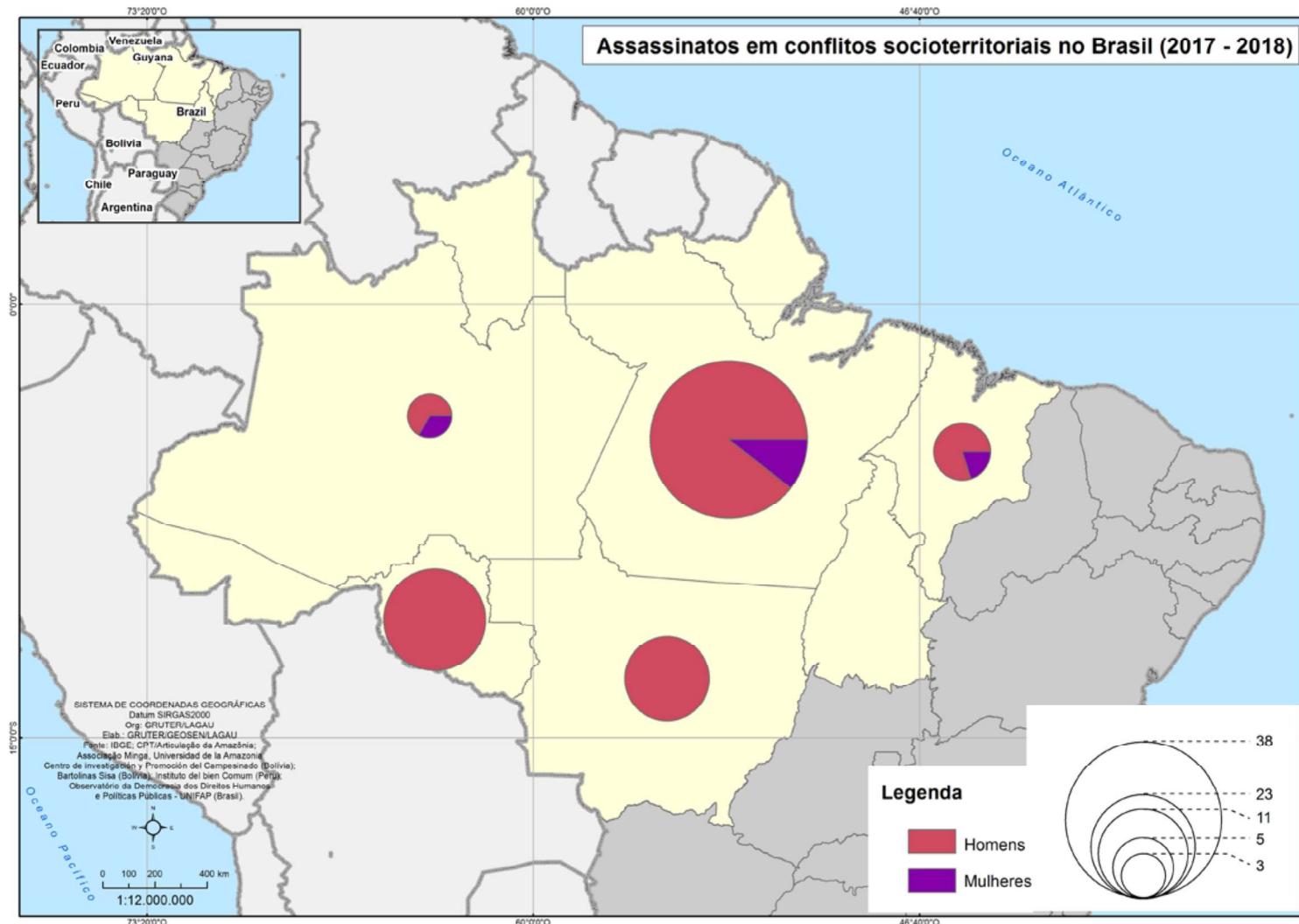


Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico





Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



O massacre de Pau D’arco e a disputa pela posse da terra no sul do pará

Andréia A. S. Santos¹

Gilson Fernando de Jesus Rego²

“É a polícia, porra, e se correr morrem!”; “não corre ninguém!”; “não corre senão morrem, bando de vagabundos!”.

Junto com as vozes de comando seguiram rajadas de tiros em direção ao grupo de 25 trabalhadores/as rurais que se encontrava abrigado sob uma lona preta, em meio a uma moita de coqueiros-babaçu e ipês, no interior da Fazenda Santa Lúcia, município de Pau D’Arco. Essa é a narrativa apresentada pelos sobreviventes do “Massacre de Pau D’Arco”, ocorrido na manhã do dia 24 de maio de 2017. O episódio resultou na execução de nove homens e uma mulher, assassinados por policiais militares e civis do estado do Pará.

Naquela manhã, um grupo de 29 policiais civis e militares dirigiu-se até a Fazenda Santa Lúcia sob a justificativa de cumprir 14 mandados de prisões preventivas e temporárias contra os trabalhadores/as rurais que haviam recém-ocupado a referida área. Ao chegarem à sede do imóvel, os policiais identificaram o local do acampamento e um grupo de

sete militares ingressou mato adentro em perseguição aos acampados.

Ao encontrarem os sem-terra abrigados em um local para se proteger da forte chuva que caía, os policiais atiraram para matar. Um dos trabalhadores, que foi baleado na nuca enquanto tentava se refugiar, ao prestar depoimento afirmou que não houve qualquer tipo de reação por parte dos trabalhadores rurais: “os policiais só chegaram e anunciaram ‘é a polícia’ e, em seguida, atiraram”.

No momento em que iniciaram os disparos, alguns trabalhadores/as conseguiram fugir e se esconder nas imediações, mas, durante a fuga, dois deles foram encontrados e assassinados pelos policiais. Aqueles que permaneceram no local foram rendidos, espancados e mortos. Ao finalizarem

¹ Coordenação CPT Pará

² Coordenação CPT Pará

as execuções, os policiais levaram os corpos para Redenção. Dez vítimas do latifúndio desfilavam pelas ruas do município amontoadas, sem vida, nas caçambas de viaturas do estado.

A tese de confronto apresentada pelos policiais chamou a atenção: dez trabalhadores/as mortos a tiros em um suposto confronto com a polícia, mas nenhum agente do estado ferido. Logo no início das investigações essa versão desmoronou. As investigações realizadas pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Estadual (MPE), em que foram realizadas reconstituição da cena do crime com a colaboração de dois policiais civis que participaram da operação, possibilitaram a individualização das condutas dos agentes, apontando quais deles participaram ativamente das execuções.

Como resultado, 17 policiais foram denunciados pelo MPE como autores dos assassinatos e presos preventivamente, mas, no decorrer da ação criminal, foram colocados em liberdade. Na sentença, 16 deles foram enviados para julgamento pelo tribunal do júri. Mesmo respondendo ao processo criminal, os policiais foram reincorporados às suas funções pela Secretaria de Segurança Pública do Estado e seguem trabalhando normalmente.

Além disso, não foram identificados os mandantes dos assassinatos, aqueles que financiaram o massacre em razão de seus interesses particulares. Hoje, aproximadamente três anos após as execuções, o esquema que liga executores e mandantes nessa escancarada atuação de agentes do Estado

através das forças policiais em favor do latifúndio continua velado.

Os sobreviventes e familiares das vítimas até hoje não receberam nenhum suporte do Estado, seja de ordem material, seja apoio psicológico para se recompor de crime tão violento. Uma mãe que perdeu dois filhos no massacre veio a óbito por não ter mais quem a assistisse em face de graves problemas renais: o quadro clínico, que antes era crítico apenas em razão da ineficiência do SUS, passou a contar com um quadro depressivo que garantiu o avanço fatal da doença.

Todas essas nuances fizeram com que o Massacre de Pau D'Arco marcassem a história da luta pela terra no sul do Pará como o episódio mais violento desde o Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais vinculados ao Movimento Sem Terra (MST) foram assassinados na “Curva do S”.

Entre suas motivações está a disputa pela posse da Fazenda Santa Lúcia, de pretensa propriedade da família Babinski, de origem do Sul do Brasil. A fazenda palco das execuções é um latifúndio com mais de cinco mil hectares de extensão. A área é reivindicada por trabalhadores/as rurais desde 2013, tendo permanecido ocupada durante um bom período. Em decorrência da ocupação, a família Babinski ingressou com ação de reintegração de posse junto à Vara Agrária de Redenção contra os acampados.

O pedido para desocupação da área foi concedido pelo juiz

agrário em caráter liminar e a ordem favorável aos fazendeiros foi cumprida reiteradas vezes pelo destacamento de polícia local, contrariando as normativas de direitos humanos que tratam do tema. Após algum tempo dos despejos, as famílias, por não terem outra terra para trabalhar, decidiram reocupar a fazenda. Mas foi na manhã seguinte a essa reocupação que os policiais foram fazer a execução da reintegração do imóvel em que a violência acabou com a vida de 10 sem-terra.

Atualmente a Fazenda Santa Lúcia encontra-se ocupada por 200 famílias de trabalhadores/as rurais, inclusive sobreviventes do Massacre de Pau D'Arco, que a reivindicam para a criação de assentamento em aplicação da Política Nacional de Reforma Agrária. No entanto, a decisão liminar que determina a desocupação da área segue em vigor e essas 200 famílias correm risco de serem despejadas nos próximos meses.

Mais uma vez o Estado, através do Poder Judiciário, atua para beneficiar o latifúndio, preterindo interesses coletivos que são juridicamente desconsiderados em um processo marcado por irregularidades e violações de direitos fundamentais. Passados mais de cinco anos de discussão judicial acerca da legitimidade do título apresentado pelos supostos proprietários da Fazenda Santa Lúcia, não se teve ainda uma decisão conclusiva acerca da origem do título de propriedade, existindo a possibilidade de sobreposição da fazenda com o assentamento Nicolina Riveti. Na falta de clareza acerca da regularidade fundiária, o Estado julga que é mais justo que a área permaneça na mão de uma única

família em vez de mais de duzentas famílias.

Na verdade, o caos fundiário que sempre interessou as oligarquias rurais e a formação do latifúndio, que foi sutilmente ameaçado pela previsão da criação de varas agrárias pela Constituição Federal de 1988, mantém o processo de democratização do acesso à terra duramente silenciado.

No contexto geral, a partir de 2017 vimos o acirramento do número de despejos de acampamentos e ocupações de trabalhadores/as rurais no sul e sudeste do Pará, ainda com registros de despejos ilegais praticados por milicianos a mando de latifundiários, mas também com o aumento da quantidade de reintegrações de posse autorizadas pelo Poder Judiciário, notadamente pelos juízes das Varas Agrárias de Marabá e Redenção.

A ascensão de Bolsonaro ao centro do Poder Executivo certamente constitui mais um agravante, em decorrência da escancarada aliança desse governo com o latifúndio na Amazônia, adotando medidas que inviabilizam a continuidade da Reforma Agrária, a demarcação das terras indígenas e a regularização dos territórios quilombolas e das populações tradicionais e, em vez disso, prioriza e estimula a regularização fundiária de imensas porções de terras públicas federais ao desejo da grilagem historicamente usada pelo latifúndio.

O Massacre de Pau D'Arco e a disputa pela posse da Fazenda Santa Lúcia surpreendem a todos, tanto pelo nível de crueldade empregado como em razão do envolvimento de agentes de segurança do Estado, que atuaram deliberamente para beneficiar os proprietários da fazenda.

damente como um grupo de extermínio na defesa dos interesses de particulares. Portanto, torna-se emblemático, pois escancara a histórica aliança entre o Estado e o latifúndio, revelando ainda todo o ódio e as estratégias de tratamento dado àqueles que lutam por um pedaço de terra e a concretização da Reforma Agrária no Brasil. Esse massacre expõe ainda mais a história de violência registrada a cada ano no estado do Pará. São recordes absurdos de assassinatos que põem o estado no topo do ranking da violência no campo em todo o Brasil.

Para demonstrar esses números absurdos, usaremos os dados da própria CPT, que registrou, entre 1985 e 2019, 50 massacres no Brasil com 247 pessoas mortas. O estado do Pará tem a triste marca de 29 massacres registrados, ou seja, 57,9% dos massacres registrados em todo o Brasil. Se utilizarmos os dados de assassinatos dos anos 2017 e 2018, que é o período considerado no *Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico*, foram registrados 99 assassinatos no Brasil, dos quais 80 foram praticados somente nos estados que fazem parte da Amazônia Legal, sendo que o estado que registrou o maior número de assassinatos foi novamente o do Pará, com 33 assassinatos registrados.

Mas é preciso pôr fim a essa barbárie! Pela mãe que enterrou o próprio filho no dia do aniversário dele; pelas crianças que ficaram órfãs; pelos sobreviventes que fugiram pela floresta e escaparam da morte naquele dia e tiveram suas vidas para sempre destroçadas. O ideal de justiça no campo apenas se concretizará com a destinação das terras improdutivas para o benefício da agricultura familiar, atendendo

às demandas dos trabalhadores/as rurais em busca de terra e trabalho.



Cruzes simbolizam os trabalhadores e trabalhadoras mortos no massacre de Pau D'Arco. Foto: Equipe CPT Xinguara



Famílias se reúnem para pedir justiça no local onde ocorreu o massacre de Pau D'Arco. Foto: Equipe CPT Xinguara

Colômbia

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Contexto Amazônia colombiana

Mercedes Mejía

Olga Lucía Suárez

A Amazônia colombiana está atravessada por múltiplos conflitos e realidades que convertem a região mais importante do país pela biodiversidade e riqueza cultural, ao mesmo tempo, num dos territórios com maior risco de contaminação, desmatamento, grilagem de terras e expansão de atividades econômicas exploratórias legais e ilegais. Da mesma forma, é um território que apostou na paz, talvez por ter sido um dos mais atingidos pelo conflito armado e pela violência paramilitar. Hoje, porém, com a disputa pelas riquezas minerais e por terras, mostra-se uma nova fase de violência, com presença de grupos armados, delinquência organizada e militarização.

A projeção para a Amazônia não é nada alentadora. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 propõe crescimento do desmatamento zero até 2022, o que significa assumir para os próximos quatro anos uma perda de florestas próxima aos 800.000 h. O PND também focaliza a atenção nos mercados verdes e na venda de carbono, mais uma expressão da mercantilização da natureza e um passo adiante na estrangeirização territorial. Sobre o cumprimento da sentença STC4360 de 2018, basta recolher a valori-

zação que faz “De Justiça”, promotora das tutelas que lhe deram origem:

Seus atuadores demonstramos que nenhum dos autuados cumpriu totalmente as ordens da CSJ na sentença 4360 de 2018, pelo contrário, o cumprimento foi baixo ou houve descumprimento. Depois do primeiro ano da sentença que declarou a Amazônia como sujeito de direitos, nós, os 25 meninos, meninas e jovens que interpusemos a ação de tutela para frear o desmatamento e suas consequências sobre as mudanças climáticas, solicitamos ao Tribunal Superior de Bogotá que declare o incumprimento das ordens por parte do governo e dos autuados.

Ao contrário do que foi apresentado pelo governo nacional, a sentença 4360 não está sendo implementada para proteger a Amazônia e suas comunidades, ao contrário, está sendo utilizada por entidades nacionais como a Agência Nacional de Hidrocarbonetos (ANH) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) para interferir nas decisões dos entes territoriais em matéria de zoneamento territorial e uso do solo. As entidades ainda promovem a ingerência direta das empresas nessas matérias, como é o caso da Gran Tierra, em Putumayo, empresa que financia e toma parte ativa e decisória na atualização do POT departamental. As ordens

da sentença também têm sido usadas pela força pública e pela promotoria para fortalecer equipes especiais em áreas submetidas ao desmatamento, o que seria legítimo se fosse para atacar os mandantes dos delitos ambientais e se fossem investigados os verdadeiros “donos” dos negócios do desmatamento que estão por trás da grilagem de terras, das economias ilegais e dos interesses extrativistas. As comunidades do Caquetá, do Meta e de outros departamentos denunciam os excessos de força utilizados pelos corpos especiais nas operações em “defesa do meio ambiente”, as agressões e a presença exagerada de força nessas ações, assim como a perseguição de camponeses e pequenos infratores enquanto os grandes responsáveis continuam na impunidade. Atrás da grilagem de terras há políticos, pecuaristas e latifundiários, como têm denunciado moradores de Guaviare, que citam também as forças públicas como parte da corrente de corrupção.

A proposta é apropriar-se comunitariamente da sentença e das ordens contidas nela, exigir autonomia na construção dos POT e defender o território frente aos grandes capitais e interesses corporativos e estaduais, que não zelam pelo bem-estar comum e da Amazônia.

A seguir, apresentamos sumariamente outras dinâmicas e conflitos que marcam o que acontece na Amazônia em tempos recentes.

A atividade petroleira

A prospecção petroleira da Amazônia está aumentando,

especialmente na Bacia Caguan Putumayo, com área de 110.304 km cobrindo os departamentos do Putumayo, Caquetá, Cauca e Nariño. Segundo pesquisas recentes, “a bacia Caguan-Putumayo produz 2,9% do bruto total do país. Segundo a Ecopetrol, a reserva beira 500 milhões de barris de petróleo; segundo a ANH, alcança os 3.000 milhões de barris; e, segundo o departamento de Geociências da Universidade Nacional, 6.000 milhões de barris” (ASOCIACIÓN AMBIENTE Y SOCIEDAD, 2019).

Atualmente existem 51 contratos para estudar tecnicamente a área (TEA), pesquisar e explorar os recursos, de 16 empresas nacionais e internacionais. As empresas presentes nesses territórios são Gran Tierra Energy, Ecopetrol, Amerisur, Mompos Oil, Petro Caribbean Resources, Talisman Colombia Oil (Guainía, Guaviare e Caquetá), Petroamerica Colômbia, Camacol, Emerald, Vетra e Meta Petroleum nos quatro departamentos.

“Dos 51 contratos (lotes) petroleiros da região, 37 topam com 81 terras legais indígenas, principalmente nos departamentos de Putumayo e Caquetá” (ASOCIACIÓN AMBIENTE Y SOCIEDAD, 2019), o que representa uma área de 4.917.491,08, correspondente a 81 terras indígenas.

No caso do Putumayo, em 2018, 71% do departamento estava incluído em concessões para pesquisa e exploração de hidrocarbonetos. De outro lado, a Agência Nacional de Mineração outorgou 110 títulos de mineração no departamento, dos quais 49 estão vigentes, porém nenhum foi implementado.

Mineração legal e ilegal

O jornal El Espectador, em dezembro de 2018, revelou números assustadores sobre o impacto do garimpo ilegal na Amazônia. “Uma pesquisa inédita revela que a mineração ilegal de ouro, diamantes e coltan (nióbio e tântalo) está presente em mais de 30 rios e 2.000 pontos nas florestas de seis países amazônicos”. Apesar de, segundo a pesquisa, a maior parte dos pontos de garimpo ilegal estar situada na Venezuela, seguida por Brasil, Equador e Peru, o impacto na Colômbia não é menor, pois desde 2003 está demonstrado que o mercúrio contamina as fontes hídricas e está presente em múltiplas espécies em valores muito superiores aos admitidos pela Organização Mundial da Saúde.

O artigo mencionado acrescenta que a Colômbia tem a maior quantidade de dragas, com 30 casos dos 65 investigados:

Na Colômbia, boa parte da atividade mineradora está em zonas de fronteira. Isso significa que as bacias partilhadas são as principais vias de contaminação por mercúrio. A área mais atingida fica ao longo do rio Caquetá. Uma pesquisa do Instituto Nacional de Saúde no rio Apaporis revelou que até 80% das localidades indígenas nessa região estão contaminadas por mercúrio [...] os colombianos mais atingidos são os povos Bora e Miranha, os Ticunas e Cocamas no Apaporis, e os Huitoto, em Araraquara.

Porém, não é apenas o garimpo ilegal que arrasa e avança. Na Guainía, o governador do departamento assinou memorando de entendimento com a empresa canadense Auxico Resources para explorar diferentes minerais no território. Temos que lembrar que, segundo o Serviço Geológico da

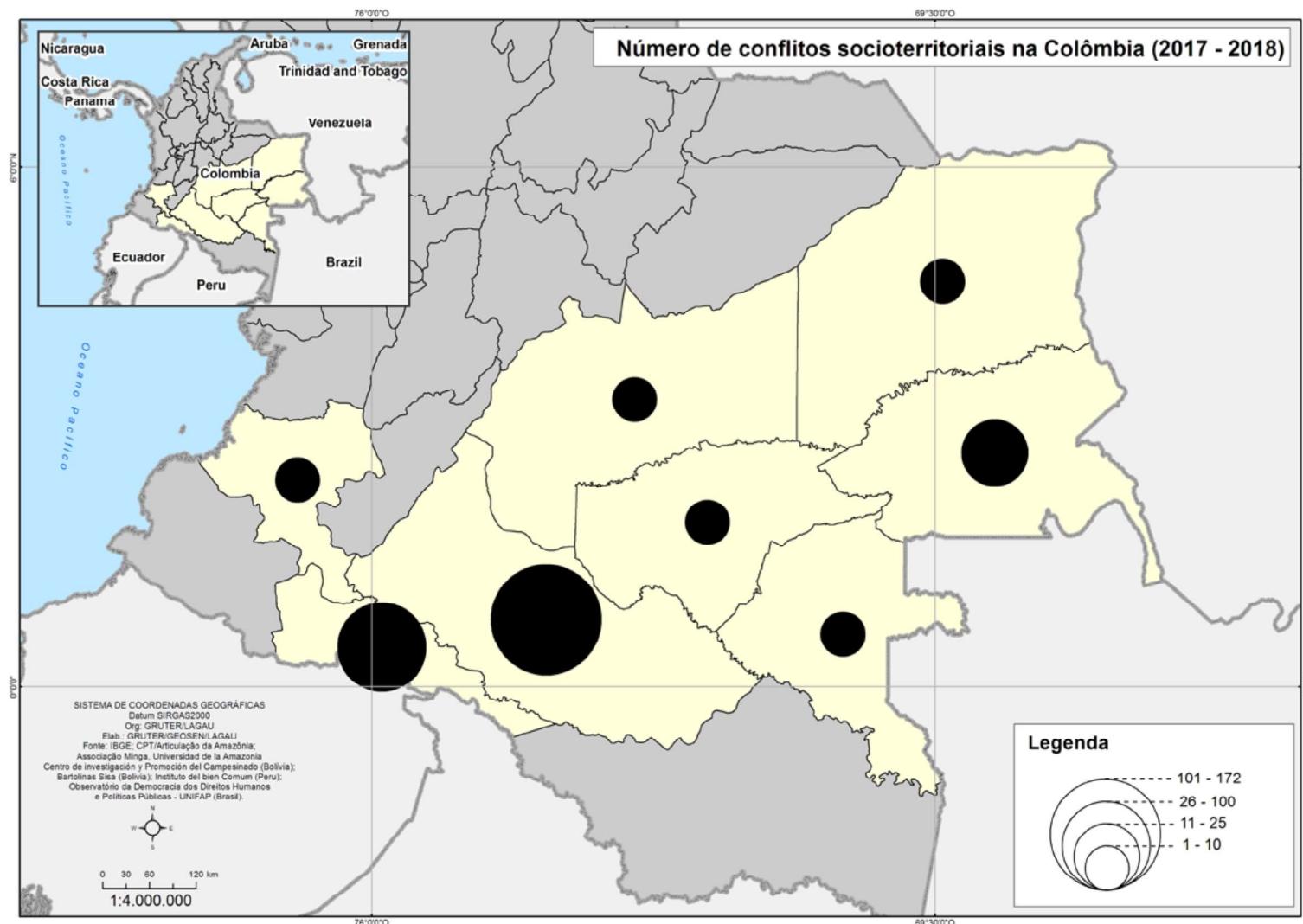
Colômbia, o país tem potencial de 1.000 milhões de toneladas métricas de reservas de nióbio em três departamentos: Guainía, Vichada e Vaupés. A exploração de ouro e outros minerais em Guainía atingirá a rica biodiversidade, toda a população e especialmente os povos indígenas Curripaco, Puinave e Sikuani. Até o momento não há acordo vinculante com a Auxico, mas existem 27 títulos de mineração e o departamento segue sob proteção especial por ter sido declarado como área úmida de pantanal Ramsar em 2014. Mesmo assim, o garimpo ilegal segue seu curso na região e as empresas seguem interessadas no subsolo amazônico.

Referências

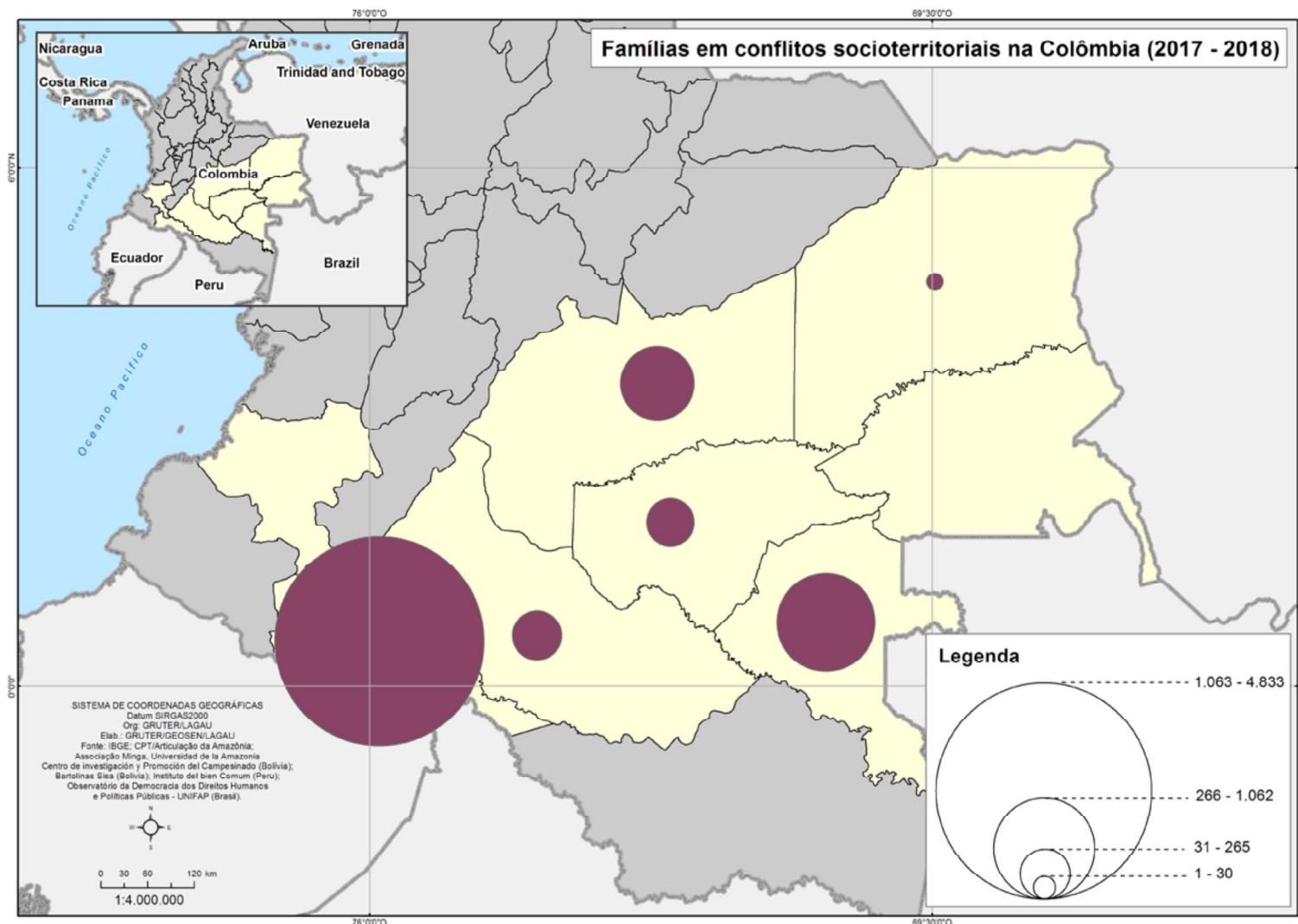
ASOCIACIÓN AMBIENTE Y SOCIEDAD. Petróleo en la amazonía: ¿Pueblos indígenas en peligro? Cartillas. 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ambienteysociedad.org.co/petroleo-en-la-amazonia-pueblos-indigenas-en-peligro/>.

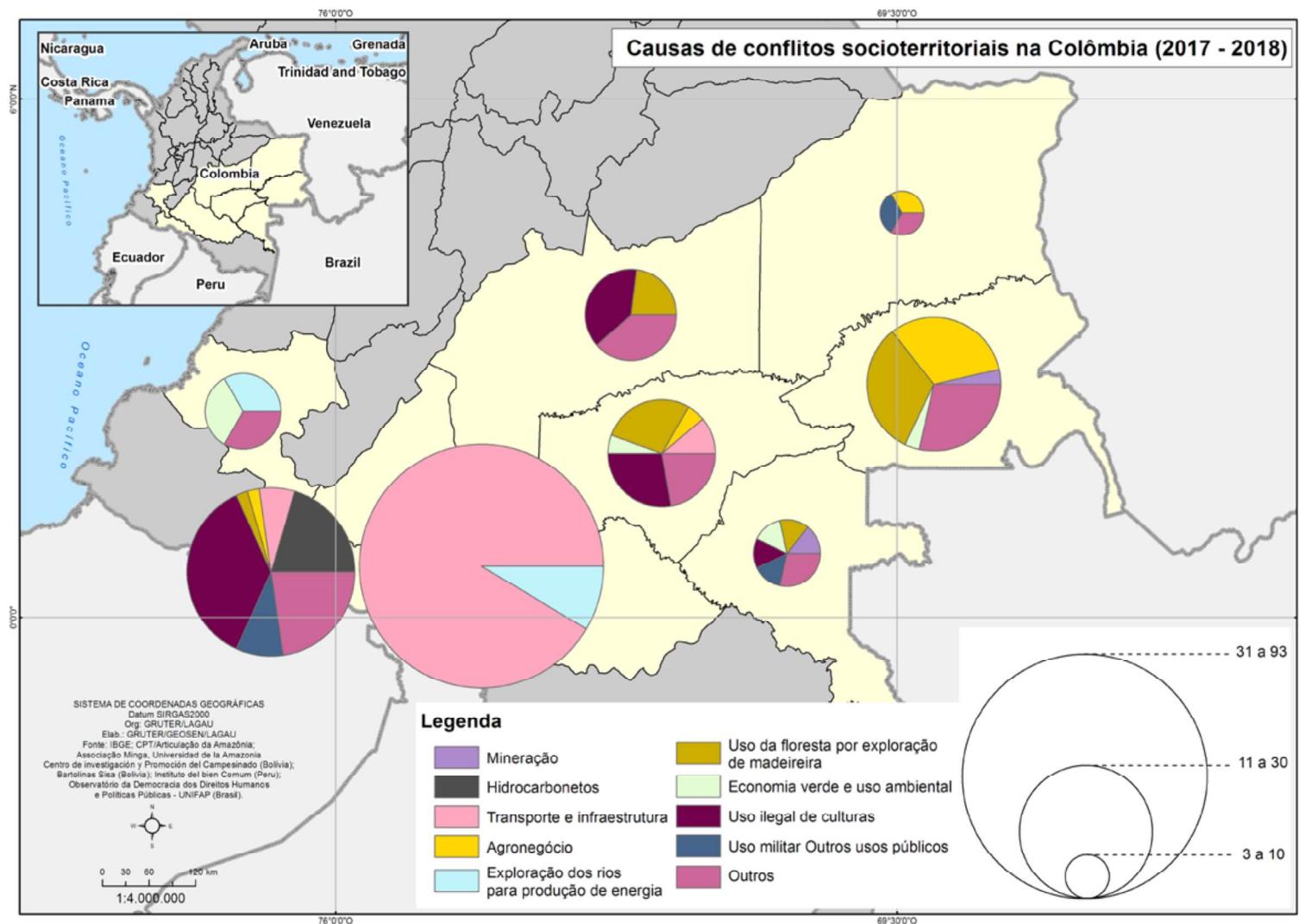
Mapas Colômbia

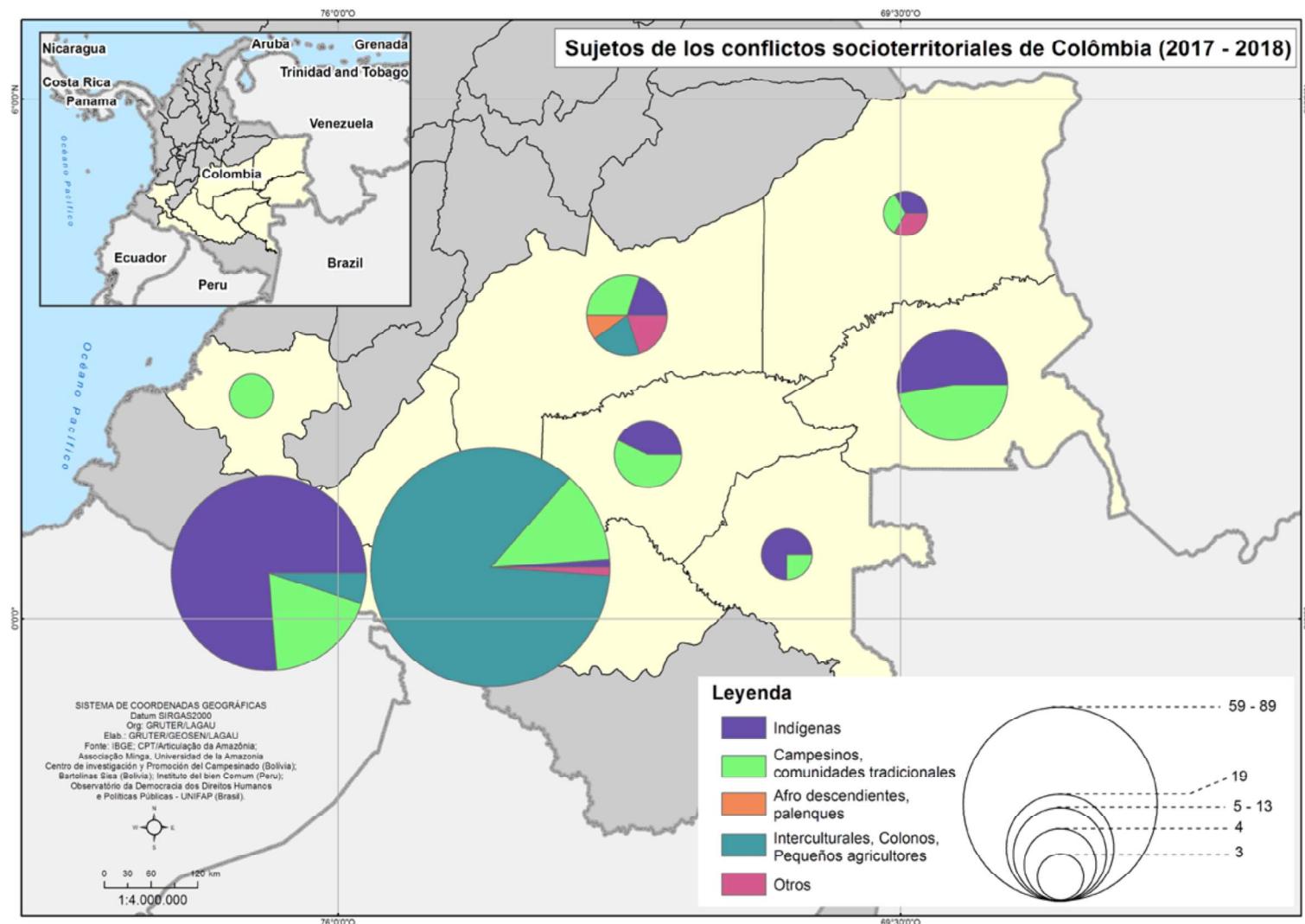


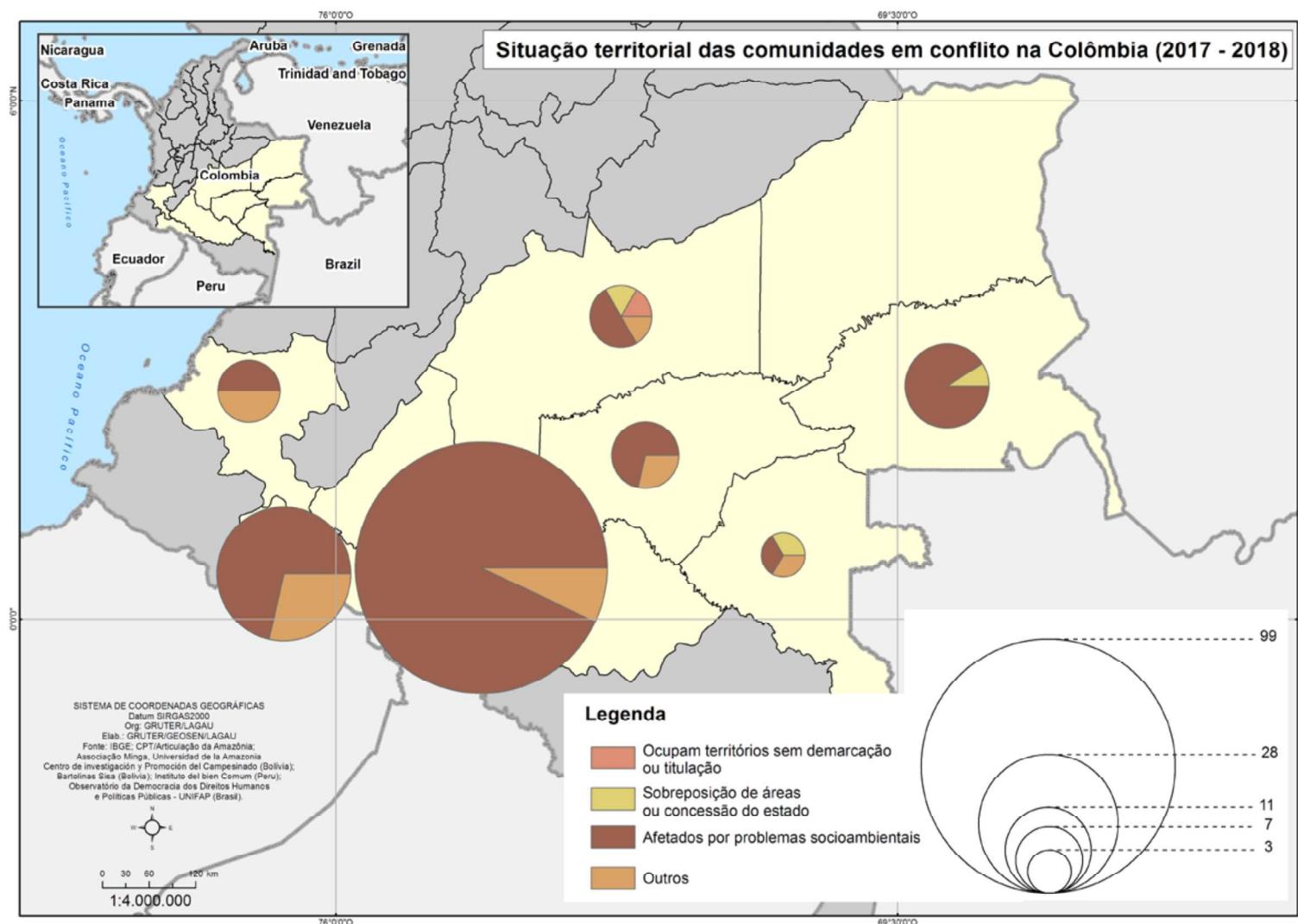


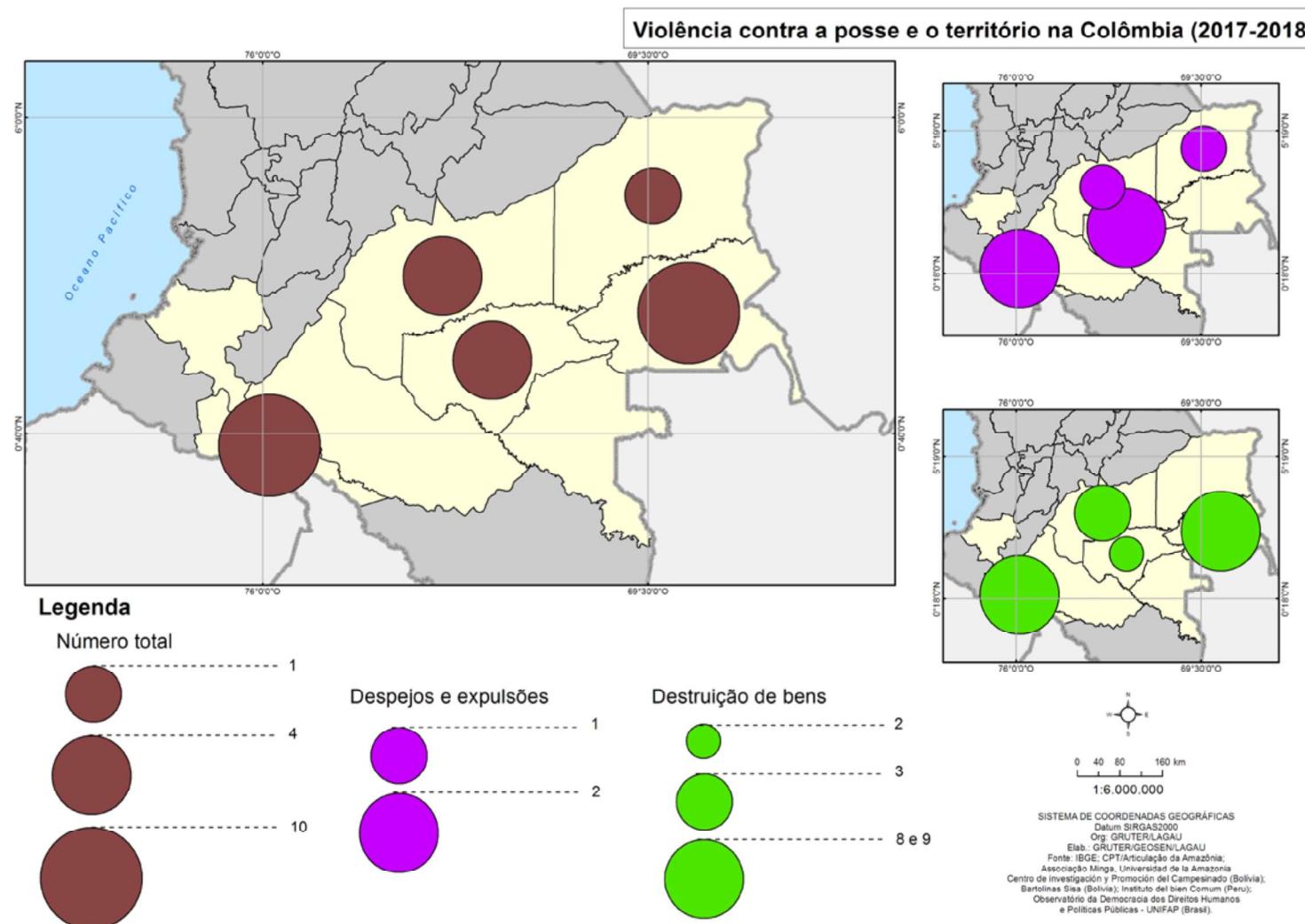
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

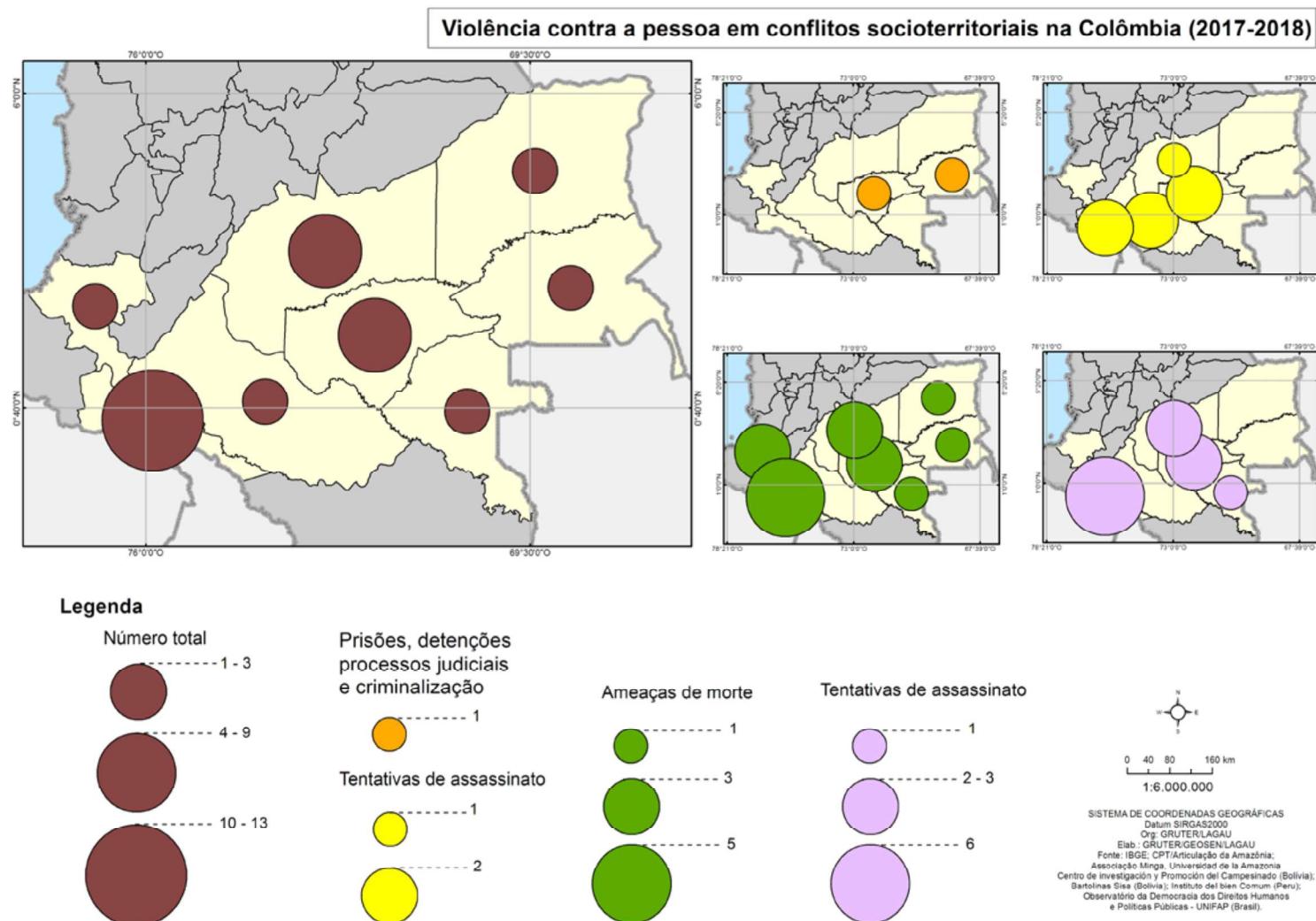




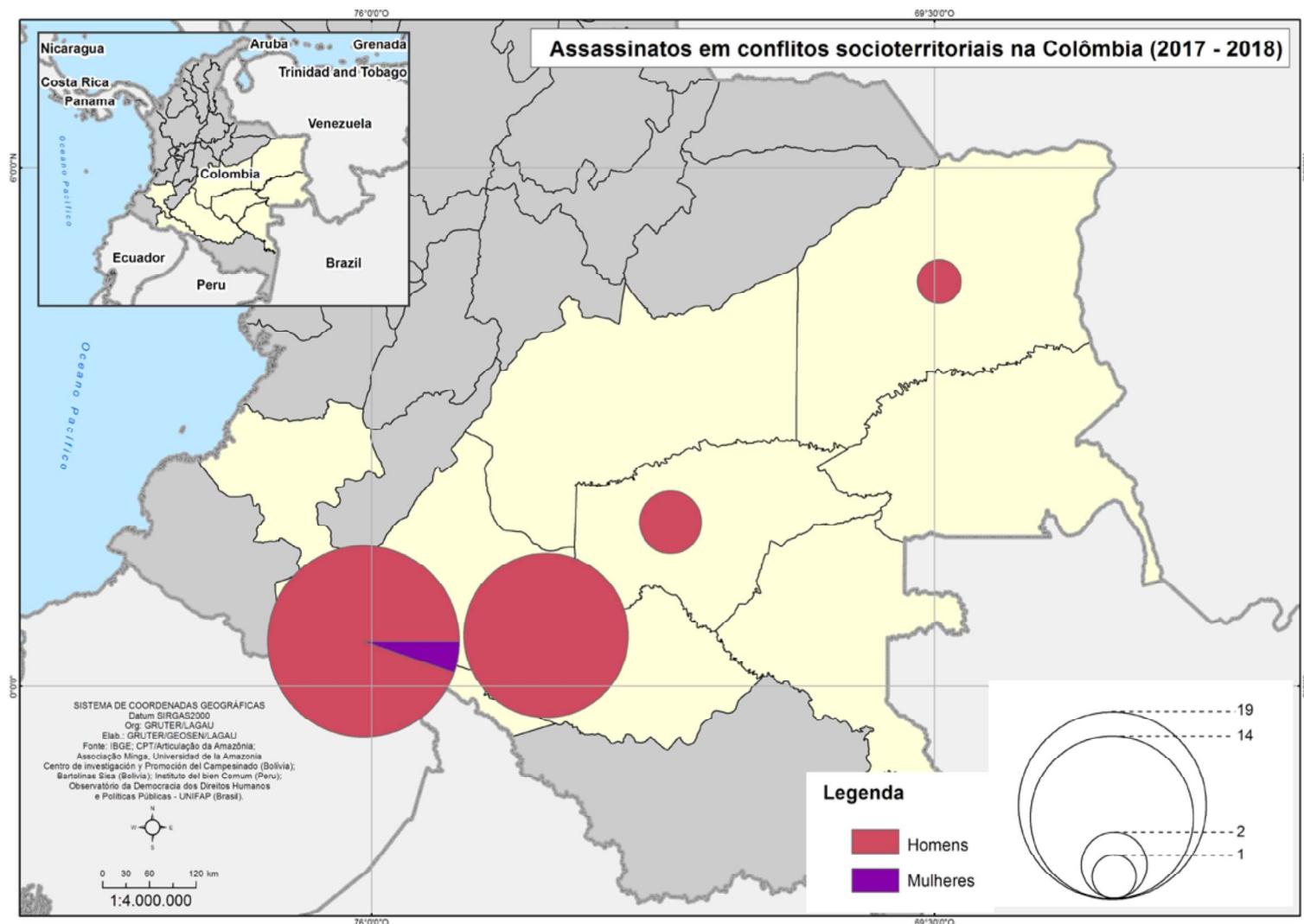








Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



Conflito socioambiental territorial pela implementação do bloco de pesquisa/exploração petroleira el nogal por parte da empresa Emerald Energy em Caquetá, colômbia

Clara Grisel Ximena Lombana¹

A implementação do bloco petroleiro El Nogal por parte da empresa Emerald Energy PLC Colômbia (filial colombiana da Sinochem) nos municípios de Morélia e Valparaíso (departamento de Caquetá, Amazônia colombiana) tem provocado um conflito socioambiental-territorial. Isso porque foi desenvolvida sem o consentimento prévio, livre e informado das comunidades campesinas, violando direitos e liberdades fundamentais da população no curso da implementação por meio de ação repressiva e de omissão por parte das instituições municipais, departamentais e nacionais quanto ao amparo aos direitos humanos e às liberdades fundamentais da população, que também se caracteriza por ser vítima da violência gerada pelo conflito armado.

Esse conflito socioambiental agravou-se à medida que avan-

çavam as fases de pesquisa do projeto: socialização (2014), poço estratigráfico (2015) e sísmica 2D (2016), caracterizadas por más práticas socioambientais da empresa e de seus terceirizados (C&MA para estudos ambientais e Petroseismic para sísmica). Em 2017, iniciou-se o procedimento para a Licencia Ambiental APE Nogal (aproximadamente 19 mil hectares com 10 plataformas multiptoços, cinco delas atingindo águas subterrâneas). Em 2018, realizou-se uma audiência pública ambiental na qual as comunidades e organizações que se opõem ao projeto demonstraram de forma contundente as lacunas, as omissões e os erros do estudo de impacto ambiental apresentado pela petroleira para obter a licença ambiental diante da Autoridade de Licenças Ambientais da Colômbia (ANLA); no fim desse ano, a entidade outorgou a licença ambiental com alto nível de área

¹ Vicária do Sul; Arquidiocese de Florêncio

de exclusão e restrição (mais de 70% da APE solicitada, o que demonstra a veracidade dos argumentos da população atingida). Em 2019 a empresa realizou nova sísmica, dessa vez com carros vibradores pelas estradas secundárias da área de influência APE de Morélia e Valparaíso; por parte das comunidades e organizações iniciou-se o processo de demanda da licença.

Desde 2014, as comunidades atingidas têm manifestado sua rejeição à implementação do projeto e têm pedido às autoridades municipais, departamentais e nacionais o amparo a seus direitos, uma atuação de forma preventiva sob o princípio da precaução, com respeito aos direitos humanos e à legislação ambiental, a criação de mecanismos em equidade de condições para a coordenação, concorrência e subsidiariedade e, de forma geral, a defesa do patrimônio ambiental de Caquetá, que por acréscimo de toda a Amazônia, patrimônio da humanidade.

A resposta da empresa Emerald Energy e do Estado frente às petições das comunidades foi usar a força para implementar o projeto. Em 2015, com consentimento do governo departamental e nacional, utilizou-se a força pública (Esmad) para atacar o protesto civil e pacífico que as comunidades realizavam, permitindo a entrada de máquinas para a construção do poço estratigráfico; em 2016, no marco da atividade sísmica 2D, pessoas e famílias que realizavam ações de monitoramento ambiental comunitário foram atacadas, em diferentes oportunidades, pelo Esmad e pelo Batalhão Mineiro Energético¹. Desses fatos se conclui que a implemen-

tação do projeto El Nogal tem se convertido num novo fato gerador de violência sociopolítica, situação que, no âmbito pós-Acordo, afasta as possibilidades de construção de uma paz territorial estável e duradoura.

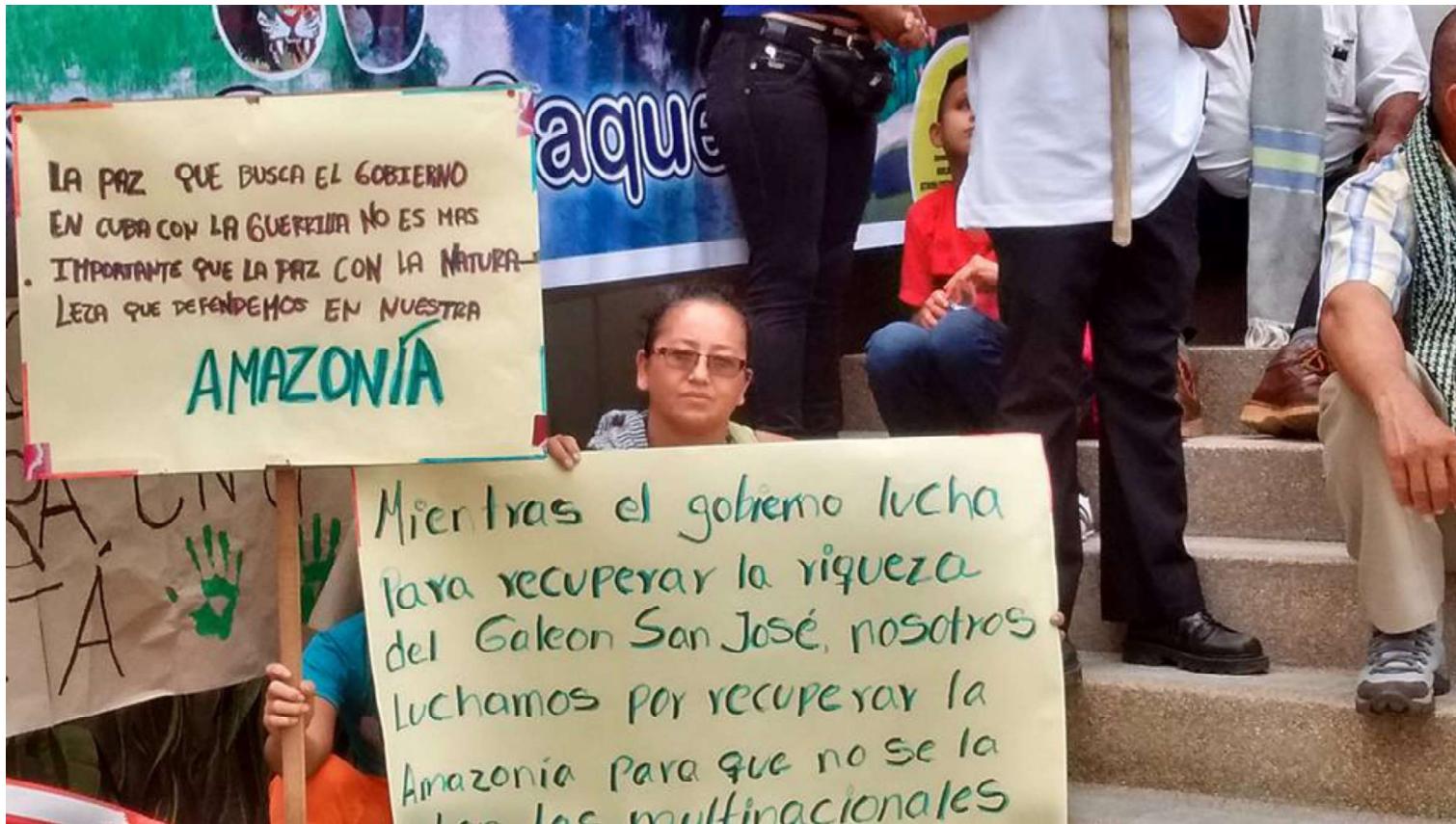
As pessoas, comunidades e organizações que defendem o território se organizam nas Comissões pela Vida da Água no Sul do Caquetá e na Mesa Departamental para a Defesa da Água e do Território do Caquetá, e têm empreendido iniciativas legais (ação popular, tutela, ordenança), constitucionais (iniciativas populares normativas, direitos, petição, participação em espaços e cenários) e alternativas (plantões, mobilizações, via sacra, romarias, greves de fome, monitoramentos comunitários ambientais) para defender o território e a água como a sua maior riqueza e patrimônio.

O avanço do projeto, sem ter em conta as inquietudes e solicitudes das comunidades, fez com que se promovesse o agravamento do conflito socioambiental e que se criassem condições para um novo despejo forçado, dessa vez pela atividade petroleira.

¹ 2015: Na repressão do protesto civil e pacífico, houve 14 feridos (três deles feridos com gravidade e 11 com ferimentos leves) e mais de 20 pessoas espancadas. Em 2016, oito pessoas foram detidas de forma ilegal, posteriormente liberadas, oito foram feridos, um deles com gravidade (ferido por um projétil por parte do Exército).



Ataques do Esmad contra um protesto civil e pacífico



Mobilizações municipais e departamentais em defesa de água e território

Peru

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

Amazônia peruana

Luis A. Hallazi Méndez

O Peru é conhecido como um país andino, porém, na realidade, dos 128 milhões de hectares que compõem o território nacional aproximadamente 60% fazem parte da Amazônia, com mais de 73 milhões de hectares de florestas tropicais. Depois do Brasil, o Peru é o país com maior território amazônico, onde vivem 51 povos indígenas organizados em mais de 2.500 comunidades nativas e mais de mil comunidades tradicionais¹.

A Amazônia peruana, porém, continua semeada de mitos que impossibilitam sua sustentabilidade, como o mito de que as florestas amazônicas e os povos indígenas são obstáculos ao desenvolvimento. Cem anos depois da barbárie ocasionada pela febre da borracha, ainda está vigente o citado mito, com a única diferença de que na atualidade há suficiente informação científica que certifica a importância de manter em pé as florestas para o armazenamento de CO₂ e o papel que desempenham os povos indígenas como guardiões dessas florestas na luta contra as mudanças climáticas.

Por trás das queimadas da Amazônia que chocam o plane-

ta escondem-se décadas de desastrosas decisões governamentais, que no caso do Peru tiveram como resultado um território cercado pelas ambições do modelo extrativista, no qual espreitam a extração de minérios (ouro aluvial) e hidrocarbonetos (petróleo e gás), desmatamentos ilegais, o narcotráfico, a produção de monoculturas industriais (dendê, abacaxi), e atividades de pequena agricultura sem controle ou infraestrutura sem planejamento – como a construção de estradas, hidroelétricas, hidrovias, entre outras –, muitas delas impulsionadas pelo próprio Estado.

No Peru, as relações com o meio onde se desenvolvem as atividades exploratórias, tanto na zona andina como na amazônica, são muito conflitivas; a Defensoria Pública elabora todo mês um relatório da conflitividade social, que indica que aproximadamente 70% dos conflitos socioambientais e territoriais acontecem em comunidades tradicionais e nativas. As causas são diversas: podemos identificar, por exemplo, as relações de assimetria de poder entre Estado e povos indígenas, manifestas no marco constitucional favorável ao Estado por meio do art. 66º da Constituição

¹ Dados do Sistema de Información de Comunidades Nativas (SICNA) e do Sistema de Información de Comunidades Campesinas (SICCAM) do Instituto del Bien Común.

Política, que assinala que os recursos naturais renováveis e não renováveis são patrimônio da Nação. Por meio dessa abstração jurídica, o Estado entrega mediante concessões a exploração a terceiros, mesmo que dentro de territórios indígenas, das quais o Estado recebe praticamente a totalidade dos benefícios econômicos.

Dentro da bacia amazônica peruana, as pressões, ameaças e conflitos que provocam a mineração concentram-se em mais de 9% do território, objeto de concessões para a chamada pequena e média mineração, sendo as regiões de Junín, Madre de Dios e Cusco as que têm maior concentração de concessões mineradoras, sobrepostas parcial ou totalmente com aproximadamente 2021 comunidades. A mineração informal, a maior parte de garimpo clandestino, está presente em quase todas as regiões do país, porém na bacia amazônica a região de Madre de Dios sofre sem dúvida a maior degradação.

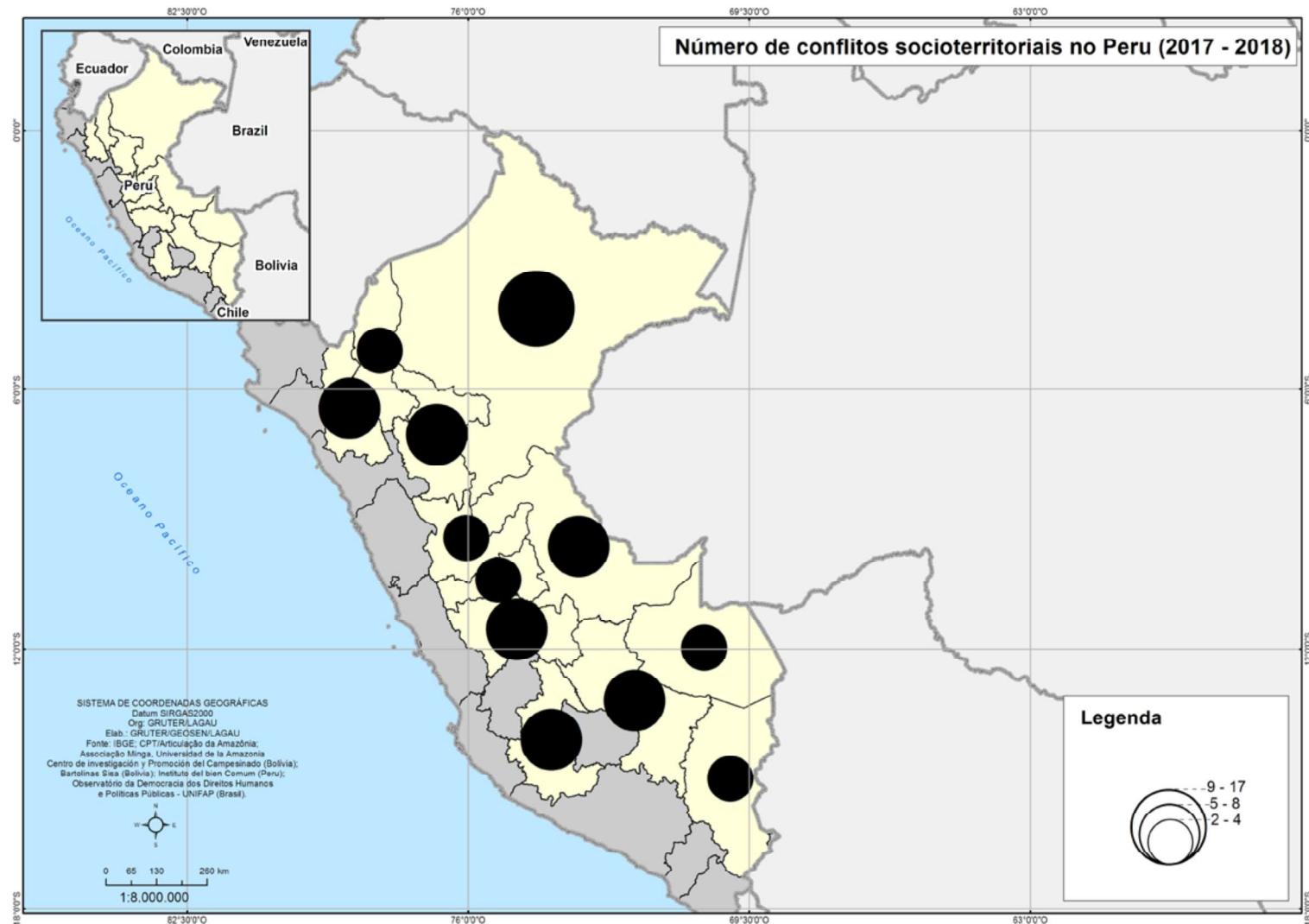
Além das concessões de exploração mineral, temos que acrescentar 12% de concessões de lotes de hidrocarbonetos que cobrem a bacia amazônica e que estão sobrepostos a territórios indígenas, aproximadamente 11 milhões de hectares, com 8 lotes em etapa de pesquisa e 18 em etapa de exploração segundo os dados oficiais. Todos esses lotes estão sobrepostos de forma parcial ou total a 412 comunidades. A esse contexto se acrescentam os constantes vazamentos de petróleo por toda a extensão do oleoduto Norperuano e a contaminação de dezenas de rios por mineração aluvial, provocando impactos negativos para a saúde de milhares de pessoas, intoxicadas por metais pesados.

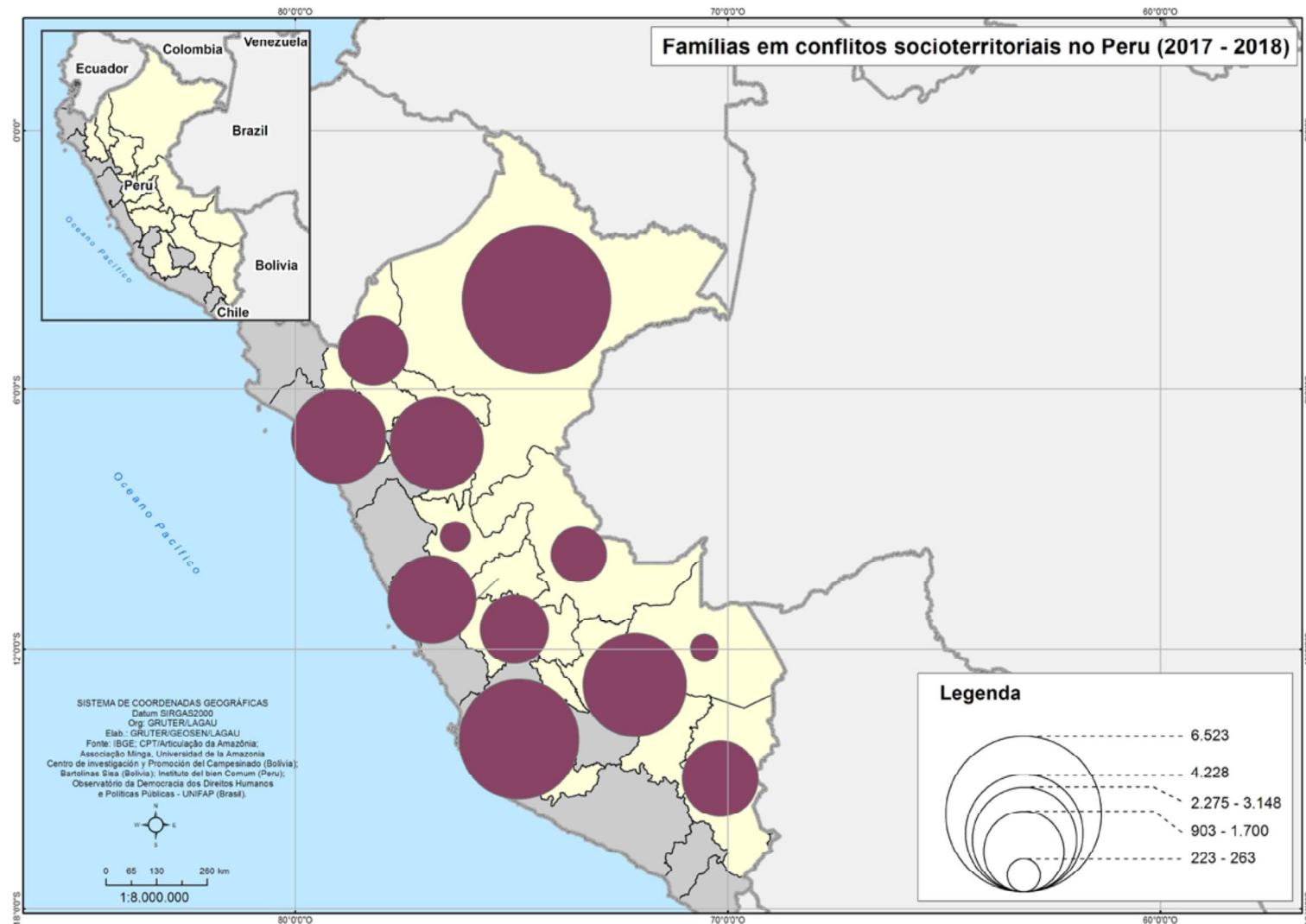
Ainda se somam às ameaças relacionadas aos projetos de infraestrutura, rodovias, estradas e pistas mais de 76 projetos de hidroelétricas e outros 13 que constam nos planos energéticos. Assim, a situação de pressão, ameaças e conflitos na Amazônia peruana tem diversos tipos, ficando claro que ainda subsistem muitos mitos e uma ignorância que ameaça destruir a fragilidade desse ecossistema.

Mapas Peru

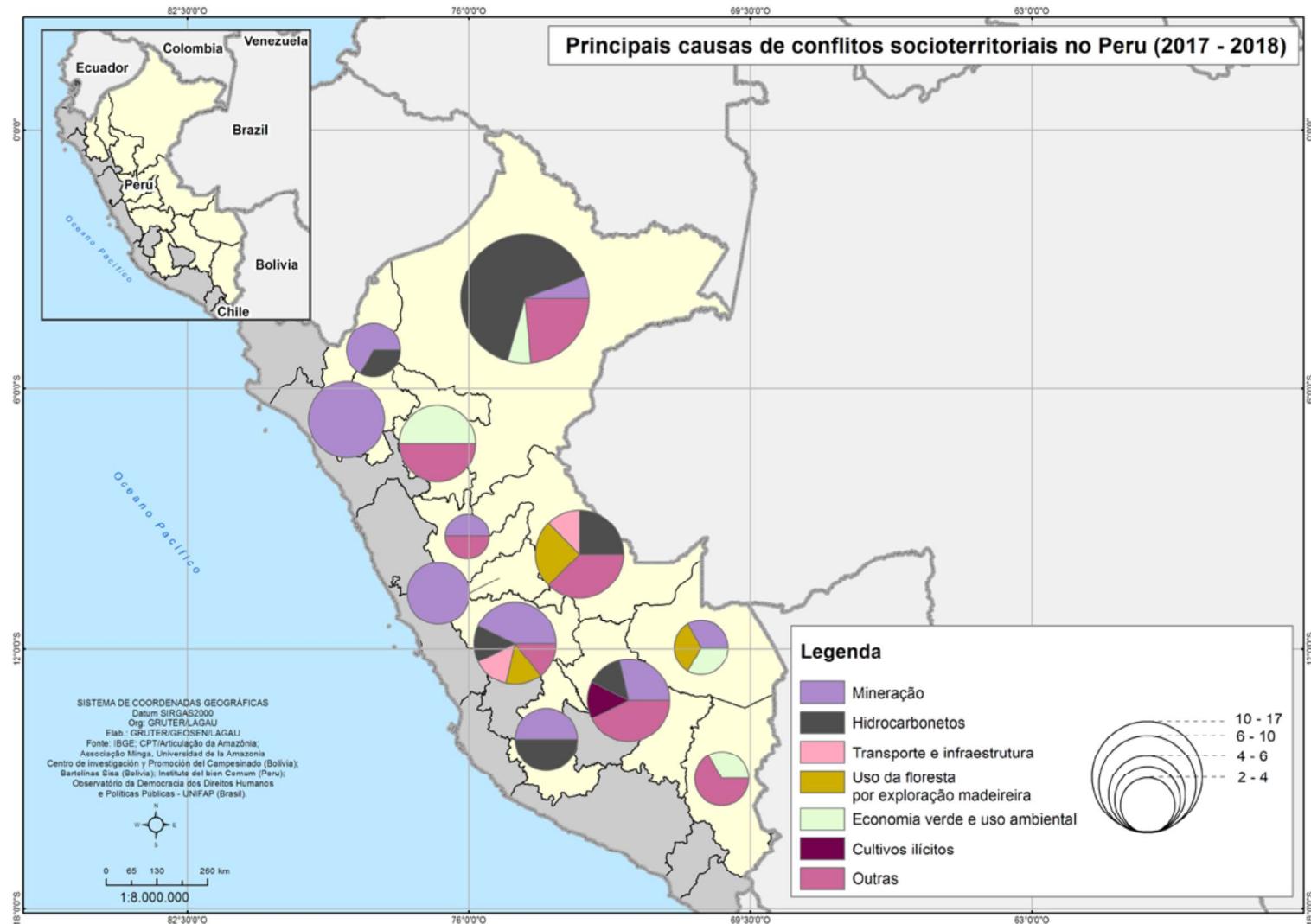


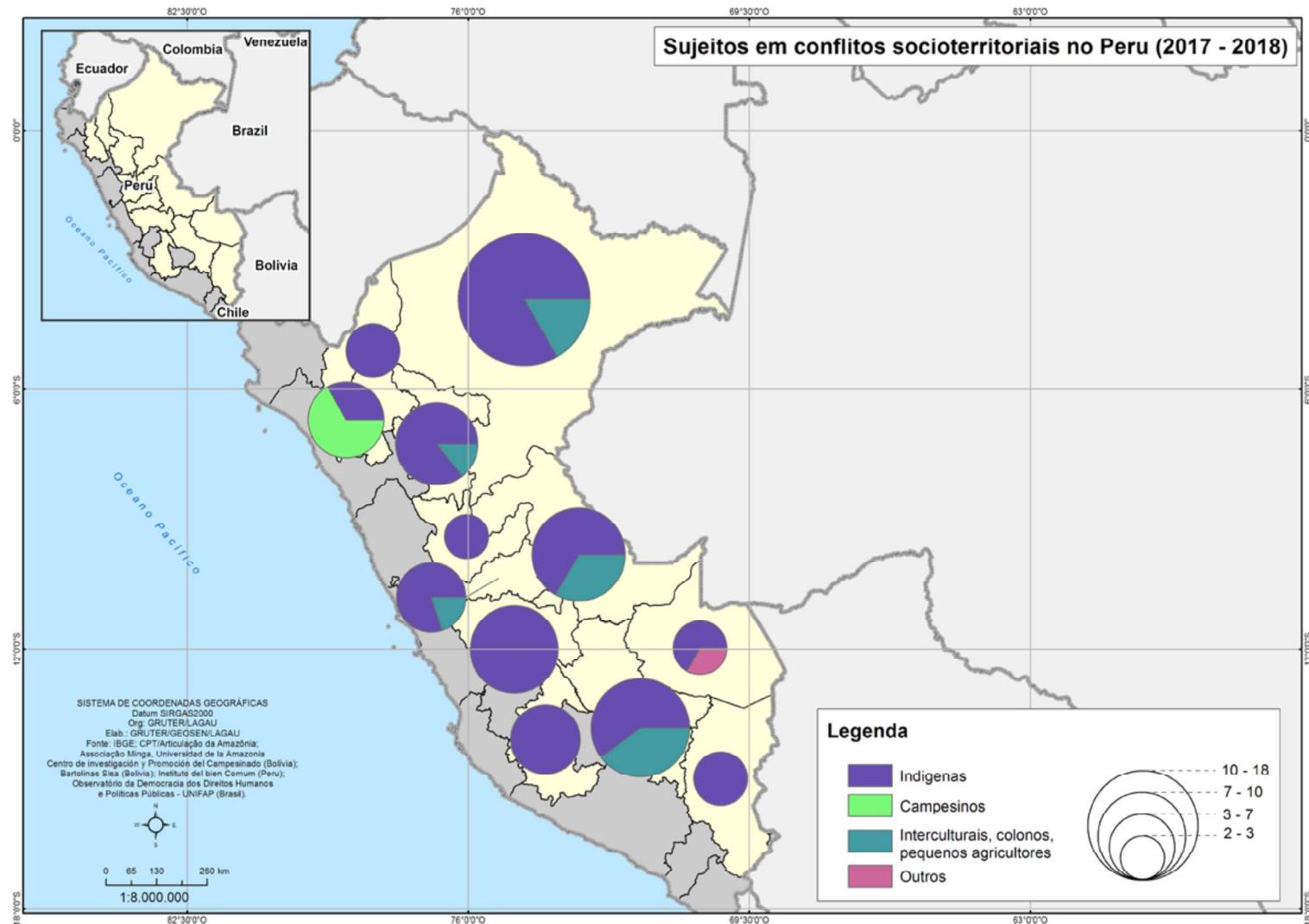
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico



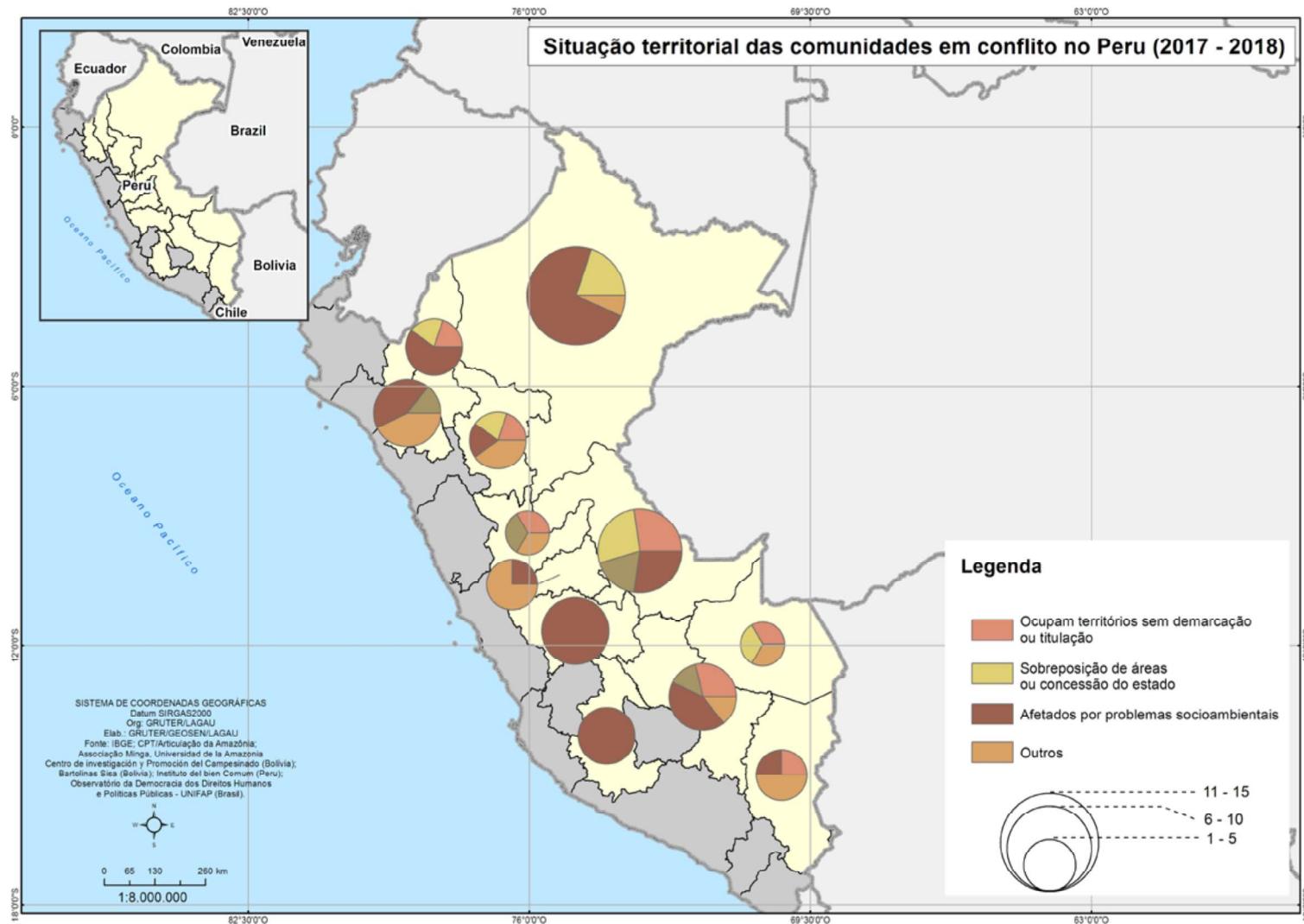


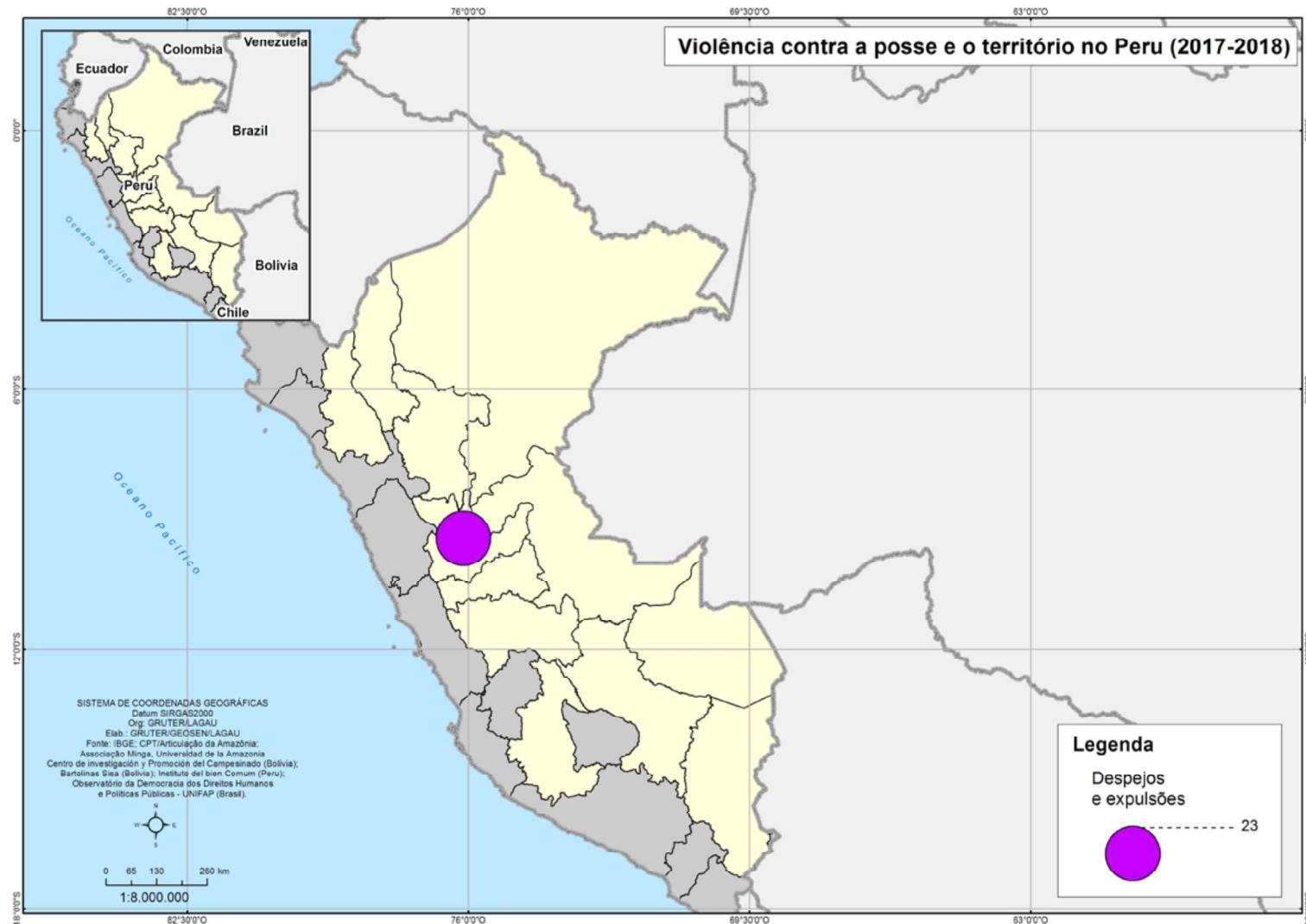
Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

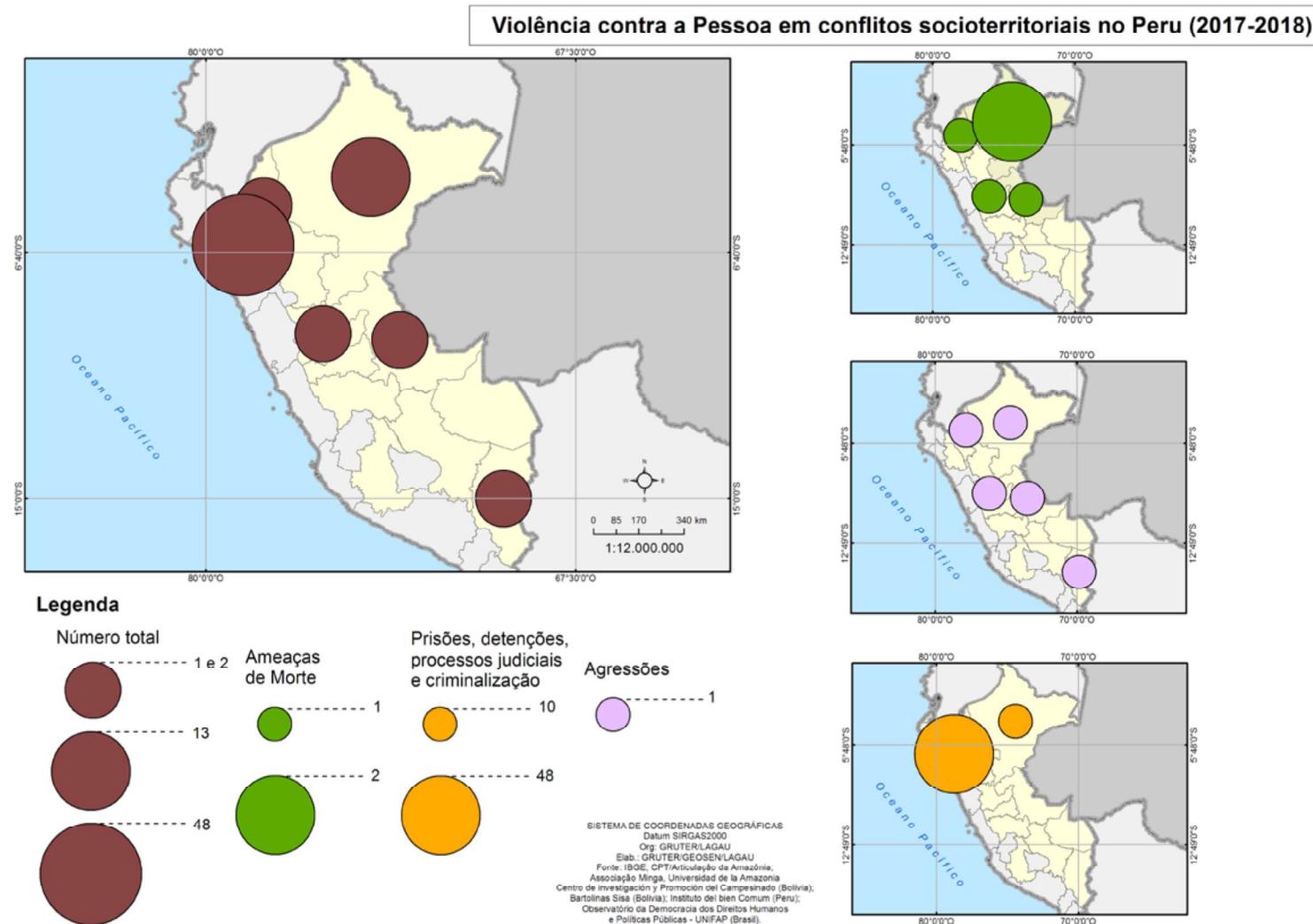


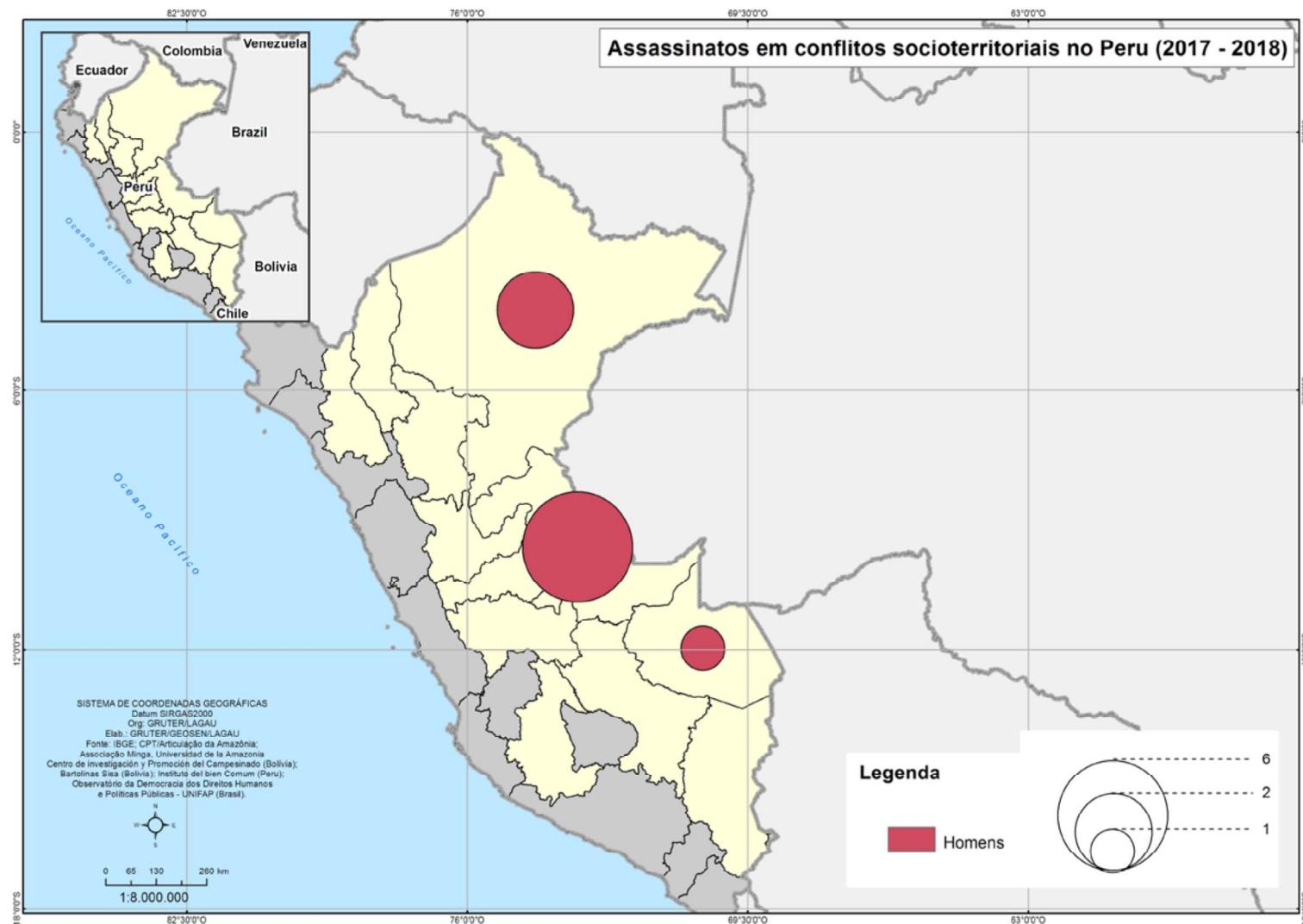


Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico









As quatro bacias: um desastre socioambiental

Luis A. Hallazi Méndez

Os números e estatísticas não são suficientes para ter dimensão do que significa sobreviver em um território devastado pelos impactos da atividade petroleira; os povos indígenas Quéchua do rio Pastaza, Achuar do rio Corrientes, Kishwas do rio Tigre e Kukama Kukamiria do rio Marañón sabem bem o que significa a luta indígena conhecida como a dos “povos das quatro bacias” da região de Loreto. Povos que, após quase meio século de exploração de petróleo, vêm sofrendo com a contaminação sem ter o que necessitaria qualquer ser humano para levar uma vida digna: sua água está poluída, o que significa rios, crianças, adultos, peixes e outros animais com metais pesados acima dos limites permitidos; seus solos estão contaminados, o que significa infertilidade das terras, escassez de alimentos, insalubridade para as moradias; milhões de hectares estão desmatados e degradados, o que é a manifestação de um desastre ambiental e social.

A convivência com a extração do petróleo remonta à década de 1970, com a exploração do Lote 1AB, hoje Lote 192, sob concessão da empresa estadunidense Occidental Petroleum Corporation (OXI), lote que se sobrepõe ao território ancestral dos povos Quéchua, Achuar e Kichwa entre as bacias dos rios Pastaza, Corrientes e Tigre nas províncias de

Datem, Marañón e Loreto. Após 25 anos de exploração por parte da OXI, o lote, em 2000, mudou de concessionário, entrando a empresa argentina Pluspetrol Norte S.A., que permaneceria até o ano 2015, quando o lote seria entregue em concessão, sem consulta prévia, à Pacific Stratus Energy S.A., que hoje o explora. Esse lote é considerado como o de maior produção de petróleo nacionalmente, respondendo a 17% da produção no Peru.

O território do povo Kukama Kukamiria encontra-se sob concessão no Lote 8, pesquisado e explorado em 1970 pela PetroPerú S.A., que em 1996 foi entregue ao consórcio Pluspetrol, Pedco, Yukong y Daewood, e atualmente está nas mãos da Pluspetrol Norte S.A.; o lote localiza-se nos distritos de Trompeteros e Urarinas ao longo da bacia do baixo Marañón e Corrientes, e uma de suas jazidas se localiza na Reserva Nacional de Pacaya Samiria, zona de alta sensibilidade ecológica. O Lote 8 constitui aproximadamente 13% da produção nacional.

Por todos esses anos de exploração petroleira, o Estado tem sido indiferente e, na maioria das vezes, os vazamentos de petróleo e seus derivados têm sido esquecidos; as florestas e rios são os únicos que sabem exatamente da contaminação

impune e oculta – milhares de corpos indígenas seguem sofrendo seus efeitos nocivos. Foram, no entanto, documentadas evidências do desastre. Diferentes instituições do Estado previam uma iminente contaminação silenciada até que, pouco a pouco e pela persistência desses povos, evidenciou-se por completo o desastre socioambiental. Hoje está comprovado que há mais de mil pontos com sérios impactos ambientais; por outro lado, dados oficiais registram que, de 2000 a 2012, foram contabilizados aproximadamente 344 derramamentos de petróleo bruto no Lote 192 e no Lote 8.

A responsabilidade do Estado esteve presente por ação e por omissão; a falta de fiscalização em grande parte dos anos de exploração foi uma constante e, apesar da pouca atenção, em 1984 já se identificavam impactos, pois a instituição encarregada da gestão de recursos naturais declarou a zona de exploração do lote 1AB como a mais crítica de todo o país. Posteriormente, no início dos anos 2000, o organismo responsável pela fiscalização ambiental teve como resultado 166 observações por violação da normativa vigente nas instalações do Lote 192.

Em 2003, a situação se agravou, provando que o escoamento das águas provenientes da exploração não era realizado nos pontos estabelecidos; milhões de barris de água de alta toxicidade com riscos para a população local não passavam por manejo nem eram manipulados ou relatados. Um estudo recente calcula que 408 milhões de barris de água tóxica residual foram derramados nas bacias atravessadas pelos Lote 192 e 8. Posteriormente foi realizado um monitoramento participativo que gerou a declaração de emergência

ambiental e sanitária entre os anos 2013 e 2014. Atualmente é impossível seguir ocultando essa devastação ambiental, porém as instituições fiscalizadoras ainda não conseguem fazer cumprir as sanções e há pouca vontade política do Estado para seguir avançando.

Hoje podemos encontrar os efeitos desse desastre ambiental em milhares de crianças, mulheres e idosos membros das comunidades indígenas atingidas. Um recente informe final do estudo toxicológico e epidemiológico realizado no ano de 2016 pela Censopas, instituição estatal, menciona que a população das quatro bacias supera os valores recomendados pelo Ministério da Saúde para chumbo, arsênico, cádmio, bário e mercúrio, sendo a situação mais grave em crianças menores de 12 anos, pois 22% delas excedem os padrões nacionais e 49,2% excedem os padrões internacionais. Por outro lado, os estudos de avaliação de risco à saúde e ao meio ambiente realizados a pedido do Fundo Nacional do Ambiente determinaram que, nos lugares impactados pela atividade petroleira, existe risco cancerígeno para diversas das comunidades indígenas.

Resumindo, se ambos os lotes são importantes para a produção de petróleo, aproximadamente 30% da produção nacional, ambos sofreram indiferença e maus-tratos do Estado por décadas, e ambos os lotes foram explorados pela Pluspetrol Norte S.A., a maior responsável, com 276 vazamentos. Os quatro povos têm a saúde abalada como consequência da ineficiente e negligente gestão dos lotes. Essa gestão viola os direitos humanos dos povos indígenas, com resultados devastadores para a natureza e suas vidas. Porém, até o mo-

mento não há responsabilizados por esse desastre socioambiental – as empresas OXI, Pluspetrol e Frontera Energy não assumem sua responsabilidade e, por outro lado, o Estado peruano não garante o respeito aos direitos básicos.

Esse foi o motivo para as organizações indígenas superarem todas as diferenças históricas entre seus povos e se unirem por meio da Federación Indígena Quéchua del Pastaza (Fediquep), da Federación de Comunidades Nativas de la bacia do Corrientes (Feconacor), da Asociación Coca-ma de Desarrollo y Conservación San Pablo de Tipishca (Acodecospat) e da Organización de los Pueblos Indígenas Kichwas Amazónicos de la Frontera Perú Ecuador (Opikafpe), representantes de 98 comunidades nativas das quatro bacias. Elas formaram a Plataforma de Pueblos Indígenas Amazónicos Unidos en Defensa de su Territorio (Puinamudt), que enfrenta a contaminação petroleira em seus territórios, tornando públicas as múltiplas violações de direitos humanos que vêm sofrendo e enfrentando o poder corporativo das empresas transnacionais e o poder burocrático do Estado para que este crie políticas públicas de identificação, compensação e indenização dos danos ambientais, sociais e culturais que já duram quase meio século.



Federación Indígena Quechua del Pastaza - Fediquep



Federación Indígena Quechua del Pastaza (Fediquep)

Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico

“A vida é a vida de defendê-la”¹

Patrícia Rocha Chaves²; Alessandra Cunha Tavares³

Dário Rodrigues de Melo Júnior⁴; Eduardo Queiroz de Lima⁵

Guilherme Vitorino do Santos⁶; Kércio Jesus Silva Nascimento⁷

Este trabalho foi “elaborado” sob o signo da paixão. [...] Paixão no sentido de Gramsci: o de colocar em uma posição e, mediante essa colocação, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender não é um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão. (Francisco de Oliveira, 1985)⁸

Ainda que utilizando a linguagem cartográfica, da mesma maneira que Oliveira (1985) pretendemos expressar o sentido da formação de uma “região” metamorfoseada em receptáculo de políticas planejadas para o desenvolvimento capitalista que desembocou numa realidade de violentos processos de acumulação capitalistas e, em consequência disso, de disputas territoriais entre as frações sociais que ali vivem e empresas capitalistas de várias partes do mundo.

Sabemos que os processos de regionalização tomam por iniciativa sua contrapartida nas relações capitalistas, na di-

visão nacional do trabalho e, mais precisamente, na divisão internacional do trabalho, pois nas relações capitalistas a nação deve se estruturar como um pedaço do processo e dos meios de produção e reprodução do capitalismo em nível mundial. Toda energia advinda da natureza ou da força de trabalho deve estar submetida a essa relação.

A Amazônia, de modo geral, foi tomada como parte fundamental desse processo. Conforme Oliveira (1987, p. 10), a Amazônia continental chama a atenção por sua significativa extensão territorial: “[...] ocupa dois quintos da América

¹ Aleida Guevara em seu discurso de abertura da Conferência Nacional da Terra e da Água, realizada em Brasília em novembro de 2004.

² Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifap e Coordenadora do Gruter.

³ Acadêmica de Geografia da Unifap e bolsista de iniciação científica (CNPq) pelo Projeto Luta pela Terra e Território na Amazônia.

⁴ Bacharel em Geografia pela Unifap, acadêmico de licenciatura em Geografia (Unifap) e bolsista de extensão no Projeto Cartografias Camponesas – Proext (Unifap).

⁵ Técnico do Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Unifap e M.Sc. em Geodinâmica e Geofísica pela UFRN.

⁶ Acadêmico de Geografia da Unifap e bolsista de extensão pelo Projeto Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Região Pan-Amazônica pela CPT.

⁷ Acadêmico de Geografia da Unifap e bolsista de extensão pelo Projeto Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Região Pan-Amazônica pela CPT.

⁸ Trata-se da primeira edição de Elegia para uma re(ligião) de Francisco de Oliveira. Neste artigo foram utilizadas as obras impressas em 1985 e a de 2008.

Latina que representam um terço da reserva mundial de florestas latifoliadas. Além disso, também é responsável por um quinto da disponibilidade de água doce do mundo”.

Outras importantes características da região são destacadas por Porto-Gonçalves (2018, p. 57):

[...] Amazônia, a maior extensão contínua florestal do planeta – 8 milhões de quilômetros quadrados; a maior concentração de biomassa por hectare do planeta – de 500 a 700 toneladas de biomassa por hectare; que se constitui num enorme “oceano verde”, já que 70% dessa biomassa é água numa extensão, como se viu, verdadeiramente oceânica. A enorme concentração de energia solar, característica da faixa equatorial, implica uma enorme evapotranspiração que redistribui água por toda a América do Sul, Central, Caribe e, até mesmo, para o sul da América do Norte.

A capacidade de gerar renda territorial, a vastidão continental da Amazônia e sua substantiva importância relacionada ao equilíbrio ecológico em escala planetária interessam particularmente aos países que por ela são contemplados. Todavia, as características que lhe conferem importância chamam também a atenção do restante do mundo, justamente pelo potencial econômico imensurável.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, desde o processo de colonização europeia no continente americano, várias foram as formas de exploração da floresta amazônica e de sujeição das populações ali existentes. No entanto, o fim da Segunda Guerra Mundial inseriu uma dinâmica diferenciada nas relações geopolíticas e geoeconômicas mundialmente. Outras etapas de formas de exploração surgiram em meio ao declínio das antigas potências mundiais e à ascensão das

novas potências que passaram a ditar o progresso e/ou desenvolvimento econômico do mundo, constituindo a nova divisão internacional do trabalho.

Os países da América do Sul que possuíam áreas cobertas por floresta amazônica passaram a se articular no sentido de discutir políticas de “defesa” do bioma. Ao menos esse foi o discurso que culminou na construção do Pacto Amazônico.

O que se sabe é que os interesses internacionais já localizados em certos pontos da Amazônia passaram a se rearticular no sentido de repensar a geopolítica da exploração na extensão do bioma. Articular a Amazônia continental significava também articular esses interesses e facilitar suas ações. Melhor conhecê-la significava melhor explorá-la. Assim sendo, a iniciativa de tomá-la por região teve por intuito objetificá-la para uma nova etapa do processo de exploração do capitalismo mundializado, considerando as novas dinâmicas impostas por suas necessidades históricas.

Nesses aspectos, os processos de regionalização têm sido elaborados e interpretados como ferramentas teórico-práticas para efetivação do desenvolvimento econômico capitalista. “[...] A identificação de uma determinada porção do território num mapa como uma região não é tão ingênua ou tão simples como pode parecer à primeira vista. Uma região é sempre uma completa construção política” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 18). A formação da Região Pan-Amazônica não fugiu a esse padrão e, em 03 de julho de 1978, foi consolidada em Brasília. Após muitas discussões entre os

países amazônicos, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica ou Pacto Amazônico.

Conforme Ribeiro (2005), três critérios têm sido bastante utilizados para definir a Região Pan-Amazônica: sua área de superfície florestal, sua área de superfície hidrográfica e, por fim, a Amazônia geopolítica. O autor apontou que a questão foi resolvida da seguinte maneira:

O critério básico escolhido para delimitação territorial do Tratado foi o predominantemente hidrográfico. No Brasil, o critério de definição é o da Amazônia Legal. Os demais países têm tomado o critério hidrográfico em suas respectivas áreas amazônicas, compreendendo os afluentes do rio Amazonas que nascem na cordilheira dos Andes, ou, ainda, no Maciço Guiano. A amplitude das áreas que balizam o Tratado vai além dos limites das florestas de Trópico Úmido. De outro lado, a extensão dessas florestas chega até às áreas de rios que não são afluentes do Amazonas e sim que nascem no Maciço. O que está expresso no artigo II do Tratado, nos seguintes termos: "Artigo II - O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma". (RIBEIRO, 2005, p. 257)

O autor ainda destaca que o objetivo principal do tratado era garantir desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente, o que por sua vez só poderia ser garantido por meio da soberania de cada Estado nacional. Isso deixava de fora a Guiana Francesa, que ainda nos dias de hoje é colônia francesa, apesar de haver movimentos organizados, debates e manifestações de movimentos sociais guianenses que lutam frequentemente por sua autonomia econômica, política e social da França.

Verificou-se que uma região que envolvesse a faixa de floresta possuiria 5.908.195 km² e englobaria Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guianas, Suriname e Equador. Já uma região que considerasse a bacia hidrográfica contaria com 6.869.344 km² e incluiria Brasil, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela. Como destacado anteriormente, cada país considerou como critério geopolítico para decisão as duas características físicas e o Brasil, que constitui maior área em ambos os critérios, considerou a Amazônia Legal, criada para fins de orientação de políticas públicas no governo militar do presidente Castelo Branco. Tem-se, portanto, uma área de 7.710.664 km² sob a jurisdição do tratado.

A partir daí, inúmeras foram as tentativas de criar políticas que dessem vazão aos interesses de unificação para os projetos de desenvolvimento capitalista, alguns deles de cunho científico e de pesquisa, como o Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Também havia projetos de ocupação em massa da região por populações de países superpovoados, como o Projeto Hindu, o Projeto Japonês e o Projeto Chinês, e uma suposta hipótese de que a Amazônia poderia ser utilizada como abrigo para a população norte-americana em caso de guerras nucleares, o que era reverberado pela forte ideologia de que a Amazônia era um imenso espaço vazio (RIBEIRO, 2015).

Também se investiu em grandes projetos que acabaram fracassando, entre os quais a construção do Grande Lago Amazônico. Nesse período também se investiu na concessão de terras públicas para exploração madeireira. Foram designados projetos de infraestrutura de barragens e hidrovias nos

vários países amazônicos que deveriam também servir à logística da exploração de minério e da própria madeira.

Atualmente, a dinâmica dessas políticas segue os padrões neoliberais, respaldados pelos governos nacionais sob a forma de concessões de exploração de petróleo, da construção de barragens e hidrelétricas para produção de energia, e do avanço do desmatamento da floresta dentro e fora das unidades de conservação, o que acompanha o avanço da pecuária e da produção de grãos sob a forma de grilagens de vastas áreas dentro do bioma.

Destacam-se a partir de meados do ano 2000 o Plano Puebla-Panamá (PPP) e a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Obviamente, as empresas internacionais ou nacionais que se territorializaram na região não encontraram esses espaços vazios.

Tanto a IIRSA como o PPP dão forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) ao criar as “condições gerais de produção” necessárias para que os capitalistas operem e realizem seus objetivos privados de lucro. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 49)

Sobre seu solo ainda resistem as sociedades originárias que, como afirma Porto-Gonçalves (2018, p. 26), viviam ali mesmo antes de a floresta existir, mas também sociedades e classes sociais que se formaram durante os vários períodos de ocupação e domínio da região:

Essas visões (fomentadas nos projetos capitalistas) subsidiam políticas que silenciam/invisibilizam esses povos/etnias/nacionalidades, assim como as comunidades negras quilombolas/

pallenqueras e campesinas (ribeirinhos, seringueiros, castanheiros etc.) que ali habitam numa larga trajetória de ocupação da região e seu acervo de conhecimentos produzido durante esses 17 mil anos.

É impossível detalhar aqui, ainda que de forma superficial, os inúmeros projetos articulados na construção do Pacto Amazônico para subsidiar a exploração da região, sejam os chancelados pelos governos dos países amazônicos, sejam aqueles que funcionaram de forma ilegal. O que desejamos aqui, ainda que de forma sucinta, é demonstrar que a região planejada no/para o capitalismo é essa forma de “racionalização da reprodução ampliada” apontada por Oliveira (2008, p. 138):

O padrão planejado não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo diversas forças e os diversos agentes econômicos e políticos.

Significa uma tentativa de controle social, econômico e político do que se manifeste contrário e, enquanto contrário, é produto concreto das desigualdades conformadas no interior das relações capitalistas e tem como resultado o conflito social, provocando lutas violentas que sustentam formas opostas de relação com o bioma amazônico, com sua dinâmica natural.

Nesse sentido, o conflito social inclui-se como movimento próprio da história dos processos de avanço do capitalismo na destruição de territórios não capitalistas e nas contradições no interior do território capitalista.

É esta lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. (OLIVEIRA, 2003, p. 14)

À vista disso, as regiões planejadas para o desenvolvimento capitalista consolidam-se antes de tudo como regiões de conflitos. A iniciativa de ajustá-las à produção capitalista é questionada por sociedades e frações sociais que se reproduzem conforme outras lógicas de relação com a natureza, com o trabalho e demais questões que regem a vida na construção e resistência à destruição desses territórios.

Os confrontos de pensamento e de práticas socioterritoriais nesses aspectos são inevitáveis e a violência e a barbárie são instaladas, porque as instâncias responsáveis pela distribuição igual e equânime de direitos não cumprem o seu papel político e social.

É no sentido de expor, denunciar e também questionar as ações de grupos capitalistas, classes sociais e seus aliados que, depois de quarenta anos da criação do Pacto Amazônico, este *Atlas* – produzido por meio de dados coletados por movimentos sociais e entidades dos países que colaboraram com as iniciativas de lutas locais e representam as perspectivas, expectativas e formas de organização das populações amazônicas – publiciza as violências, as manifestações e a situação das terras e territórios de vida das populações que tiveram seus direitos usurpados por séculos e que, por meio do Fórum Social Pan-Amazônico do ano de 2016, se comprometeram a construir uma possível sistematização dos da-

dos da Amazônia de cada país.

Tal ação, já protagonizada no Brasil desde a década de setenta pela Comissão Pastoral da Terra, incorporada por entidades como o Centro de Investigação e Promoção do Campesinato (CIPCA) da Bolívia, a Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa da Bolívia, o Instituto del Bien Común do Peru e a Asociación Minga e a Universidad de La Amazonia, ambas da Colômbia, inaugura no nível da Pan-Amazônia a possibilidade de confluir a reflexão sobre os avanços e retrocessos das lutas territoriais para além dessas fronteiras.

Então, com o emprego de métodos, técnicas e procedimentos da Cartografia Temática e do Geoprocessamento, foram elaborados os mapas temáticos do *Atlas de Conflitos Socio-territoriais em Países Pan-Amazônicos* nos anos de 2017 e 2018. Assim, elaboraram-se mapas para os quatro países que forneceram dados dos conflitos: Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru.

O mapeamento correspondeu a 6.663,629 km² da extensão territorial dos quatro países. Consideramos os estados/departamentos que fazem parte do domínio do bioma. Na Bolívia isso corresponde a 411.376 km² e foram incluídos no mapeamento os distritos Pando, Beni e La Paz. Na Colômbia isso corresponde a 594.705 km² e foram incluídos no mapeamento os distritos de Caquetá, Vichada, Amazonas, Putumayo, Guainía, Guaviare, Meta, Cauca e Vaupé.

No Peru corresponde a 568.567,18 km² e incluímos no

mapeamento os distritos de Loreto, Cusco, Ucayali, Madre de Dios, Ayacucho, Junin, Puno, San Martin, Amazonas, Cajamarca, Huanuco, Pasco e Lambayeque. No Brasil corresponde a 5.088.980,59 km², dos quais fazem parte os estados Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Roraima, Rondônia, Amazonas e Amapá.

Como já referido no texto de introdução do Atlas, trazemos aqui oito temas representados nos mapas: o total de conflitos socioterritoriais, o número de famílias em conflitos, os sujeitos sociais em conflito, a situação territorial das comunidades, as causas dos conflitos, a violência contra a posse, a violência contra a pessoa e um mapa de assassinatos cometidos contra mulheres e homens. As lutas de mulheres e as lutas femininas chamam a atenção para as várias formas de violência sofridas pelas mulheres no mundo.

Seja no campo, seja na cidade, está mais do que na hora de destacarmos os potenciais emancipatórios, libertários e revolucionários das lutas das mulheres nas conquistas territoriais nas suas formas de resistência e sua enorme contribuição na produção de alimentos.

É possível observar nas experiências de formação ou debate de mulheres que vivem no campo que a luta contra o machismo no espaço privado/doméstico é uma luta constante que exige mudanças fundamentais. Para além da questão da ameaça constante de perderem suas terras e territórios, os esforços de luta ampliam-se na medida em que a violência contra suas vidas e contra seus territórios de origem culmina na impossibilidade de sobrevivência e existência da famí-

lia. Família, trabalho e terra formam a tríade do processo de reprodução da vida dessas populações. Ambas as lutas são fundamentais à libertação das mulheres dos processos de opressão. Pode-se afirmar que é recente a atenção dada às demandas e ao protagonismo das mulheres que vivem em regiões de conflitos, como assinala Baster (2018, p. 83):

As vozes de mulheres no campo em áreas de conflito vêm ao longo dos anos sendo silenciadas, por serem invisibilizadas e pelas vidas cruelmente ceifadas. Ao mesmo tempo ocorre um crescimento significativo do protagonismo das mulheres no campo, a partir de suas auto-organizações, principalmente nos enfrentamentos às inúmeras retiradas de direitos.

Por todas essas questões, as palavras de Elisa Urbano Ramos (Povo Pankararu) devem ecoar no sentido de nos inspirar a construir outras posturas na relação entre sociedade e natureza: “O meu corpo é meu, corpo da Elisa. Como corpo da Elisa, ele é território da Elisa. Mas, antes de ser território da Elisa, ele é um corpo Pankararu e ele é território Pankararu e os homens não índios precisam aprender isso”.

É preciso avaliar nossas estruturas sociais e confrontar suas contradições. Este Atlas pretende mostrar o habitual chão dessas questões, no qual parte das sociedades do nosso tempo vive em guerra constante para manterem suas vidas e uma outra parte transforma vida em lucro. Por essas questões, as palavras de Madre Teresa de Calcutá, rememoradas por Aleida Guevara em seu discurso de abertura da Conferência Nacional da Terra e da Água no Brasil em 2017, continuam atuais para refletirmos sobre a realidade dos povos do campo na Amazônia: “a vida é a vida de defendê-la”. Que este Atlas possa ser utilizado como um instrumento de

denúncia e de defesa dessas populações.

Referências

- BASTER, R. O silenciamento das mulheres campesinas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências. *Cadernos de Conflitos no Campo*, Goiânia, 2010.
- CHAVES, P. R. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, A. U de. **Amazônia**: Monopólio Expropriação e Conflitos. 5. ed. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, F. **Noiva da revolução e elegia para uma re(ligião)**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, encruzilhada civilizatória: Tensões Territoriais em Curso**. Bolívia: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica – IPDRS, 2018.
- RIBEIRO, N. de F. **A questão geopolítica da Amazônia da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

Apresentações entidades do atlas de conflitos socioterritoriais da pan-amazônia

Instituto del Bien Común (IBC)

Organização do Peru que trabalha com comunidades rurais para promover uma gestão ótima dos bens comuns, como os territórios comunais, corpos de água, florestas, áreas de pesca e áreas naturais protegidas. Do cuidado e bom uso dos bens comuns dependem a saúde e continuidade dos diversos ecossistemas e o sustento das populações. O IBC trabalha com comunidades, nas quais desenvolve projetos referentes ao ordenamento e à planificação territorial, à governança para o cuidado dos bens comuns, à conservação do meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, e ao respeito aos direitos e à cultura dos povos indígenas e não indígenas, revalorizando o conhecimento ancestral e científico.

Centro de Investigação e Promoção do Camponês

CIPCA - Bolívia

É uma instituição de alcance e presença nacional de 49 anos que contribui ao fortalecimento organizativo, político,

econômico e cultural dos povos indígenas originários do campo e, desde essa opção, participa da construção da Bolívia democrática, autonômica, unitária em sua diversidade, intercultural, equitativa e sustentável econômica e ambientalmente. O CIPCA trabalha para que as organizações indígenas originárias do campo sejam democráticas, autônomas e autogerenciadas, assim impulsa o desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial e realiza ações para que os governos e instituições públicas sejam democráticos, interculturais e eficazes.

Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando - Bartolina Sisa

FDMCP-BS

A FDMCP-BS é um grupo de mulheres camponesas de 15 municípios do departamento de Pando, na Bolívia, criado no ano 2000 sem fins lucrativos. Tem a visão de que a equidade de gênero seja adotada como forma de vida entre mulheres e homens, para conseguir o equilíbrio e a harmonia da convivência humana, e que a diferença entre ricos e

pobres deixe de aumentar. Nossa missão é recuperar a soberania territorial e alimentar, e a dignidade das mulheres dos grupos tradicionais do campo, indígenas e originárias do Pando, através de espaços participativos e de luta pelos direitos e pela propriedade da terra e dos territórios, para assegurar a soberania dos povos originários do campo.

Associação para Promoção Social Alternativa Minga

Minga é uma organização defensora de direitos humanos que se articula aos movimentos sociais e contribui para criar condições de vida dignas nos territórios e comunidades da Colômbia. Para isso promove a participação social e política na construção da paz, da democracia e da permanência das comunidades nos seus territórios de forma autônoma, sustentada em planos alternativos de vida, assim como a atuação das organizações sociais na melhora do marco de proteção e garantias dos direitos humanos integralmente. A Associação Minga se constrói por meio de pensamento e ação, a partir da reflexão sobre as tarefas do dia a dia. Por isso, em nossa aposta pelo empoderamento e desenvolvimento dos movimentos sociais, a articulação com eles constitui uma prioridade.

Universidade da Amazônia da cidade de Florênciá, departamento do Caquetá

Apoia as comunidades campesinas da região mediante um convênio de colaboração com o Vicariato do Sul, Arquidiocese de Florênciá, executado com a Mesa Departamental para a Defesa da Água e do Território, coordenado pela

professora Mercedes Mejía Leudo, do Programa de Engenharia Agroecológica. Participam acadêmicos de doutorado em Educação Ambiental e Cultura Ambiental do programa de Sistemas Energéticos e Ciclos Biogeoquímicos.

Articulação da Amazônia da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida, sobretudo na Amazônia, pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões. Considerando a importância da Amazônia no cenário nacional e internacional e o fato de nela se concentrar grande parte dos conflitos e da violência contra os homens e mulheres do campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) decidiu, em 2009, criar uma Articulação das CPTs que atuam nos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Juntas, essas regionais têm como objetivo somar forças para realizar uma leitura mais adequada da realidade da região, buscando caminhos e instrumentos novos para enfrentar os desafios apresentados. Em 2015 a Articulação da CPT da Amazônia passou a compor o Comitê Internacional do FOSPA e, em 2017, no VIII Fórum Social Pan-Amazônico, realizado na cidade de Tarapoto, lançou o primeiro Atlas de Conflitos da Amazônia, que mostrava os conflitos da Amazônia brasileira.

Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas

O Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas é um programa de extensão vinculado à Universidade Federal do Amapá, constituído com a proposta de fomentar, reunir e divulgar pesquisas e ações de extensão e ensino nas áreas de direitos humanos e políticas públicas. O Observatório procura se consolidar como espaço para divulgação científica e de diálogo entre movimentos sociais, pesquisadores e atores sociais interessados na agenda de estudos e pesquisa em direitos humanos e políticas públicas. O Observatório tem por objetivo fomentar a criação de um espaço para críticas, reflexões, estudos e compartilhamento de informações sobre o campo interdisciplinar de Direitos Humanos e Políticas Públicas.

grandes empresas e proprietários de terra, cujo intuito é a reprodução do capital. O Estado brasileiro legitima a segunda relação. Dessa feita, pode-se indagar que as relações das comunidades camponesas, no processo de industrialização, urbanização e implementação de determinadas políticas públicas, resultam sistematicamente em conflitos e violência contra as comunidades locais. Essas questões merecem aprofundamento de debate e aprofundamento de pesquisa, tornando fundamental a participação acadêmica no processo de formação e produção de material técnico e científico para o apoio das comunidades e dos movimentos sociais que elas organizam. Entende-se que somente dessa forma a universidade poderá cumprir o seu papel fundamental na construção do processo de cidadania.

Atlas de Conflitos Socioterritoriais na Região da Pan-Amazônia

Grupo de Extensão e Pesquisa sobre Terra e Território na Amazônia

A criação do grupo se justifica pela grande necessidade de debate acerca das lutas pela terra e pelo território no Brasil de um modo geral e na Amazônia de forma particular. Observa-se que a luta pela terra e pelo território na Amazônia parte da lógica divergente e antagônica originada pelo processo de apropriação dos seus recursos por grupos capitalistas. De um lado estão o campesinato, os povos indígenas e os povos quilombolas, com concepção e sentido de apropriação da natureza para reprodução da vida, e do outro, as

Esta é a primeira publicação do **Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico** e envolve a ação de quatro países, quais sejam Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru. Entidades dos países em questão se debruçaram sobre os conflitos que afetam os povos amazônicos e seus territórios, mapeando conflitos, em um projeto cartográfico, acompanhado da descrição detalhada de casos emblemáticos de violações de direitos, com delimitação temporal dos anos de 2017 e 2018. O Atlas une, assim, análise quantitativa, obtida a partir da extração dos dados dos conflitos, com a apresentação do impacto das violências sobre comunidade, em um viés qualitativo. Este Atlas conjuga dados dos anos de 2017 e 2018, cobrindo 85% da área da Pan-Amazônia, e pretende prosseguir o processo de identificação e análise das violências contra os povos da Amazônia.

Organização:



Realização:



Apoio:

